

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIDADE ACADÊMICA DE HUMANIDADE, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS
DOUTORADO E CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

ROSABEL BERTOLIN

**COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NA
PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE PARA O PARQUE NACIONAL DE
APARADOS DA SERRA E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA, SC

2017

ROSABEL BERTOLIN

**COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NA
PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE PARA O PARQUE NACIONAL DE
APARADOS DA SERRA E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC como requisito parcial para a obtenção de título de Doutora em Ciências Ambientais.

Área de concentração:
Ecologia e Gestão de Ambientes Alterados
Linha de Pesquisa:
Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Milioli

CRICIÚMA, SC

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B546c Bertolin, Rosabel.

Complexidade socioambiental e abordagem
interdisciplinar na perspectiva da sustentabilidade
para o Parque Nacional de Aparados da Serra e área
de entorno no Sul de Santa Catarina / Rosabel
Bertolin. - 2017.

201 p. : il.

Tese (Doutorado) - Universidade do Extremo Sul
Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais, Criciúma, 2017.

Orientação: Geraldo Milioli.

1. Parque Nacional de Aparados da Serra (RS e SC).
2. Unidades de conservação. 3. Sustentabilidade. 4.
Abordagem interdisciplinar do conhecimento. I.
Título.

CDD 23. ed. 333.783



Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

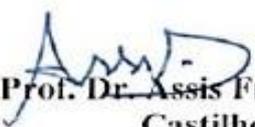
PARECER

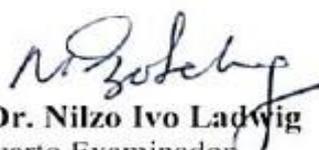
Os membros da Banca Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Tese de DOUTORADO apresentada pela candidata **ROSABEL BERTOLIN DANIEL** sob o título: “Complexidade socioambiental e abordagem interdisciplinar na perspectiva da sustentabilidade para o Parque Nacional Aparados da Serra e área de entorno no sul de Santa Catarina”, para obtenção do grau de **DOUTORA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros são de parecer pela “**APROVAÇÃO**” da Tese.

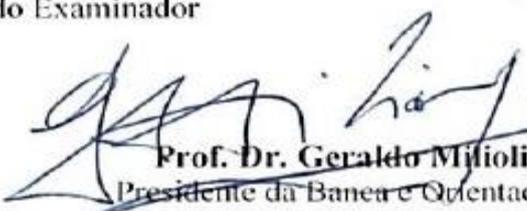
Criciúma/SC, 28 de agosto de 2017.


**Prof. Alexandre de Ávila
Lerípio**
Primeiro Examinador


**Prof. Dr. Carlyle Torres
Bezerra de Menezes**
Terceiro Examinador


**Prof. Dr. Assis Francisco de
Castilhos**
Segundo Examinador


Prof. Dr. Nilzo Ivo Ladwig
Quarto Examinador


Prof. Dr. Geraldo Milioli
Presidente da Banca e Orientador

AGRADECIMENTOS

Ao elaborar uma obra se faz necessário a participação de mais de uma pessoa. Geralmente, é este o caso, um conjunto de olhos, mãos e mentes trabalham para atingir objetivos. Dessa forma, agradeço às pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, atribuindo-lhes a minha homenagem a tudo que há de correto, científica e tecnicamente. Os erros, porventura cometidos, atribuo-os a mim, em função dos limites que o meu campo de conhecimento determina ou pelas interpretações equivocadas das sugestões e recomendações, considerando a habilidade necessária para expressar o pensamento daqueles que aqui deixaram um pouco de si. E é para esses que seguem os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar quero agradecer ao meu orientador, o Prof. Dr. Geraldo Milioli, por ter aceitado orientar esta tese de doutorado e pela sua generosidade em se debruçar junto comigo nessa difícil tarefa. Aprendi muito com ele e o responsabilizo pelo que há de inovador nesta tese, tendo em vista sua grande visão científica. Agradeço-lhe por ter me inserido num universo onde o ser humano está comprometido com a natureza, área que ele lida com intimidade, domínio e ciência. Sou grata também, por sempre estar presente nos momentos de dúvidas e ansiedade, me ajudando a encontrar o caminho da construção científica, além de me fazer desenvolver a linha de raciocínio da pesquisa teórica por meio de fatos empíricos, tão palpáveis em nossa vivência.

Agradeço meus filhos Júlia e Bernardo por entenderem os momentos de ausência durante esta fase, por sempre demonstrarem preocupação com o bom andamento do trabalho e principalmente por acreditarem que eu chegaria ao final do processo com sucesso.

Sou grata aos entrevistados que disponibilizaram seu tempo e gentilmente me forneceram informações valiosas para a realização deste trabalho: quilombolas, funcionários da Prefeitura Municipal de Praia Grande, funcionários da EPAGRI, funcionários do ICMBio, proprietários de pousadas e membros da ACEVAM e APCE.

Um agradecimento especial aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambientais da UNESC, os quais muito contribuíram com seus conhecimentos ao longo desses anos.

Finalmente agradeço à concessão de ajuda financeira da CAPES e UNESCO pelo período de 4 anos, e ao Instituto Federal de Santa Catarina –IFSC, que por intermédio de seus gestores possibilitou meu afastamento das atividades durante um ano para melhor finalizar a tese.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada no Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) A intenção da pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre o Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) e área de entorno no sul de Santa Catarina, fato que possibilitou identificar a complexidade socioambiental local e propor a sustentabilidade apoiada na abordagem interdisciplinar. O problema de pesquisa, destaca a preocupação socioambiental que vai do local ao global e o despertar na humanidade para com a preservação do meio ambiente, culminado na criação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação (UCs), enfatizando a categoria de Parque Nacional e com olhar especial para o PNAS. Explora ainda de maneira peculiar o município de Praia Grande realizando uma incursão à cidade conhecida nacionalmente como a “*Cidade dos Canyons*”, descrevendo sua formação histórica, seu processo de colonização, seus aspectos político-institucionais, socioculturais, econômicos, ambientais, sua relação com o Parque, entre outras curiosidades. A pesquisa procedeu a uma revisão de literatura que buscou aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento da tese, às questões norteadoras, hipótese e objetivos, e que de forma coerente contribuíram com os resultados. Nesse contexto, destacam-se na revisão as UCs, Parques Nacionais, PNAS, Comunidades Tradicionais em Áreas Protegidas, a Interdisciplinaridade como Abordagem para Pesquisas Socioambientais e a Sustentabilidade. O procedimento metodológico da pesquisa foi sistematizado com a preocupação de garantir o rigor do processo. Para tanto, apresenta os seguintes itens: estratégia da pesquisa; unidade de análise; natureza da pesquisa; caracterização dos instrumentos de coleta de dados; pesquisa de campo e sistematização e análise de dados. A pesquisa de campo se deu por meio da realização de entrevistas com questões estruturadas e abertas. O conjunto substancial dos dados e informações coletados, a animosidade, motivação e comprometimento refletidos nas falas dos sujeitos e atores sociais entrevistados, bem como a consistência da literatura consultada, possibilitou trazer sugestões e contribuir para a sustentabilidade do PNAS e área de entorno apoiado na gestão integrada-participativa, na ideia da Boa Governança, na reapropriação social da natureza, na racionalidade ambiental e na interdisciplinaridade. Por fim, a tese tece uma síntese conclusiva e algumas recomendações para futuros trabalhos. E sendo assim, reconhece-se que essa pesquisa faz parte do processo e contribui para as demandas de estudos sobre a área em questão estudada.

Palavras-chave: PNAS. UCs. Complexidade Socioambiental. Interdisciplinaridade. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The aim of the present research is to deepen the knowledge about Aparados da Serra National Park (PNAS) and surrounding area in the south of Santa Catarina, a fact that made it possible to identify local socio-environmental complexity and to propose sustainability supported by the interdisciplinary approach. The research's problem highlights the socio-environmental concern that goes from local to global and the awakening in humanity towards the preservation of the environment, culminating in the creation of protected areas, such as Conservation Units (UCs), emphasizing the category of National Park and with a special look at the PNAS. It also explores, in a peculiar way, the municipality of Praia Grande, making an incursion to the city known nationally as the "City of Canyons", describing its historical formation, its colonization process, its political-institutional, socio-cultural, economic, environmental aspects, Its relationship with the Park, among other curiosities. The research carried out a literature review that sought to deepen concepts that were considered fundamental for the development of the thesis, the guiding questions, hypothesis and objectives, and that, in a coherent way, contributed to the expected results. In this context, the UCs, National Parks, PNAS, Traditional Communities in Protected Areas, Interdisciplinarity as an Approach to Socio-environmental Research and Sustainability stand out in the review. The methodological procedure of the research was systematized with the concern of guaranteeing procedural rigor. To do so, it presents the following items: research strategy; unit of analysis; nature of research; characterization of data collection instruments; Field research, systematization and data analysis. Field research was conducted through interviews with structured and open questions, where the substantial set of data and information collected, animosity, motivation and commitment reflected in the speeches of the people and social actors interviewed, as well as the consistency of the Literature consulted, made it possible to bring suggestions and contribute to the sustainability of the PNAS and the surrounding area, supported by integrated and participative management, the idea of Good Governance, social reappropriation of nature, environmental rationality and interdisciplinarity. Finally, the thesis provides a conclusive synthesis and some recommendations for future work. And, thus, it is recognized that this research is part of the process and contributes to the demands of studies on the area in question.

Keywords: PNAS. UCs. Socio-environmental complexity. Interdisciplinarity. Sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parna da Amazônia.....	62
Figura 2 - Parna Monte Roraima	62
Figura 3 - Parna Lençóis Maranhenses.....	63
Figura 4 - Parna Fernando de Noronha.....	64
Figura 5- Parna Chapada das Emas	66
Figura 6 - Parna Pantanal Matogrossense	66
Figura 7 - Parna Itatiaia	67
Figura 8 - Parna Serra dos Órgãos	68
Figura 9 - Parna do Iguaçu.....	69
Figura 10 - Parna da Serra Geral	69
Figura 11 - Parna Aparados da Serra	70
Figura 12 – Mapa de localização do Parque Nacional de Aparados da Serra	74
Figura 13 - Parque Nacional de Aparados da Serra: Cânion Itaimbézinho	74
Figura 14 - Mapa fundiário do Parque Nacional de Aparados da Serra	79
Figura 15 - Trekking no PNAS.....	82
Figura 16 - Passeio de bicicleta no PNAS.....	82
Figura 17 - Quilombolas São Roque	101
Figura 18 - Ilustração dos principais cânions da região	126
Figura 19 - Localização PNAS e PNSG	128
Figura 20 - Praia Grande.....	129
Figura 21 - Localização de Praia Grande	130
Figura 22 – Pedra Branca e Comunidade Quilombola São Roque	133
Figura 23 - Festa de São Sebastião na década de 50	135
Figura 24 - Mapas do Brasil e de Santa Catarina.....	141
Figura 25 - Localização Parque Nacional de Aparados da Serra.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo dos Parques pioneiros.....	31
Quadro 2 - Fatores importantes para a manutenção de parques.....	54
Quadro 3 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Norte	61
Quadro 4 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Nordeste	63
Quadro 5 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Centro-Oeste	64
Quadro 6 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Sudeste.....	67
Quadro 7 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Sul.....	68
Quadro 8 – Bioma, instrumento legal de criação, área (ha) e municípios abrangidos pelas Unidades de Conservação federais instituídas no estado de Santa Catarina. 72	
Quadro 9 - Distâncias do PNAS (AD Gralha Azul) às principais cidades da região de acordo com as vias de acesso adotadas.....	83
Quadro 10 - Populações tradicionais que compõem a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) contempladas ou não pelos direitos socioambiental e territorial.	92
Quadro 11 - Principais tendências socioeconômicas e suas consequências ambientais.....	105
Quadro 12 - Cinco dimensões da sustentabilidade/componentes/objetivos.....	110

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Unidades de Conservação federais na área continental do Brasil	43
Tabela 2 – Unidades de Conservação federais na área oceânica brasileira	44

LISTA DE ABREVIACÖES

ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
APCE: Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo
APPs – Áreas de Preservação Permanente
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
CDB – Convenção da Diversidade Biológicas
CEPROACA – Centro Profissionalizante de Aproveitamento da Criança e do Adolescente
CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
CMMAD – Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COP-8 – Oitava Conferência das Partes sobre Biodiversidade Biológica
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FCP – Fundação Cultural Palmares
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ – German Organisation for Technical Cooperation
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICDPs – Projetos Integrados de Conservação da Biodiversidade
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNU – Movimento Negro Unificado
MPEG – Museu Paranaense Emílio Goeldi
NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas
OMT – Organização Mundial de Turismo
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIP – Organizações Sociais de Interesse Público
PNAP – Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNAS – Parque Nacional de Aparados da Serra
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPG.7 – Programa Piloto para Proteção de Áreas Tropicais
PNSG – Parque Nacional da Serra Geral
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente
SETUR – Serviço Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SOS MA – SOS Mata Atlântica
UCs – Unidades de Conservação
UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza
UIPN – União Internacional para a Proteção da Natureza
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USAID – Agencyfor International Development

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
.1.1 HIPÓTESES	21
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Geral	22
1.2.2 Específicos	22
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	23
1.4 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	26
2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	26
2.2 OS PARQUES NACIONAIS	50
2.3 O PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA	70
2.4 COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS	83
2.5 SUSTENTABILIDADE	104
2.6 INTERDISCIPLINARIDADE COMO ABORDAGEM PARA PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS	117
3 UMA INCURSÃO À CIDADE DOS CANYONS E AS CURIOSIDADES AO ENTORNO DO PARQUE	126
4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	139
4.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA	139
4.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	139
4.3 NATUREZA DA PESQUISA	142
4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	146
4.5 PESQUISA DE CAMPO	149
4.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	149
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	152
5.1 O OLHAR DE ATORES SOCIAIS PARA O PNAS E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA	152
6 CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA	171
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	181

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
7.2 RECOMENDAÇÕES	183
REFERÊNCIAS.....	184
APÊNDICES	198

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas que perpassam os séculos, vem se intensificando a preocupação e o debate na relação sociedade-natureza e os impactos socioambientais inerentes. Na dimensão acadêmica, observam-se desdobramentos teórico-conceituais para lidar com as muitas demandas de pesquisas que objetivam apontar soluções que, em escalas temporais de curto, médio e longo prazos, possam favorecer um redirecionamento do estágio de degradação socioambiental.

Essa configuração, que vai do local ao global numa perspectiva sistêmica, destaca o compromisso da ciência, do ser humano, da sociedade e das culturas como fundamentais.

Nesse contexto, vale destacar a emergência de conceitos como complexidade, interdisciplinaridade e sustentabilidade para um fazer científico num mundo moderno e que vem ao encontro das demandas mais presentes.

Nesse sentido e nesse universo de preocupações, emerge a necessidade de se pensar a relação sociedade-natureza, seu rumo e suas consequências.

A humanidade vem demonstrando preocupações com relação à complexidade e fragilidade da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos naturais. Como reflexo dessa magnitude, registra-se historicamente movimentos civis em âmbito planetário para delimitações territoriais e institucionalizações de áreas naturais protegidas. Nesse particular, vale ressaltar que ao longo da trajetória percorrida, no que se refere à preservação ambiental, objetivos com diferentes conotações surgiram de acordo com o momento histórico.

No século XIX a ideia central relativa aos espaços protegidos tinha conotação gerencial, já no período que compreende a primeira metade do século XX, a prioridade era preservar a paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem. Na segunda metade do século XX a preocupação com as gerações futuras emerge e, então no século XXI a biodiversidade passa a ser a prioridade (MEDEIROS, 2003).

Dessa forma, as iniciativas referentes à criação de áreas protegidas demonstram mudanças ao longo do tempo e aumentam em número no final do século XX, superando a dissociação homem-natureza. Além de se poupar determinadas áreas naturais em defesa de lugares sagrados e manutenção de recursos naturais, também ganha destaque nesse cenário as taxas de extinção das

espécies que passam a se manifestar como de caráter irreversível e as áreas desmatadas que aumentam em grandes escalas.

Num cenário de tantas mudanças, a preocupação com a realidade no que refere à questão socioambiental, suscitou debates sobre as Unidades de Conservação (UCs) em conferências e congressos internacionais. Nesses encontros foram discutidos os conceitos de áreas protegidas e a abrangência destas no que se refere à conservação da natureza, quando então, o objetivo deixou de considerar apenas as belezas cênicas e passou a incluir a proteção dos recursos naturais, bem como o equilíbrio climático e a preservação da biodiversidade.

Para contemplar os objetivos acima elencados, foram criados diferentes tipos de UCs. Nesse particular, destaca-se a categoria de Parques Nacionais, a qual tem como finalidade a preservação de ecossistemas naturais com expressão ecológica, científica, cultural, educativa, recreativa e cênica. Além disso, essas áreas possibilitam o encontro do ser humano com a natureza, respeitando determinações específicas, fato que sugere uma sintonia com a sustentabilidade.

Registra-se historicamente como referência primeira na institucionalização de parques, o Parque Nacional de Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos, o qual foi pioneiro na criação de um sistema nacional de áreas protegidas.

No Brasil, a cultura e a política institucional para o estabelecimento de parques se deu no ano de 1937 com a criação do Parque Nacional de Itatiaia, seguido pela criação dos Parques de Iguaçu, Serra dos Órgãos e Sete Quedas, em 1939. Seguindo o modelo adotado na implantação do Parque Nacional de Yellowstone, os primeiros Parques Brasileiros também priorizavam a manutenção de remanescentes intocados e de suas respectivas belezas, estabelecendo um certo distanciamento entre o ser humano e a natureza.

Entretanto, a política ambiental no Brasil começou a se consolidar a partir da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985, de 18/07/2000. Com o estabelecimento do SNUC, as UCs passam a ser criadas com características específicas e compreendem dois grupos: Unidades de Proteção Integral, as quais priorizam a preservação da natureza e permitem o uso indireto dos recursos naturais (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Nacionais e Refúgios de Vida Silvestre) e as Unidades de Uso Sustentável, as quais têm como objetivo a conservação da natureza de forma sustentável, admitindo utilização parcial dos recursos naturais

(Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento

Neste universo, que caracteriza uma perspectiva sistêmica, a ideia de constituição de parques e sua contribuição avança fronteiras. No Brasil, registra-se atualmente a institucionalização de um conjunto de 71 Parques Nacionais distribuídos nos muitos estados da federação.

Diante desse contexto, destaca-se no sul do país uma região que constitui um endereço turístico muito procurado pelos turistas e que abriga um precioso ecossistema, cuja preservação levou à criação de dois Parques Nacionais, o primeiro criado em 1959 – Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS) – o segundo, criado em 1992 – Parque Nacional da Serra Geral (PNSG), ambos administrados atualmente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nestas UCs, destaca-se como prioridade a preservação da flora e fauna, das paisagens e demais recursos bióticos e abióticos associados. A cobertura vegetal predominante é caracterizada pela transição dos Campos de Cima da Serra, em planalto ondulado com suaves coxilhas e vales rasos, para a Floresta Pluvial Atlântica. Ocorre ainda, de modo característico na região, a Floresta com Araucária, cujos pinheiros simbolizam notavelmente todo o planalto da Bacia do Paraná. A fauna reúne espécies raras, entre as quais mamíferos de grande porte como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a suçuarana (*Felis concolor*) e o veado-campeiro (*Ozotocerus bezoarticus*), além de aves ameaçadas de extinção como o gavião-pato (*Spizaetus tyrannus*) e a águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*) (CPRM, 2017).

Para os propósitos dessa pesquisa figura o PNAS, como uma UC de proteção integral da natureza. O Parque em questão, foi criado em 17 de dezembro de 1959 através do Decreto Nº 47.446, o qual foi alterado em 17 março de 1972 pelo Decreto Nº 70.296 que modificou os artigos 1º e 2º, reduzindo a área de 13.000 ha para 10.250 ha, em consequência de uma revisão de limites.

O PNAS está localizado na borda da Serra Geral e cobre terras do planalto do município de Cambará do Sul – RS, conhecidas como “Campos de Cima da Serra”, e do vale do município de Praia Grande – SC, área chamada de “Litoral” e “Encosta” do Planalto.

O local apresenta paisagens de grande beleza cênica, registrando-se como principal cartão-postal o cânion Itaimbézinho, fenda de 5,8 quilômetros de

extensão e paredões de até 720 metros de altura, de onde despencam quedas d'água. A região é também conhecida como "Aparados da Serra", e cuja denominação deriva da notável feição geomorfológica formada pelo corte abrupto do planalto dos Campos de Cima da Serra através de paredões verticalizados de rochas vulcânicas, que por uma extensão de quase 250 km mostram uma formidável sucessão de cânions de até 900 metros de altura, próximos à planície do litoral atlântico.

No Parque encontra-se duas culturas distintas: relativa ao Planalto e à parte baixa, sendo que o Planalto teve colonização de jesuítas e a presença de estrangeiros como os alemães e italianos. Já na planície sul catarinense, há uma grande diversidade cultural resultante das diferentes correntes migratórias responsáveis pela colonização da região, onde se destacaram no primeiro momento o luso-brasileiro, vicentista e o açoriano. Mais tarde chegaram italianos, alemães e poloneses, entre outros.

Desde a sua criação o PNAS se configurou como uma ilha de preservação para as populações urbanas, com apoio da mídia riograndense em relação à tal caracterização, pois a mesma via no Parque, grande potencialidade para o desenvolvimento turístico.

A partir da década de 1980 até metade dos anos de 1990, o PNAS supera a condição de anonimato e abandono, quando se observa uma renovação das instalações do Parque numa tentativa de transformá-lo em um modelo de Parque Nacional. Sua característica cênica-paisagística peculiar e sua rica biodiversidade remete ao "mito da natureza intocada". Não obstante, apresenta-se como um espaço passível de ser utilizado com finalidades turísticas.

Muito mais que apenas um espaço onde a natureza deve ser protegida da presença humana, o PNAS foi local de muitos processos históricos anteriores e posteriores à sua criação em 1959. Esses processos envolvem diferentes projetos para o espaço que passam tanto por uma concepção de natureza quanto ao uso dos recursos naturais.

Com a implantação do Parque, muitos conflitos foram gerados em função da forma como as leis conservacionistas foram estabelecidas. Os decretos-leis nasceram a partir do poder executivo, sem consultas à sociedade e participação das comunidades locais. Tal fato, dificultou o entendimento por parte dos moradores da

região no que se refere aos impactos que o Parque traz para a região, no sentido de preservação da biodiversidade.

Com o passar do tempo, superando resistências e aprendendo com as dificuldades estabelecidas pela implantação da política conservacionista, a população começa a entender a importância do Parque, bem como os retornos que o mesmo pode trazer para a região em termos econômicos, por meio do turismo e de conservação do espaço sagrado com o qual convivem.

Dessa forma, a criação do Parque passa a ter ao longo do tempo um impacto positivo na sociedade, pois cria oportunidades de lazer e contemplação da natureza, atraindo principalmente a população urbanizada, que tem seu cotidiano limitado a ambientes sociais e construídos.

Da análise efetuada sobre a situação do PNAS e dos subsídios fornecidos pelo Seminário de Planejamento, realizado de acordo com a metodologia adotada pelo IBAMA para elaboração dos Planos de Ação Emergencial em 1995 (Anexo 2), compreendia-se que o problema central desta Unidade de Conservação era que ela não atendia aos objetivos de sua categoria de manejo. O conjunto destas causas identificadas durante o seminário foi:

- Condições Administrativas precárias
- Situação Fundiária não resolvida
- Pressão do entorno sobre recursos naturais da Unidade de Conservação
- Visitações realizadas de forma inadequada
- Proteção dos recursos naturais deficientes
- Pesquisas científicas e monitoramento dos processos naturais insuficientes.

De acordo com informações do Plano de Uso Público de 2002, aproximadamente 30% das terras do Parque ainda não foram indenizadas, portanto estão em poder dos proprietários, e outras áreas foram parcialmente indenizadas e por essa razão os proprietários permanecem nas mesmas. Há restrições de uso relativo ao gado, caça predatória, agricultura, desmatamento e fogo.

Sobreposto ao PNAS, encontra-se parte da área onde está a Comunidade Quilombola São Roque, a qual vem a décadas enfrentando ameaças concretas a sua reprodução física e cultural, pois desde a criação dos parques, várias restrições têm sido impostas aos modos de vida desse povo. No presente, estão organizados e conquistaram expressão pública definitiva, quando na busca de sua auto-identificação como uma comunidade remanescente de quilombos, e continuam lutando pela proteção dos princípios constitucionais referentes à proteção ambiental, patrimônio cultural e especificamente aos seus direitos legais, garantindo dessa forma respeito ao seu modo de vida tradicional e sua sustentabilidade.

Atualmente, sob a administração do ICMBio, com o Plano de Manejo aprovado pela Portaria nº 46/04N, de 30 de abril de 2004, e Conselho Gestor, criado pela Portaria Nº 115/2011, de 27 de dezembro de 2011, o PNAS continua enfrentando os mesmos problemas citados e vários conflitos inerentes à ausência de diálogo entre a administração e a comunidade.

Nessa perspectiva, o estudo traz algumas questões norteadoras que sugerem um esforço de pesquisa que possibilite uma reflexão mais profunda e aproximada da realidade. Nesse sentido, vale destacar:

- Quais os principais problemas socioambientais do Parque Nacional Aparados da Serra e área de entorno no sul de Santa Catarina?
- Qual a dinâmica socioeconômica no processo de desenvolvimento do Parque Nacional de Aparados da Serra e entorno?
- Qual a importância do Parque para a população e para a região de abrangência?
- Quais as sugestões que poderiam ser encaminhadas ao poder público e comunidade local, considerando a complexidade socioambiental da região e a sustentabilidade?
- Quais os conflitos híbridos, os obstáculos e as oportunidades para a sustentabilidade na área?

.1.1 HIPÓTESES

Num esforço para refletir essas questões, levantou-se as seguintes hipóteses:

- Considerando os estudos e os registros históricos já realizados no PNAS e área de entorno, sugere-se que a preservação/conservação da sociobiodiversidade e a perspectiva de sustentabilidade serão viáveis quando a grandeza do já instituído for contemplado com um processo de gestão integrada.
- O PNAS e área de entorno são ambientes instigantes para pesquisas científicas, em razão de sua importância e peculiaridade. Nesse sentido, a complexidade socioambiental inerente, necessita ser pensada, considerando os diferentes saberes ali encontrados, numa direção da abordagem interdisciplinar, referência fundamental para a sustentabilidade da área em estudo.
- No sentido de validar as hipóteses da pesquisa e responder as questões colocadas, a pesquisa percorreu os seguintes objetivos, a seguir relacionados.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Descrever e analisar a complexidade socioambiental do Parque Nacional de Aparados da Serra e área de entorno no sul de Santa Catarina, apoiado na abordagem interdisciplinar contribuindo para a sustentabilidade.

1.2.2 Específicos

Identificar os principais problemas socioambientais da área;

Identificar a importância do Parque e sua contribuição para a dinâmica socioeconômica da região;

Proporcionar dados que promovam a pesquisa científica e programas de gestão integrada e participativa que valorize o conhecimento sociocultural, a biodiversidade e suas inter-relações.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Ao realizar a pesquisa, que traz como pontos de referências o PNAS e área de entorno, a ideia da complexidade socioambiental da região, a abordagem interdisciplinar e a sustentabilidade, o estudo justifica-se na perspectiva teórica quando da revisão de literatura, nos desdobramentos científicos da atualidade em relação aos temas propostos, nos *links* que buscam estabelecer entre eles para o melhor entendimento do objetos de estudo, como também nas teorias de apoio que remetem para o estado da arte e os objetivos a serem alcançados.

Na dimensão prática, este apresenta e propõe uma avaliação da realidade da região e da complexidade socioambiental ali existente, ressaltando muitos aspectos, alguns que são pontos negativos a serem revistos, e muitos outros positivos, que podem contribuir efetivamente para processos de gestão integrada e à sustentabilidade.

Sendo assim, para atender às questões de pesquisa, às hipóteses lançadas e aos objetivos propostos, a tese está organizada nos seguintes capítulos: 1 – Introdução; 2 – Referencial Teórico-Conceitual; 3 – Uma Incursão à Cidade do Cânions e as Curiosidades ao Entorno do Parque; 4 – Procedimentos Metodológicos; 5 – O olhar de Atores Sociais para o PNAS e Área de Entorno; 6 – Contribuições para Sustentabilidade do Parque de Aparados da Serra e Área de Entorno nos Limites Geográficos Catarinense; 7 – Considerações Finais e Recomendações.

1.4 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

No **Capítulo 1**, foi apresentado o problema de pesquisa, destacando a complexidade socioambiental que vai do local ao global, e que despertou na humanidade a preocupação com a preservação do meio ambiente, culminado na criação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação, enfatizando a categoria de Parque Nacional e com olhar especial para o PNAS. Figura, ainda nesse Capítulo, as questões norteadoras; hipóteses; objetivo geral e específicos; justificativa da pesquisa e a organização dos capítulos.

No **Capítulo 2**, procedeu-se a revisão de literatura que buscou aprofundar conceitos fundamentais para o desenvolvimento da tese. O esforço nesse Capítulo foi sistematizar de forma coerente em cinco subitens as ideias que contribuíssem aos resultados esperados. Nesse contexto, destacam-se as Unidades de Conservação, Parques Nacionais, Parque Nacional de Aparados da Serra, Complexidade Socioambiental e Comunidades Tradicionais em Áreas Protegidas, Sustentabilidade e o Parque de Aparados da Serra e Interdisciplinaridade como Abordagem para Pesquisas Socioambientais.

No **Capítulo 3**, explorou-se de forma peculiar o município de Praia Grande. Realizou-se uma incursão à cidade conhecida nacionalmente como a “*Cidade dos Canyons*”, descrevendo sua formação histórica, seu processo de colonização, seus aspectos políticos- institucionais, socioculturais, econômicos, ambientais, sua relação com o Parque, entre outras curiosidades.

No **Capítulo 4**, sistematizou-se o procedimento metodológico da pesquisa com a preocupação de demonstrar o rigor desse processo. Para tanto, este se apresenta com os seguintes itens: estratégia da pesquisa; unidade de análise; natureza da pesquisa; caracterização dos instrumentos de coleta de dados; pesquisa de campo e sistematização e análise de dados.

No **Capítulo 5**, procedeu-se a sistematização, organização e análise dos resultados. Considerando que o instrumento de coleta de dados (vide anexos) contém 18 questões estruturadas e abertas, obteve-se um substancial conjunto de informações. Como estas são de natureza qualitativa, as mesmas são apresentadas numa narrativa fiel ao seu conteúdo.

O **Capítulo 6**, por sua vez, tem como proposta trazer sugestões para a gestão integrada e sustentabilidade do Parque e entorno, considerando a animosidade, motivação e comprometimento refletidos nas falas dos entrevistados, e a consistência das literaturas pertinentes.

Por fim, o **Capítulo 7**, tece uma síntese conclusiva e algumas recomendações para futuros trabalhos. Sendo assim, reconhece-se humildemente que essa pesquisa faz parte do processo e contribui para as demandas de estudos sobre a área em questão estudada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O amor é a força maior existente no universo, nos seres vivos e nos humanos. Pois o amor é uma força de atração, de união e de transfiguração. Já o mito grego antigo o formulava da seguinte forma: “Eros, o deus do amor, ergueu-se para criar a Terra. Antes, tudo era silêncio, nu e imóvel. Agora tudo é vida, alegria. Movimento”. O amor é a expressão mais alta do cuidado, porque tudo o que amamos também cuidamos. E tudo o que cuidamos é um sinal que também amamos.
Leonardo Boff.

Muitas ideias com as quais os seres humanos estão habituados a conviver atualmente, a bem pouco tempo não existiam. A ideia de conservar a natureza nem sempre esteve presente nas relações homem-meio ambiente. Segundo Bensusan (2006), tal ideia surgiu a partir de questionamentos da humanidade sobre o rumo que a relação homem-natureza estava tomando e foi evoluindo desde a Antiguidade, atingindo seu cume no Ocidente, em relações de descaso pela natureza e confiança na tecnologia como solução de todos os problemas ambientais.

Os conceitos sobre as relações entre a cultura humana e o meio ambiente foram embasados em três perguntas norteadoras feitas pela humanidade insistentemente desde a Antiguidade até o final do século XVIII: Seria a Terra uma criação proposital, já que é claramente apropriada à vida humana? As características da Terra, teriam influenciado a natureza dos indivíduos e moldado o caráter e natureza da cultura humana? De que forma os seres humanos transformaram a Terra em comparação com sua hipotética condição prístina? (GLACKEN, 1967 apud BENSUSAN, 2006).

A ideia da humanidade como agente transformador, a qual está inserida na terceira pergunta, não fora bem trabalhada na Antiguidade e só ganhou expressão no século XVIII. Desde então, tem ganho espaço e importância a ponto de a humanidade reconhecer a necessidade de reservar determinados espaços onde o planeta preserve sua “hipotética condição prístina” (BENSUSAN, 2006).

Ainda no contexto dessa reflexão Bensusan (2006, p. 12), ressalta que:

Atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. A necessidade de se proteger determinados espaços da sanha destruidora da

nossa espécie já mostra, por si só, o tamanho desse desafio. Em uma sociedade mais saudável, talvez fosse possível disciplinar e gerir o uso dos recursos naturais de forma mais ampla e, quiçá, mais democrática, sem que houvesse necessidade de reservar espaços especialmente para a proteção da natureza.

Para Medeiros (2007), a delimitação de áreas protegidas não é um fenômeno moderno que surgiu em função da crise ambiental. É uma iniciativa inerente às preocupações dos seres humanos em consonância à complexidade e fragilidade da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos naturais.

A história do homem mostra que frente ao desafio da sobrevivência, os interesses práticos na utilização e proteção de recursos naturais existiram, desde os primórdios do desenvolvimento das sociedades (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012). Reservas de caça e leis de proteção de áreas naturais já existiam na antiga Pérsia em torno de 5000 a.C. (MEDEIROS, 2007).

Davenport e Rao (2002, p. 53), destacam algumas diretrizes sobre conservação da vida silvestre, desde as primeiras culturas pré-agrícolas e Oriente Próximo:

Na Índia, 400 anos antes de Cristo, todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas; 700 anos antes de Cristo, nobres assírios estabeleceram reservas de caça, similares às reservas de caça do Império Persa na Ásia Menor, estabelecido entre 550 e 350 anos antes de Cristo; na China, foram estabelecidas leis de proteção para planícies úmidas durante o sexto século depois de Cristo; Veneza criou reservas de veados e javalis no início do século VIII; na Bretanha, foram promulgadas leis florestais no século XI.

Medeiros (2003, p. 54) propõe uma periodização para a criação e delimitação de áreas protegidas no mundo. O autor identifica que a noção de proteção foi influenciada por três ideias básicas:

Até o século XIX a ideia de controle do espaço tinha conotação gerencial (...); - do final do século XIX até a segunda metade do século XX a ideologia central era a de preservação da paisagem como patrimônio coletivo e testemunho de uma natureza selvagem (...); - a partir da segunda metade do século XX a ideia central passa a ser a de proteger para resguardar para as gerações futuras (...) sobrepondo-se a essa ideia a questão da biodiversidade no século XXI.

Medeiros (2003) considera que paralelo ao aumento das práticas agrícolas e industriais nos séculos XIX e XX aconteceu o desenvolvimento de ideias sobre meios de proteção e manejo da natureza. Segundo esse autor, na Europa começaram debates que contribuíram para a instalação de uma política de proteção à natureza e nos Estados Unidos, principalmente a partir da segunda metade do

século XIX, desenvolveu-se a noção de proteção de remanescentes de natureza selvagem – *wilderness*.¹

No século XVIII, as paisagens naturais eram consideradas espaços divinos com conotação religiosa. Cronon (1995), comenta que os primeiros parques nacionais americanos foram estabelecidos obedecendo essa perspectiva religiosa, e que os lugares menos privilegiados de beleza não mereciam proteção.

Olwig (1995), também relaciona o estabelecimento dos primeiros parques com as questões religiosas e estudou as origens comuns das palavras “parque” e “paraíso”: A primeira derivação da palavra “paraíso” é “parque fechado”, e efetivamente os primeiros paraísos eram locais de caça, definição correspondente ao significado etimológico primeiro da palavra “parque”.

Pointing (1995), em seu livro “Uma história verde do mundo”, explora o passado da humanidade com o intuito de entender como o meio ambiente formou a história humana, questionando a utilização de fontes energéticas e a relação dos povos com o meio ambiente. Desta forma, o historiador, lista as alterações ambientais em função da interferência antrópica:

Uma redução na vida selvagem e a extinção de espécies pode ser identificada em uma escala local, a partir do primeiro período das colonizações humanas. No vale do Nilo, a extensão das áreas cultivadas, a drenagem constante dos pântanos e a caça organizada dos animais levaram à eliminação de muitas espécies originalmente nativas da região. No período do Antigo Império (2950-2350 a.C.), animais como os elefantes, os rinocerontes e as girafas desapareceram completamente. [...] Aproximadamente em 200 a.C., o leão e o leopardo estavam extintos na Grécia e nas regiões costeiras da Ásia Menor e os lobos e chacais ficaram confinados às remotas áreas montanhosas. [...] O auroque (o ancestral selvagem do gado moderno) foi um dos animais silvestres que sofreu particularmente com os desmatamentos. Foi extinto na Bretanha por volta de 2000 a.C., desaparecendo lentamente do resto do continente. [...] A águia-dourada ainda era encontrada em Derbyshire no início do século XVII e a raça de carneiros sem chifres, “cheviot”, no século XIX, mas hoje só é encontrado em regiões muito remotas dos planaltos escoceses. (POINTING, 1995, p. 266).

Na citação estão demonstrados os níveis de extinção das espécies em diferentes épocas. Há registros de grandes desaparecimentos causadas por fatores naturais e por intervenções humanas. O autor citado, destaca ainda, que o desaparecimento e extinção das espécies acelerou a partir da ampliação do

1 Uma área essencialmente não perturbada pela atividade humana, juntamente com sua comunidade de vida naturalmente desenvolvida. É uma área selvagem, sob a proteção do Departamento de Parques (MEDEIROS, 2003).

processo produtivo e, conseqüentemente, da urbanização.

Muitos cientistas, pesquisadores, organizações não-governamentais, órgãos públicos e a sociedade civil demonstram numericamente como este rápido processo da perda dos bens naturais está ocorrendo a nível planetário:

O desmatamento em grande escala já chega a 46% das matas primitivas da terra. Dos 62.200.000 Km² de florestas originais, somente 33.400.000 ainda cobrem a superfície do planeta. Todo ano, cerca de 170 mil Km² de mata simplesmente desaparecem, sendo a principal forma de desmatamento as queimadas de grandes áreas para o cultivo da agricultura e a prática da pecuária. A comercialização da madeira, a expansão dos centros urbanos, a construção de estradas e o extrativismo de interesse econômico são outros importantes motivos que levam à devastação. Segundo o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), o Brasil é o recordista no mundo em desmatamento, sendo derrubados anualmente na Amazônia em torno de 15 mil Km² de floresta (IBGE, 2010).

Duarte (2011) ressalta que diante desse contexto, o incentivo à criação de áreas naturais protegidas aumenta no final do século XX, as quais se apresentam como o refúgio da avalanche capitalista. Porém, a atual consciência para com estas áreas surgiu tardiamente em relação a sua criação.

De acordo com Duarte (2011), as primeiras áreas protegidas eram mantidas à parte do convívio público com o propósito de manter as reservas de alimentos, madeiras, caça, bem como, prestígio e respeito aos lugares considerados sagrados. Atualmente, a criação das unidades de conservação está efetivamente relacionada com a perpetuação da biodiversidade da fauna e da flora assim como a manutenção do banco genético local. Além disso, surgem outras finalidades a partir da preservação dessas áreas, como o turismo – fonte de recreação e lazer –, pesquisas científicas, manutenção da beleza cênica, atividades educativas e o desenvolvimento de práticas ecológicas.

Ainda na visão da autora, cabe numa perspectiva de síntese, ressaltar que as ações fragmentadas de proteção de determinadas áreas e seus respectivos objetivos, não estão vinculados exclusivamente à extinção de espécies animais e vegetais, e não surgiu com a Era Moderna e Contemporânea, momentos da história ocidental em que o avanço técnico-científico causou grande impacto nos ecossistemas mundiais.

Entretanto, Duarte (2011), acrescenta que mesmo que na Antiguidade existissem movimentos em defesa das áreas naturais, não conota que as ideias da época fossem inerentes às atuais ideias de preservação.

De acordo com Quintão (1983), as primeiras áreas protegidas foram estabelecidas pela aristocracia rural e pela realeza, propiciando a perpetuação de seus recursos. Inclusive alguns mosteiros e instituições religiosas possuíam suas próprias reservas como fonte de suprimento de madeira.

Runte (1979 apud Davenport; Rao, 2002) destacam que, por ser a caça a principal objetivo destas áreas, a origem da palavra parque – em francês e inglês arcaico “*parc*” – designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei”. Já o termo contemporâneo de Parque Nacional surgiu com o norte Americano George Catlin, em 1832, na defesa da criação do Parque de Yellowstone.

Surge nos Estados Unidos no século XIX, a ideia de parque como área legalmente constituída de proteção da natureza. Em 1872, foi estabelecido o primeiro parque desse país – Parque Nacional de Yellowstone – pioneiro na criação de um sistema nacional de áreas protegidas, com o objetivo de manter remanescentes intocados, estabelecendo o distanciamento entre o homem e esses “refúgios” de vida silvestre, os quais não podiam ser colonizados, ocupados e vendidos (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012).

Segundo Costa (2002), o Parque Nacional de Yellowstone foi um marco importante para a conceituação de áreas protegidas, projetadas com foco na manutenção de áreas naturais vistas como “ilhas” de beleza e importância estética, propiciando a meditação humana.

Com uma área de 8.991 Km², o primeiro Parque Nacional dos Estados Unidos e do mundo é formado por uma grande parte das Montanhas Rochosas e do vale do rio Yellowstone, surgiu da luta dos exploradores do rio, os quais buscavam preservar as belezas naturais da região. Desta luta surge o *Yellowstone National Park*, criado em 1º de março de 1872, sendo considerado o ponto de origem para a conceituação de áreas protegidas (COSTA, 2002).

De acordo com Lawton e May (1994), no decorrer do século XX, essa ideia se popularizou e as altas taxas de extinção de espécies motivaram a criação da maioria das novas áreas protegidas.

Muitos países adotaram como modelo o Parque Nacional de Yellowstone, entre os quais estão os Parques pioneiros relacionados no Quadro 1: Canadá; Nova Zelândia; Austrália; África do Sul; México; Argentina; Chile; Equador; Brasil e Venezuela. Na Europa, somente em 1909 foi criado o primeiro parque europeu na

Suécia, sendo que a maioria dos países europeus só regulamentou parques depois de 1960 (MEDEIROS, 2003).

Quadro 1 - Demonstrativo dos Parques pioneiros

Nações	Nomes	Datas
Estados Unidos	Parque Nacional Yellowstone	1872
Austrália	Parque Nacional Royal	1879
Canadá	Parque Nacional Banff	1885
Nova Zelândia	Parque Nacional Egmont	1894
África do Sul	Parque Nacional Kruger	1898
México	*	1899
Argentina	Parque Nacional Nahuel Huapi	1903
Chile	*	1926
Equador	Parque Nacional Galapagos	1934

* Nome não citado na fonte, nem localizado.

Fonte: Adaptado de Costa (2002, p. 16-18).

A medida que os parques foram criados e estabelecidos, permaneceu adoção do modelo norte-americano de parque sem moradores, que parte do princípio de que toda relação entre sociedade e natureza é prejudicial ao mundo natural, sem considerar as diferentes formas de sociedades. Sendo que esse modelo teve sua origem em um contexto ecológico e cultural norte-americano, ao ser aplicado no contexto dos países tropicais, enfrentou dificuldades em função da falta de dinheiro para a desapropriação, de investimento público, de fiscalização e de informação aos visitantes (DIEGUES, 2000).

De acordo com Diegues (2000), com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, moradores foram transferidos de maneira forçada dos locais onde viviam tradicionalmente, com o objetivo de criar áreas desabitadas, pois o local era território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Na definição das áreas protegidas, as aspirações e as necessidades das populações tradicionais foram por muitos anos ignoradas, culminando nas relocações forçadas, empobrecimento, abuso dos direitos humanos e a quebra do sistema tradicional no manejo dos recursos naturais.

Segundo Cronon (1995), com a ideia de que algumas áreas do planeta ainda seriam “intocadas”, ocorreram tentativas de transformar as áreas desabitadas em parques. Porém, muitos estudos antropológicos, culturais, históricos e ambientais das últimas décadas vêm mostrando que a “natureza” não é tão natural como parece ser e que a natureza intocada não existiria à parte da humanidade, e seria sim, uma criação humana. Como exemplo Gomes-Pompa e Kaus (1992) citam os índios, os quais não consideram a floresta tropical, seu lar, como um ambiente selvagem e intocado. Certamente, os índios norte-americanos também não defendiam essa ideia de natureza intocada como os brancos, os quais os retiraram e dizimaram do seu lar.

Ao longo dos anos 80 do século XX, a preocupação com a conservação da biodiversidade do planeta adquire importância internacional diante da emergência de duas situações: a comunidade científica começa a identificar novo processo de extinção de espécies com taxas muito elevadas, particularmente nos trópicos, e a ciência descobre novos usos e aplicações para a diversidade biológica, como matéria-prima para modernas biotecnologias em atividades econômicas (JÚNIOR, COUTINHO; FREITAS, 2012).

Para Júnior, Coutinho e Freitas (2012), a percepção da importância econômica da biodiversidade aumenta a necessidade de um comprometimento internacional com a sua preservação, e provoca discussão em torno do papel da soberania dos estados detentores de megadiversidade, no estabelecimento de regras e regulamentações para a bioprospecção. Para esses autores, além das razões ambientais, socioeconômicas e políticas relacionadas à conservação, a complexidade que enreda a materialidade da biodiversidade cria desafios conceituais teóricos na discussão sobre sua conservação e seu uso sustentável.

No campo econômico, o principal desafio está na definição e mensuração do valor que a biodiversidade passa a incorporar agora e no futuro, partindo de descobertas tecnológicas. É impossível considerar a conservação da biodiversidade como um desafio exclusivamente científico de dimensões ecológica e econômica, em que as soluções para seus problemas se resumem à substituição de técnicas, pois o status da biodiversidade é uma construção social e sua manutenção ou degradação resulta de processos históricos (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012).

Como consideração e inflexão a essas preocupações, já em 1940, em Washington, tinha sido realizada a Conferência para a Proteção da Flora, da Fauna

e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, que ficou conhecida como “*Convenção Panamericana*”, na qual foram definidos os conceitos de Reserva Nacional, Monumento Natural e Reserva Silvestre. No âmbito desta Convenção, os Parques Nacionais foram definidos como áreas que deveriam ser estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público que poderia usufruir paisagens naturais colocadas sob guarda oficial (BRITO, 2003).

Nessa direção, em 1948 foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), num Congresso organizado pela Unesco e governo francês, com o objetivo de promover ações com bases científicas que pudessem garantir a perpetuidade dos recursos naturais para o bem-estar econômico e social da humanidade (BRITO, 2003). Posteriormente, em 1965, tal organização passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), almejando salientar a necessidade e a importância dos habitats.

A partir da sua criação, a UICN passou a realizar um papel fundamental no âmbito mundial no desenvolvimento das políticas relativas às áreas naturais protegidas, assessorando países no planejamento e manejo, bem como atuando no processo de definição e atualização conceitual das mesmas (MILANO, 2001).

A Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se fórum fundamental nas discussões internacionais sobre conservação. Fóruns específicos e relevantes para a política de áreas protegidas passaram a acontecer, sendo que o Congresso Internacional de Áreas Protegidas, que acontece de 10 em 10 anos desde 1962 por iniciativa da UIC, é o mais importante.

Foram realizadas conferências e congressos internacionais, onde um conjunto de debates sobre as Unidades de Conservação (UCs) estiveram na pauta, merecendo destaques: a 10ª Assembleia Geral da UICN (1969 – Índia); a 2ª Conferência Mundial sobre Parques Nacionais - (1972 – *Yellowstone*); o 3º Congresso Mundial de Parques Nacionais (1982 – Bali) e o 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas (1992 – Caracas) (MILANO, 2001). Nestes encontros foram realizadas discussões acerca dos conceitos de Áreas Protegidas, os quais evoluíram simultaneamente com as preocupações relativas à conservação da natureza. Como esclarece Milano (2001, p. 32), o que tinha como foco de preservação de belezas cênicas, passou a englobar:

A proteção dos recursos hídricos, manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, preservação de recursos genéticos, e, atualmente, constituem o eixo de estruturação da preservação *in situ* da biodiversidade como um todo.

Para alcançar os objetivos elencados, alguns inclusive, conflitantes entre si - foram estabelecidos conjuntos diversos de UCs, surgindo daí o conceito de “sistema de unidades de conservação”, entendido como “o conjunto organizado de áreas naturais protegidas na forma de unidades de conservação que, planejado, manejado e administrado como um todo, é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação” (MILANO, 2001, p. 33).

Segundo Diegues (2008), durante as décadas de 1980 e 1990 aconteceu uma grande expansão mundial de áreas protegidas, geralmente em áreas habitadas por populações humanas. A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), assinada durante a Eco 92, trouxe significativos avanços na conservação da biodiversidade, na democratização da discussão ambiental e na repartição dos malefícios e benefícios da conservação, exigindo flexibilidade nas categorias de UCs (BRITO, 2003).

De acordo com Vallejo (2002), a criação de UCs atualmente vem se constituindo numa das principais formas de intervenção governamental, visando reduzir as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental imposta pela sociedade. Entretanto, esse processo tem sido acompanhado por conflitos decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais em várias localidades do mundo.

A constituição da maioria das UCs, busca dar respostas a algumas demandas eco-ambientalistas, principalmente aquelas que consideram a presença de vários grupos sociais e em especial os chamados “povos tradicionais”. Mesmo sendo esta uma definição que força o enquadramento de grupos culturalmente e socialmente distintos, permite estabelecer a identificação de uma parte da população que, no interior da sociedade atual, vive à margem do sistema capitalista moderno e desenvolve atividades relacionadas ao seu território específico e às características específicas do seu ecossistema (GIULIANI, 2007).

Ainda de acordo com a literatura do referido autor, geralmente uma UC é constituída para “defender” uma área específica das atividades humanas que se expandem e comprometem seu ecossistema. Por isso, a análise da problemática

ambiental a partir das áreas naturais protegidas esclarece as dimensões dos problemas envolvidos na relação entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a conservação da natureza.

Tanto no Brasil quanto no mundo, o aumento do número de áreas protegidas despertaram várias dúvidas inerentes à delimitação de seu tamanho, gestão, manutenção e a própria conservação de seus recursos. Além dessas questões internas, referentes às unidades, outras dificuldades surgiram como a questão fundiária, o avanço territorial do entorno da unidade por casas ilegais, os interesses políticos e até mesmo a invasão por caçadores (DUARTE, 2011).

Nesse sentido, Coelho, Cunha e Monteiro (2009) explicam que o estabelecimento de UCs envolve, não só intencionalidade, mas especialmente estratégias ou territorialidade, já que a criação de regras e normas condiciona o maior controle social, territorial e ambiental impostos à sociedade. Além disso, “a definição de unidades de conservação é parte das transformações [sociais e] de poder que induzem as mudanças dos comportamentos individuais e coletivos” daqueles afetados direta ou indiretamente de sua constituição.

O Brasil, com uma área de aproximadamente 8,5 milhões de Km², é talvez o país que possui a maior diversidade de espécies no mundo. Está em primeiro lugar na classificação mundial de diversidade em muitos grupos de organismos, entre os quais destacam-se os primatas (55 espécies, 24% do total mundial), anfíbios (516 espécies), plantas com flores (55.000 espécies, 22% do total mundial), peixes de água-doce (mais de 3.000 espécies) e insetos (cerca de 10 milhões a 15 milhões de espécies). Quando o Brasil não está no primeiro lugar nas listagens, está nas primeiras colocações: quarto lugar na diversidade de répteis (467 espécies), terceiro sem aves (1.622 espécies) e palmeiras (378 espécies) (MORSELLO, 2001).

Entretanto, a importância do Brasil no contexto mundial da diversidade biológica não refletia na superfície protegida em UCs públicas até o final do século XX, pois segundo Morsello (2001), a somatória das áreas protegidas em nível federal se aproximavam de 3,7% da superfície do país, enquanto a média latino-americana era de 6%. Além disso, as unidades não eram distribuídas igualmente em número e tamanho nas diferentes regiões do país.

No Brasil, as primeiras normas e áreas protegidas surgiram entre os anos de 1900 e 1950. No final do século XIX e início do século XX, termos como

“civilização” e “progresso” eram constantes nos textos científicos e as ciências agrárias e médicas foram os campos mais fortalecidos. Moraes (2002), afirma que tal fortalecimento, estava associado aos projetos “evolucionistas” e “nacionalistas”, com a instalação de ferrovias, linhas telegráficas, saneamento urbano, a cura das doenças locais, para a ocupação de áreas demograficamente vazias e à “batalha da borracha” na Amazônia. Ao estado cabia propiciar o domínio territorial e estabelecer uma infraestrutura para seu povoamento.

Em 1911, foi publicado o “Mapa Florestal Brasileiro”, sendo a primeira apresentação dos diferentes biomas identificados e seus respectivos estados de conservação. Como resultado desse trabalho, foi promulgado o Decreto 8.843, de 27/07/1911 para delimitar uma Reserva Florestal no Acre com 2,8 milhões de hectares. De acordo com Medeiros (2006), essa área nunca foi implementada e o Decreto ficou no papel, sendo encontrado documento comprovante do mesmo somente em 1990, quando a vegetação nativa do local já estava muito comprometida.

Dias e Pereira (2010, p. 73) fazem referências às medidas preservacionistas no Brasil:

(...) as aspirações preservacionistas foram importadas do modelo norte-americano e, de forma discreta, registradas na Constituição da República brasileira de 1934. No capítulo 1, ART. 10, definiu-se a responsabilidade da União de “proteger as belezas naturais e monumentos de valor histórico e artístico”. A partir da década de 1930, Getúlio Vargas estruturou um aparelho de Estado modernista com normas de instituições especiais para o ordenamento territorial. Entre elas estão o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Código das Águas (Decreto 24.643, de 10/07/1934) Código Florestal (Decreto 23.793, de 23/01/1934), Código de Proteção aos Animais (Decreto 24.645, de 10/07/1934), Código da Pesca (Decreto 794, de 19/10/1938), Código de Minas (Decreto 1.985, de 29/01/1940). Em 1937 é delimitado o Parque Nacional do Itatiaia, localizado na Serra da Mantiqueira, que é a primeira área protegida no Brasil.

Os Parques Nacionais tinham como objetivo proteger áreas do território nacional com relevância estética e científica, com a obrigatoriedade de remoção de qualquer tipo de habitação humana. Nesse contexto, esses parques passaram a ser locais de conflitos étnicos, econômicos e políticos, pois essas áreas eram habitadas por populações indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais, entre outros povos tradicionais com características próprias nas suas relações com a natureza,

diferentes daquelas estabelecidas nas sociedades urbano-industriais modernas (DIEGUES, 2008).

Dias e Pereira (2010), relatam que não foi considerada nenhuma possibilidade de negociação e/ou participação com as populações residentes nessas áreas quando na delimitação das mesmas para preservação da natureza. Os autores destacam que mesmo com a criação de um modelo para Parques Nacionais, até o início de 1960 não existiam condições para o bom funcionamento desses parques, pois seria necessário estruturar a gestão dos mesmos. A partir dessa década ocorreram mudanças estruturais, considerando a localização geográfica, níveis de biodiversidade, endemismo das espécies, aspectos econômicos, principalmente nos países pobres, quando então, o caráter científico passou a ter cada vez mais influência na política ambiental.

Nas décadas de 60 e 70, o regime militar comemorou o “milagre econômico”, com a industrialização da economia por meio da instalação de infraestruturas de circulação, energia, telecomunicações e pesquisas para promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do país (MORAES, 2002). A ação do Estado em benefício do desenvolvimento econômico dessas regiões, em especial na região norte, causou forte impacto na situação da política ambiental brasileira, tanto pelo desmatamento que facilitou, quanto pelo contraponto despertando a comunidade científica internacional para a preservação da Amazônia.

Dando sequência à implantação de áreas protegidas no Brasil:

Em 1965 o Código Florestal ganhou nova versão com a Lei 4.771, de 15/09/1965. Os objetivos seguiam basicamente a inserção de novas categorias de áreas protegidas (Parque Nacional, Floresta Nacional, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal). Dois anos mais tarde, a Lei de Proteção aos animais (5.197, de 03/01/1967) instituiu a categoria de Reserva Biológica Nacional. Nesse mesmo ano, o governo militar criou também o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (Decreto lei 289, de 28/02/1967), ligado ao Ministério da Agricultura, com jurisdição em todo o território nacional. Essa instituição estava destinada à administração de todas as áreas de preservação do país (HASSLER, 2005, p. 84).

Na metade da década de 70, ocorreu uma expansão das áreas de preservação pública no Brasil, especialmente na região norte. De acordo com Brito (2000) esse movimento não foi exclusivo do Brasil, pois aconteceu uma grande expansão de áreas protegidas no planeta, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Para Morsello (2001), com a pressão de importantes eventos internacionais, como a Conferência de Estocolmo, em 1972, iniciaram mudanças relativas às escolhas das áreas a serem preservadas, pois até então a seleção tinha como critérios a “beleza da paisagem” e o “potencial econômico”.

Nessa época, dois órgãos federais desempenhavam a função de criação de áreas de preservação: Secretaria Especial do meio Ambiente (SEMA) e IBDF. A SEMA, na escolha das áreas protegidas priorizava terras pouco férteis ou desocupadas. Em 1975, o IBDF publicou um relatório para mostrar a situação precária das áreas de preservação, que apresentava entre outros dados, um levantamento das terras com problemas fundiários. Este relatório elaborou mapas com áreas protegidas, as atividades que limitavam a criação de novas áreas e os limites geográficos da Amazônia Legal, fundamentado em informações do RADAM-BRASIL (MORSELLO, 2001).

Entre 1975 e 1979, estava em implantação o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que agregava uma “Política de Desenvolvimento de recursos florestais e uso racional dos solos da Amazônia”. Além disso, o II PND avaliava a delimitação das áreas protegidas com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sem comprometer a qualidade de vida e os recursos naturais.

A meta de preservação ambiental só passou a ser incluída num plano voltado ao desenvolvimento econômico após exigências de órgãos internacionais, como a UNESCO/ONU. Esse seria uma forma de aliviar os prejuízos causados pelos loteamentos em outras terras. Então a criação de áreas de preservação passa a ser uma das soluções no planejamento desenvolvimentista da organização territorial da Amazônia, de modo paralelo à delimitação dos “polos de desenvolvimento” (BECKER, 1995).

É importante salientar que nesse período as ações de ordenamento territorial no governo militar não consideravam os interesses das populações locais e que os desmatamentos assim como a delimitação de áreas protegidas retiravam as terras de muitas populações. Nesse sentido, na década de 1980, aconteceram mudanças na política ambiental brasileira, a partir de movimentos organizados pelos “povos da floresta”, apoiados por organizações não governamentais (ONGs), os quais reivindicavam a abertura democrática e reavaliação nos moldes das áreas protegidas (DIAS; PEREIRA, 2010).

Os autores acima citados, destacam que no intervalo das décadas de 1980 e 1990 aconteceram muitos debates científicos e movimentos sociais ambientalistas motivados pela necessidade de integração entre conservação ambiental e inclusão social. Tais movimentos culminaram numa inflexão nas diretrizes de vários instrumentos da política ambiental, que levou à elaboração de novas categorias de áreas protegidas para ampliar a participação social, bem como tornar mais eficiente a proteção à natureza.

Dias e Pereira (2010), ressaltam que duas novas categorias foram estabelecidas pela Lei 6.902, de 27/04/1981: as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental. Essa última permite a ocupação humana, se constituindo, portanto numa categoria inédita no Brasil, com a finalidade associar a conservação ao uso sustentável dos recursos naturais em zonas urbanas e/ou rurais.

A disseminação de uma consciência ambiental em relação às questões globais aumentou a preocupação popular com a qualidade de vida humana e com o meio ambiente, fortalecendo dessa forma as questões pertinentes às Unidades de Conservação. Por consequência, aumentou também as pressões junto aos governos no sentido de consolidar políticas conservacionistas, ao mesmo tempo que ocorreu uma expansão da consciência ambientalista que contribuiu para o aumento do número e extensão de áreas protegidas (VALLEJO, 2002).

No entanto, para Brito (2003 p.51):

[...] a conservação da biodiversidade não é garantida apenas com a existência dessas unidades. A história dos quase 60 anos de desenvolvimento dessa atividade no Brasil, analisada a luz das experiências de mais de 100 anos acumulados no resto do mundo, mostrou que existem falhas de se criar e gerir UC's nacionais e estaduais, que necessitam ser dirimidas.

Na verdade, conforme Brito e Câmara (1998 p.64):

Os modelos de sociedade das civilizações, até nossos dias, foram projetados pelo homem para acumular riquezas naturais, bens e serviços. Teve a ciência e a tecnologia a seu favor, o que possibilitou-lhe adquirir novos conhecimentos e interferir progressivamente nos processos naturais, dispondo e utilizando-se ao seu bel prazer dos recursos naturais. Pensava-se que tais recursos fossem infinitos.

Ainda, conforme os mesmos autores (1998, p.298):

Com o intuito de atenuar os problemas ambientais, tem origem no Brasil o “Sistema Nacional de Meio Ambiente” (SISNAMA) criado pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, disposto sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, baseando-se na idéia de responsabilidade compartilhada entre União, estados-membros e municípios e entre esses os setores da sociedade.

Essa mesma Lei criou também duas novas categorias de áreas protegidas: as Reservas Ecológicas, que se enquadram nos tradicionais moldes preservacionistas, e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), que aceitam determinado manejo sustentável, dependendo do tipo de ocupação e da localização da área (DIAS; PEREIRA, 2010).

Amarrado ao SISNAMA, também foi criado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como um órgão colegiado consultivo e deliberativo, o qual conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil preparada para estabelecer normas referentes ao uso de recursos naturais. As inovações reunidas pelo SISNAMA, não são somente técnicas, mas também têm um propósito político, pois garantem a participação da sociedade nas decisões e aceitam a cooperação interinstitucional, promovendo a expansão da política ambiental.

Em 1989, no auge das críticas nacionais e internacionais à gestão ambiental do Brasil, instigadas principalmente pelas queimadas na Amazônia e pela morte de Chico Mendes, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela Lei 7.735, de 22/02/1989 na tentativa de unificar a política ambiental brasileira, principalmente quanto à administração das Unidades de Conservação. O IBAMA assumiu as funções antes executadas pela SEMA, pelo IBDF, pela Superintendência da Borracha e pela Superintendência do Desenvolvimento e da Pesca (BRITO, 2003).

Com a conceituação de desenvolvimento sustentável no Relatório de Brundtland em 1987 e com os debates ocorridos na “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente” (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi divulgada internacionalmente a situação insustentável do modelo de exclusão de comunidades tradicionais das áreas de preservação, que até o momento era considerado o método mais adequado para garantir o “equilíbrio ambiental”. Nesse sentido, novas referências surgiram e mostraram a importância dessas comunidades tradicionais para o sucesso da criação e manutenção de áreas protegidas, pois seus

conhecimentos, técnicas, simbologias e mitos, são indispensáveis para o desenvolvimento e conservação de tais áreas (DIEGUES, 2000; PIMBERT; PRETTY, 2002).

Segundo Brown (2002), um novo referencial científico sobre a função social das áreas protegidas ganha espaço, destacando a etnobiologia e os projetos *Integrated conservation and developments* e *Community-based Conservation*. Esses projetos declaram que as presenças das comunidades tradicionais são benéficas e importantes para a preservação ambiental dos ecossistemas. A conservação requer uma apreciação muito sutil das influências humanas no “equilíbrio natural”. Dessa forma o termo “Unidades de Conservação” passou a ser o mais adequado para tais instrumentos da política ambiental, visto que o preservacionismo dividiu espaço com o conservacionismo na função das áreas protegidas.

Nessa linha de pensamento, em 1990, no Brasil, foi criada uma nova categoria de área protegida: Reserva Extrativista (RESEX), instituída pelo Decreto 98.987 de 30/01/1990 e elaborada a partir de reivindicações do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). Essa foi a primeira categoria de área protegida cuja função social foi organizada de acordo com as necessidades locais, resultando em um projeto participativo com o intuito de manejo sustentável da floresta. Sua implementação indica a supervisão por institutos de pesquisa públicos para orientação dos seringueiros em suas atividades agroextrativistas (STEINBERGER, 2006).

Porto-Gonçalves (2001) aponta que os seringueiros são também orientados por Organizações Não Governamentais (ONGs), as quais contribuíram com os movimentos sociais da Amazônia, a partir de Chico Mendes e diversos movimentos indígenas, quebrando as mediações tradicionais com o poder público e colaborando para o estabelecimento de uma personalidade política própria.

Nesse contexto, Cunha e Coelho (2003) destacam que a política ambiental brasileira ainda sofria com as prioridades dadas às políticas desenvolvimentistas, que impactavam o ambiente. Entretanto foram incentivadas políticas que induziam ao “Desenvolvimento Sustentável” com o objetivo de amenizar a degradação ambiental sem aumentar as desigualdades sociais.

Nesse momento, também aconteceu a evolução técnico-científica da biotecnologia, despertando a atenção nacional para as inovações tecnológicas que poderiam surgir a partir da biodiversidade, associando essas áreas às prováveis

vantagens do país no cenário econômico internacional. Pois, de acordo com Pimbert e Pretty (2002), o manual da preservação foi organizado de forma seletiva, considerando os diferentes valores comerciais atribuídos aos recursos biológicos presentes nas áreas protegidas.

Becker (2005), chama a atenção para o “capital natural de realização futura” e para as demandas internacionais que aumentam em relação a conservação de tais recursos no final do século XX. O envolvimento dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento é indispensável para os estudos sobre a biodiversidade e suas aplicações econômicas, visto que os recursos genéticos ainda desconhecidos e não explorados estão nas áreas mais pobres do mundo, com destaque para o Brasil, onde se encontra maior parte na floresta Amazônica.

Em 1992 é iniciado o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG-7), com objetivo de conservar a biodiversidade brasileira. Tal programa é coordenado pelo Banco Mundial e já foi alvo de muitos questionamentos em relação à gestão e ao direcionamento das pesquisas (BECKER, 2005).

O PPG-7 tem como parcerias internacionais, o governo dos Estados Unidos - US Agency for International Development (USAID); o Banco Mundial (KfW), o WWF (*World Wildlife Fund for Nature*) e o grupo de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), já no território brasileiro, participam a Rede Mata Atlântica, O Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o IBAMA, o Museu Paranaense Emílio Goeldi (MPEG), o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) (DIAS; PEREIRA, 2010).

Considerada como uma rede internacional de pesquisa, o PPG-7 apoia as seguintes áreas temáticas: uso sustentável de recursos naturais com a participação das comunidades florestais e o setor privado; conservação da biodiversidade; fortalecimento da capacidade de gestão e monitoramento ambiental; e disseminação de conhecimento, sendo que a maioria das pesquisas realizadas por esse programa se desenvolvem nos limites de UCs do Amazonas e Pará. De acordo com Becker (2005), esse programa elaborou e efetivou os projetos de “Corredores Ecológicos” adaptados como mosaicos de UCs, terras Indígenas e Reservas Privadas.

O estado do Amazonas criou em 1996 a categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), orientados pelos pesquisadores brasileiros que participam do projeto “Corredores Ecológicos” financiados pelo PPG-7. Essa categoria tem como prioridade atender as demandas relativas à conservação, pesquisa científica e permanência das populações locais.

RESEX e RDS, juntas direcionaram a configuração normativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), motivando uma nova fase na política brasileira de áreas protegidas. Nesse contexto, a partir de 2000, o “desenvolvimento sustentável” se concretizou e passou a ser referência para trabalhar os conflitos inerentes à ocupação humana em áreas protegidas e a harmonização desses instrumentos da política ambiental com as finalidades de desenvolvimento econômico do país (DIAS; PEREIRA, 2010).

O SNUC, instituído pela Lei 9.985, de 18/07/2000 pode ser considerado o marco da consolidação da política ambiental no Brasil. As UCs que integram o SNUC dividem-se em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral, com o objetivo básico de preservar a natureza e nas quais é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (Estações Ecológicas, Reservas Biológicas, Parques Nacionais, Monumentos Nacionais e Refúgios de Vida Silvestre) e as Unidades de Uso Sustentável, que apresenta o objetivo primordial de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural).

De acordo com o Relatório de Unidades de Conservação publicado em 31/12/2006, pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (IBAMA, 2006), 7,23% da área continental do Brasil e 0,39% da área oceânica brasileira são protegidos por algum tipo de UC federal, distribuídos conforme as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Unidades de Conservação federais na área continental do Brasil

Tipo de uso	Área das UCs	Área continental do Brasil	% da Área continental do Brasil
Proteção Integral	28.147.214,93	854.546.635,67	3,29
Uso Sustentável	33.663.938,75	854.546.635,67	3,94
Totais	61.811.153,68	854.546.635,67	7,23

Fonte: Ibama (2006)

Tabela 2 – Unidades de Conservação federais na área oceânica brasileira

Tipo de uso	Área das UCs	Área oceânica brasileira	% da Área oceânica brasileira
Proteção Integral	407.465,00	360.226.604,00	0,11
Uso Sustentável	1.013.159,00	360.226.604,00	0,28
Totais	1.420.624,00	360.226.604,00	0,39

Fonte: Ibama (2006)

De acordo com Milano (2001), a variedade de categorias de UCs existe em função dos vários objetivos de conservação que são atendidos de forma prioritária, ou não, por cada uma delas, sendo que algumas apresentam um significado relevante para a preservação da biodiversidade e dos sistemas naturais. Nesse sentido, Brito (2003), contribui afirmando que as diversas categorias de manejo apresentam como principal diferença os objetivos que buscam alcançar, podendo ser, desta maneira, mais ou menos restritivas quanto ao uso dos recursos naturais em seu interior. De qualquer forma, como bem assegura Milano (2001, p. 23):

Ainda que se possa considerar que é através de conjuntos de unidades das diferentes categorias de manejo que será possível alcançar mais completamente os objetivos gerais de conservação, é reconhecido que são aquelas categorias de manejo ditas de proteção integral e uso indireto dos recursos naturais, por serem mais restritivas, que também garantem maior proteção às espécies raras, endêmicas ou ameaçadas e à integridade das amostras de ecossistemas nelas incluídas.

Brito (2003) chama a atenção para o fato de que antes do surgimento do SNUC eram muito independentes e distintas as normas que tratavam sobre UCs, existindo muitas categorias de manejo. Além disso, eram instituídas unidades que não correspondiam a tais categorias.

Durante muito tempo foi difícil conceituar “Unidades de Conservação” no Brasil. Não existia dispositivo claro na definição de tal instituto, muito menos que lhe delineasse um regime jurídico apropriado. Tal situação desmotivava os autores brasileiros inseridos à área jusambiental do estudo de tema tão relevante. Inclusive se limitavam a elencar algumas modalidades de espaços territoriais legalmente protegidos, como parques nacionais, estações ecológicas, entre outros (ANTUNES, 1990).

Com a promulgação da Lei 9.985, de 10.07.2000, a qual ficou mais conhecida como Lei do SNUC, o ordenamento jurídico brasileiro passou finalmente a ter uma definição de “Unidade de Conservação”.

No art. 2º. Inc. I está a definição de UC:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O conceito de conservação aplicável à Lei do SNUC está no inc. II do mesmo art. 2º:

Conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (BRASIL, 2000).

Para Dourojeanni e Pádua (2007), uma UC é uma área estabelecida para manter a natureza, sendo que a expressão análoga, área protegida reflete claramente que o objetivo dessas áreas é a proteção da natureza. Com a aparição e crescente uso dos conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável, as definições do termo foram alteradas e passaram a incluir áreas onde os recursos naturais são muito explorados e onde a presença humana e a razão de sua existência.

Entre os conceitos de UC, vale destacar a caracterização de uma área natural protegida como “uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, bem como dos seus recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes” (UICN, 1994, p. 185 apud BRITO, 2000, p.16).

Milano (2001, p. 26) concluí que:

As UC existem para proteger a natureza, na sua maior amplitude possível, da sistemática agressão humana, seja esta decorrente de processos arcaicos ou tradicionais; ainda que para benefício da própria humanidade. Também, as UC não foram pensadas e nem foram criadas para promover o desenvolvimento, ainda que, como consequência de sua existência com bom manejo, possam propiciá-lo. E isto não pode ser esquecido, porque é a essência e os motivos da sua existência.

Para pontuar o que regulamenta o SNUC e definir critérios para a gestão compartilhada dessas áreas com Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIP) foi lançado o decreto 4.340, de 22/08/2002 (DIAS; PEREIRA, 2010, p. 81). Ressaltam esses mesmos autores que:

Dessa forma, o SNUC avança no sentido de estabelecer a obrigatoriedade de diálogo com os atores locais, ou seja, a consulta pública e democrática no processo de criação de áreas protegidas. Daí surgem alguns desafios ao refletir sobre as atuais categorias de SNUC: administrar o manejo destas áreas de forma sustentável, a realização de uma “participação” efetiva das comunidades locais e, principalmente, a interação dos saberes dessas populações com os saberes científicos sem o pressuposto de hierarquias.

Em 2002, também foi fundado o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) durante a Conferência Rio + 10 em Johannesburgo. Tal programa tem como objetivo proteger áreas extensas na Amazônia por meio da criação de UCs. Além disso o ARPA apoiou a organização de planos de manejo e proporcionou oficinas de capacitação para gestores envolvendo as comunidades residentes nas áreas a serem protegidas (DIAS; PEREIRA, 2010).

Segundo Becker (2005), esse programa representa a maior iniciativa no que se refere à conservação de florestas tropicais da história, sendo destaque na Oitava Conferência das Partes sobre Biodiversidade Biológica (COP-8), em Curitiba.

Bennett e Mulongoy (2006) destacam que após a (COP-8) foi anunciada uma mudança de paradigma de UCs por meio do lançamento do relatório técnico *Review of experience with ecological networks, corridors and buffer zones*. O relatório destaca a importância da interação das atividades humanas e o ambiente natural, pois as espécies ao se adaptarem ao meio em que vivem, passam a depender das práticas humanas tradicionais ao longo do tempo, tornando tarefa difícil determinar os usos mais adequados para a conservação da natureza.

O relatório da COP-8 faz um diagnóstico das Redes Ecológicas que foram estabelecidas em diferentes continentes. Esse modelo de conservação associa Áreas Centrais (*Core Area*), Corredores Ecológicos (*Corridors*), Zonas de Amortecimento (*Buffer Zone*) e Áreas de Manejo Sustentável dos recursos naturais para as populações do interior e entorno das áreas protegidas (*Sustainable-use areas*).

Em julho de 2005, com o objetivo de garantir autonomia à gestão, bem como priorizar a conservação das áreas protegidas, a Lei nº 11.132 acrescentou à

Lei nº 9.985/00 o artigo 22-A, prevendo a possibilidade de o:

Poder público, ressalvadas as atividades agropecuárias e outras atividades econômicas em andamento e obras públicas licenciadas, na forma da lei, decretar limitações administrativas provisórias ao exercício de atividades e empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental, para a realização de estudos com vistas na criação de unidade de conservação, quando, a critério do órgão ambiental competente, houver risco de dano grave aos recursos naturais ali existentes (BRASIL, 2005).

Entre os principais desafios para a implementação de um Sistema Nacional de UCs ecologicamente representativo e corretamente gerenciado estão (MMA; IBAMA, 2007, p. 45):

- Garantir sustentabilidade financeira ao SNUC, visto que há insuficiência de recursos financeiros para o bom funcionamento do Sistema;
- Providenciar a regularização fundiária das Unidades de Conservação, pois muitas dessas apresentam pendências fundiárias que comprometem o planejamento, o funcionamento e a gestão das mesmas;
- Regulamentar as categorias de manejo contidas no SNUC, ao passo que é indispensável estabelecer mecanismos de gestão para as Unidades de Conservação;
- Criar sistemas estaduais e municipais compatíveis com o SNUC, com diagnóstico da situação dos mesmos;
- Equipar o sistema de Unidades de Conservação com pessoal capacitado, pois existe uma dificuldade em contratar profissionais qualificados para preencher o quadro técnico do órgão gestor federal;
- Enriquecer a construção e implementação de planos de manejo das Unidades de Conservação, com contemplação da área, da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos, de forma que sejam previstas medidas que os integrem às questões socioeconômicas das comunidades vizinhas.

Em 2006 já estavam estabelecidas 82 Redes Ecológicas na América Latina. De acordo com Jenkins e Joppa (2006) 74% de todas as UCs criadas no mundo a partir de 2003, estavam no Brasil e em 2008, conforme dados do IBAMA, 42% da área da Amazônia Legal já se constituía em um tipo de área protegida.

As UCs no Brasil têm aumentado em número e extensão nas últimas décadas. Entretanto, muitas dessas áreas não apresentam um plano de manejo

apropriado e implementado, pois estão legalmente delimitadas, mas na prática não existem (MEDEIROS, 2006). Outro fator importante que Dourojeanni e Pádua (2007) esclarecem, é que são também consideradas as áreas de preservação ambiental (APPs), as quais não garantem a preservação da biodiversidade que encerram, não diferindo das áreas de entorno. Conforme Velásquez (2005), há o fato de que muitas áreas protegidas estão sobrepostas a outras terras públicas ou privadas, como Terras Indígenas, outras UCs e propriedades particulares, apesar de serem demarcadas e computadas separadamente.

Além disso, mesmo com o aumento em número e em superfície das UCs, ainda há o predomínio das áreas que permitem o uso direto dos recursos naturais em relação às áreas protegidas de uso indireto, o que é contrário ao ponto de vista da preservação da biodiversidade (DOUROJEANNI, 2001). Quanto à porcentagem de áreas declaradas como UCs de uso indireto, esse número equivale a cerca de 2% do território nacional, o que é inexpressivo para conservação da biodiversidade do país (MILANO, 2001).

Ainda nesse contexto, Dias e Pereira (2010) apontam a ocorrência de muitos conflitos inerentes à falta de condições essenciais para a gestão e o manejo das áreas protegidas, conflitos relacionados à propriedade das terras e desapropriações e conflitos entre as populações locais e os pesquisadores, principalmente com relação à proteção dos conhecimentos tradicionais.

Diante dessa situação, o governo federal criou o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, pelo Decreto 5.758, de 13/04/2006 (BRASIL, 2006):

Os princípios e diretrizes são os pilares do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP e devem orientar as ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativo, efetivamente manejado, integrado a áreas terrestres e marinhas mais amplas.

Entre os princípios desse Decreto estão: desenvolvimento das potencialidades de uso sustentável das áreas protegidas, o reconhecimento e fomento das diferentes formas de conhecimento e práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e a sustentabilidade técnica e financeira, garantindo manutenção administrativa e gerencial na gestão das áreas protegidas (DIAS; PEREIRA, 2010).

Rodrigues (2005) considera que existe fragilidade nas condições da manutenção das UCs existentes no país; seja pela falta de conscientização, conseqüentemente gerando degradação ou pela incapacidade de fiscalização por parte dos órgãos ambientais. Milano (2001), acrescenta que, além de criadas, essas áreas devem ser implantadas e manejadas de forma efetiva, pois conforme Pádua (2002), do contrário se tornam frágeis e não atendem os objetivos para os quais foram criadas.

Mesmo tendo contribuído com mecanismos úteis para resolver problemas antigos referentes às UCs, o SNUC apresenta uma abordagem parcial diante às oportunidades existentes no Brasil de instauração de planejamentos mais eficientes, que contemplem a conservação e a sustentabilidade, principalmente em áreas naturais extensas e bem conservadas. Os argumentos científicos oriundos da biologia da conservação, de que grandes áreas são mais apropriadas para a conservação, pois os processos biológicos ultrapassam os limites das áreas protegidas, bem como os argumentos políticos de que a variável da conservação e do uso sustentável da biodiversidade deve ser introduzida no planejamento mais amplo do desenvolvimento regional, explicam a urgência de propiciar uma conservação de forma ecossistêmica no Brasil (BRASIL, 2007).

Diante da necessidade de mudanças na política nacional de conservação e uso sustentável da biodiversidade, no que se refere à eficácia da gestão, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob a forma de autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. O Instituto Chico Mendes foi constituído mediante desmembramento das unidades do IBAMA até então incumbidas das ações federais de conservação da natureza e, em especial, da proteção das unidades de conservação instituídas e mantidas pela União (BRASIL, 2007).

Medida Provisória nº 366, de 2007, teve sua edição justificada nos seguintes termos, constantes da Exposição de Motivos Interministerial nº 23/MMA/MP/2007, subscrita pela Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, e pelo Ministro Paulo Bernardo Silva, do Planejamento, Orçamento e Gestão:

A necessidade de consolidar a atuação governamental na execução da política nacional de unidades de conservação da natureza, na execução de políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e às

populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União, além do fomento à execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade demonstram a urgência e relevância da edição da presente medida provisória, viabilizando assim a imediata criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, possibilitando maior eficiência na execução das políticas ambientais.

À nova autarquia fica a responsabilidade da proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das UCs criadas pela União, assim como a execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais UCs de uso sustentável instituídas pela União. O novo Instituto terá, ainda, o papel de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, de acordo com as diretrizes proferidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Sob seus cuidados está a gestão de 288 UCs que abrangem cerca de 8% do território nacional – além criar e apoiar a gestão de 432 reservas privadas reconhecidas pelo órgão federal (MMA, 2007).

2.2 OS PARQUES NACIONAIS

Os especialistas estimam que as extinções estejam ocorrendo centenas de vezes mais rapidamente que as taxas registradas na história dos fósseis, a chamada “taxa de extinção de fundo”. Uma taxa acelerada de extinção é apenas sintoma entre muitos, refletindo o que Aldo Leopold chamou de feridas que o ser humano tem infligido à natureza. As atuais altas taxas anormais de extinção irão continuar pelo século XXI adentro, mas em um futuro distante irão inevitavelmente retornar às taxas de fundo. Qual será a condição da biota da Terra quando essa ocasião chegar? Estarão os seres humanos deste tempo vivendo em um mundo de ervas daninhas ou estarão vivendo em um planeta saudável, com ecossistemas intactos, ar puro, água limpa e abundância de recursos naturais? Essa não é uma questão jocosa, pois, se as atuais tendências continuarem por mais cinquenta anos, nós poderemos, queiramos ou não, habitar um mundo de ervas daninhas.

Jonh Terborgh

De acordo com Terborgh (2002), existe uma luta contra o tempo travada por aqueles que se esforçam para conservar a biodiversidade, mesmo que somente 5% da Terra tenha conseguido proteção real e formal. Aproximadamente 80% dos governos do mundo consideram que a humanidade tem obrigação moral de dividir o planeta com outras formas de vida. Diante da aceitação de tal obrigatoriedade, a criação de áreas protegidas legalmente se apresenta como forma de resposta e de atitude.

Nesse sentido, os autores consideram que essas iniciativas são importantes e representam um bom começo. Entretanto, globalmente o sistema de conservação está longe do ideal, pois as taxas de extinção são altas e crescentes e; 5% dos habitats terrestres do planeta não são suficientes para a conservação da sua biodiversidade. Portanto, se faz necessário, e de forma urgente o aumento das áreas protegidas para que os índices de taxas de extinção parem de crescer, pois mesmo esses cinco por cento são considerados uma ilusão, visto que muitas terras inseridas nas áreas protegidas são monumentos naturais, conhecidas como “síndrome de rochas de gelo”.

As rochas e o gelo representam uma parcela desproporcional do que a humanidade cede à natureza (o maior parque do mundo está sobre a camada de gelo da Groenlândia²). Outra grande porção da totalidade é representada pelos “parques de papel”, termo que faz referência aos parques que existem apenas virtualmente, como linhas delineadas em mapas. Dessa forma, a luta pela conservação da biodiversidade enfrenta dois grandes desafios: é necessário destinar mais áreas para a proteção da biodiversidade e as terras destinadas à conservação da biodiversidade necessitam ser realmente protegidas de um conjunto de atividades destrutivas, muitas ilegais, mas algumas legais (TERBORGH; SCHAIK, 2002).

Os autores destacam que as recentes experiências com UCs em países tropicais não têm apresentado muito sucesso, pois muitos parques tropicais enfrentam problemas como: a presença de pessoas vivendo dentro deles legalmente, outras vezes ilegalmente; a caça ilegal; a exploração madeireira; a invasão agrícola; a mineração; o pastoreio e a extração de produtos naturais para o mercado comercial. Além disso, muitas áreas protegidas não foram demarcadas corretamente, são de difícil acesso para os turistas e não apresentam um orçamento adequado para operacionalização institucional.

Mesmo com a constatação de tantos problemas, Diegues (2008) considera que a criação de UCs tem sido um dos principais instrumentos das iniciativas inerentes à conservação da natureza, em especial nos países de Terceiro

2 Parque Nacional do Nordeste Groenlândia está localizado no nordeste da Groenlândia e é o maior parque nacional e reserva da biosfera do mundo, cobrindo 97,2 milhões de hectares. Não há assentamento permanente na reserva da biosfera, uma vez que a maioria da área está dentro do gelo e o resto é uma paisagem de fiordes composto. Ele também é o único parque nacional na Groenlândia.

Mundo³, onde os parques são estabelecidos para proporcionar aos visitantes a oportunidade de contemplar e valorizar as belezas naturais.

Com o advento da crise ambiental cresce a necessidade do encontro do homem com a natureza, para que ele possa se identificar e integrar como ser natural e cultural, com o compromisso de proteger e respeitar o meio ambiente para si mesmo e para as gerações futuras.

Nesse contexto, acontece a criação de novas UCs, com destaque para os Parques Nacionais que contribuem muito na sensibilização da sociedade. Entretanto essas áreas não estão sendo geridas adequadamente em função da falta de informações e conhecimentos necessários para uma boa gestão (TEIXEIRA, 2010).

Estudos realizados em países em desenvolvimento têm demonstrado enfaticamente que muitos parques estão ameaçados por três fatores: degradação, redução do tamanho e revogação da sua criação. Também é constatado que os parques vêm enfrentando problemas, que vão desde questões rotineiras, passando por limitações orçamentárias até situações de falência das instituições sociais, desencorajando e impedindo dessa forma a melhoria do manejo dessas áreas (TERBORGH, 2002).

Entretanto, Brandon (2002), relata que estudo realizado sobre a efetividade dos parques na proteção da biodiversidade apresentou resultados encorajadores. Na análise de noventa e três parques de vinte e três países, compreendendo uma área total de dezoito milhões de hectares, considerando os diferentes fatores (tamanho, orçamento, estratégia de manejo, presença humana, tipo de ecossistema) apresentados e observando a área de entorno, foi constatado que os parques se encontram em melhores condições que seus entornos e estão protegendo a biodiversidade, mesmo quando não têm um suporte eficiente de manejo e estão sob altos níveis de ameaça.

Considerando que a extinção é para sempre, e evitá-la é a principal função dos Parques, Terborgh (2002), chama a atenção para a importância de estruturar institucionalmente essas áreas, possibilitando dessa forma sua

3 Estão nesse grupo os países com economia subdesenvolvida ou em desenvolvimento, localizados geralmente na América Latina, África e Ásia. O autor da expressão foi o economista francês Alfred Sauvy e a mesma foi emitida pela primeira vez no ano de 1952. A expressão foi criada a partir da observação que o economista realizou acerca dos países do mundo, quando então constatou que existia uma enorme disparidade política, econômica e social entre as nações, deixando muitas delas marginalizadas no cenário mundial. Tal denominação foi usada entre os anos de 1945 e 1990.

permanência, bem como sua resiliência diante dos inúmeros contratemplos ao longo do tempo.

Como sugestões para melhoria dos parques, Brandon cita que o estudo por ela realizado chama a atenção para a importância de mudanças no manejo e na regulamentação, de maneira que venham ao encontro da realidade de cada parque.

A decisão das ações a serem tomadas nos parques e nos seus arredores, tem sido pauta de debate nas comunidades conservacionistas. Anteriormente, eram realizadas intervenções determinadas pelos projetos integrados de conservação e desenvolvimento (ICDPs), as quais não eram efetivas e resultavam em problemas.

Nesse sentido, Brandon (2002, p. 477), ressalta alguns fatores que têm se mostrado importantes para o sucesso do manejo de parques (Quadro 2):

Quadro 2 - Fatores importantes para a manutenção de parques

Ação necessária ao sucesso	Parques
Fortalecimento da fiscalização e regulamentos	Kibale, Leuser, Monteverde, Nagarahole
Envolvimento da comunidade na proteção	Monteverde, Kibale, Ranomafana, Congo-Zaire
Financiamentos modestos para a conservação, não para desenvolvimento	Afi (Oates)
Compromisso de longo prazo por parte dos doadores	Kibale, Leuser, OFR (Hart), Congo-Zaire
Ligações de colaboração permanente com pesquisadores e fontes de recursos estrangeiros	Kibale, Ranomafana
Treinamento e participação	Kibale, Ranomafana
Presença de longo prazo de cientistas e de monitoramento ecológico	Kibale, Tiwai (Oates), Nagarahole, Monteverde
Educação e apoio público local e nacional	Kibale, Tiwai, Nagarahole, Monteverde
Planos de conservação e manejo flexíveis	Kibale
Equipe nacional profissional e dedicada	Kibale, OFR, Monteverde, Congo-Zaire
Comunidades locais com baixo ou variado uso de recursos	OFR, Tiwai (Oates)
Ecoturismo	Tai (Oates), Monteverde, Nagarahole, Ranomafana

Fonte: Brandon (2002) – Parques Eficientes

Estudos recentes demonstram que os projetos de parques são mais bem-sucedidos quando as metas de conservação são identificadas e, então são desenvolvidas estratégias razoáveis para atingi-las. Iniciativas complexas, que tentam cobrir todos os acontecimentos tendem a falhar.

Nesse sentido, Brandon (2002), considera também como prerrogativa na promoção da conservação da biodiversidade, se o tipo de área protegida é apropriado a determinado contexto social. Pois a presença de uma inadequação desta natureza, acarreta em problemas sérios e duradouros.

As vantagens na proteção da biodiversidade diminuem a medida que uma área protegida é estabelecida sem realizar uma análise a respeito de sua adequação

ao contexto social local. Essas falhas fundamentais de concepção são denominadas de “problemas de criação”⁴.

Seguindo essa linha de pensamento Brandon (2002) descreve duas categorias gerais de áreas protegidas: estável ou sofrendo um processo de rápida mudança social. Muitos parques estáveis foram estabelecidos em áreas remotas e isoladas, tanto geograficamente como em termos de poder político, onde as pessoas residentes eram pobres, as terras de pequeno valor produtivo e com serviços públicos e infraestrutura limitados. Em oposição, a categoria de parques em processo de rápida mudança, foi estabelecida com o propósito de “parar” ou controlar os impactos das mudanças regionais rápidas, as quais originam-se de forças externas à região, que geralmente são de origem política ou relacionadas a programas de governo, como construção de rodovias e consequentes alterações no uso das terras.

As tipologias (tipo, contexto social e nível de complexidade das áreas protegidas) apresentadas, são, portanto, importantes e úteis na determinação do nível e da intensidade das diferentes abordagens necessárias a cada tipo de área.

Nesse contexto, vale ressaltar que entre as áreas protegidas, os parques são tudo o que sobrou dos habitats naturais, e são os únicos lugares onde subsiste a fauna nativa, portanto é importante encontrar caminhos para protegê-los e resgatá-los.

Os Parques Nacionais foram instituídos visando processos de preservação. Segundo Drummond (1997, p. 07),

Esse tipo de política governamental de preservação de áreas terrestres e/ou aquáticas, com características naturais raras, belas e importantes iniciou-se nos Estados Unidos com a criação do conceito de Parques Nacionais. Yellowstone foi o primeiro parque nacional americano criado em 1872. Partindo do princípio de que o homem é considerado um destruidor da natureza.

4 Exemplo desta situação é colocado por Brandon (2002, p. 479), que relata a imposição do Parque Nacional Mochima, na Venezuela sobre comunidades que ocupavam a área a ser protegida há muito tempo. Como não havia meios de manejar a área com um parque nacional, os responsáveis realizaram a tentativa de manejá-la como reserva da biosfera, resultando na perda da significação e intenção das diferentes categorias de manejo. Entretanto a autora relata que não sendo possível designar o Parque de Mochima de forma específica como reserva da biosfera, a estrutura legal de sua sustentabilidade não é utilizada e então fica permitida a seus moradores se beneficiarem de empreendimentos rentáveis, como os de ecoturismo. Tal situação tem como resultado um conjunto de moradores descontentes, administradores desmotivados e biodiversidade perdida. Em situação em que o zoneamento fosse realizado de forma correta e com o uso intensivo das áreas de praia altamente promissoras com relação à geração de rendas, verbas maiores seriam destinadas para sustentação do parque, bem como benefícios para seus moradores.

Diegues (2008), argumenta ainda que essa ideia tinha por objetivo proteger a vida selvagem da influência humana e guardar exemplares da fauna e da flora para gerações futuras. Além disso, almejava-se criar um espaço onde o homem urbano pudesse apreciar a natureza intacta e restituir suas forças.

Já Veyne (2009), destaca que os Parques Nacionais foram originados principalmente a partir da preocupação do ser humano com a conservação dos ambientes naturais. Tal preocupação já existia na Idade Média, entretanto tinha como foco principal a questão econômica, época em que “todo domínio comporta uma parte de floresta, que não custa nada e serve de poupança”.

Atualmente, os Parques Nacionais existem praticamente na legislação de todos os países e têm por finalidade preservar o ambiente contra os efeitos de degradação natural e eliminar a possibilidade de intervenção artificial que possa lhe alterar o aspecto, conteúdo ou desenvolvimento.

A primeira iniciativa para a criação de um Parque Nacional no Brasil, foi somente em 1876, por sugestão de engenheiro André Rebouças que se inspirou na criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos. A ideia inicial era a de criar dois Parques Nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. Tal proposta, que não se concretizou, oportunizou vasta discussão e mobilização para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros posteriormente (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004).

Nesse sentido, o surgimento das áreas protegidas no Brasil deu-se com a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 e com os Parques de Iguazu, Serra dos Órgãos e Sete Quedas, em 1939 (TOPPA; MELLO, MORAES, 2013). Para Mittermeier et al (2005), assim como Yellowstone, os primeiros Parques Brasileiros tinham como principal objetivo a proteção de paisagens extraordinárias, sendo que até a metade do século XX a consciência da necessidade de conservar a vida silvestre no Brasil ainda era incipiente.

Os Parques são as primeiras unidades de conservação e proteção criadas pelo Direito Brasileiro. Oriundas do antigo Código Florestal de 1934, estas vieram sendo aprimoradas na prática administrativa e muitas unidades então foram criadas, já que vinham funcionando e serviram de base e fundamento para a elaboração legislativa posterior (SOUZA FILHO, 1993).

O Código Florestal (Lei 4.771, de 15.09.65), em seu artigo 5º, determinou ao Poder Público a criação de Parques nacionais, estaduais ou municipais se criados pela União, Estados e Municípios respectivamente. Diz o Código que a criação deve ter finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos (SOUZA FILHO, 1993).

O regulamento que estabeleceu as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais entrou em vigor pelo Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979. De acordo com esse Decreto, são reconhecidos como Parques Nacionais, áreas geográficas externas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo. Os Parques Nacionais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos; criados e administrados pelo Governo Federal, constituem bens da União destinados ao uso comum do povo, cabendo às autoridades, motivadas pelas razões de sua criação, preservá-los e mantê-los intocáveis (IBAMA, 1995).

Considerado como a principal categoria das UCs do SNUC por ter sido o modelo para a criação das outras, os Parques Nacionais brasileiros são áreas com permissão para entrada de visitantes, sob normas e restrições estabelecidas no regulamento dos mesmos (decreto no 84.017/79), no plano de manejo de cada unidade ou pelo órgão responsável pela administração. Podem ser visitadas para fins educacionais, científicos, culturais e recreativos, representando grande potencial para a atividade turística.

A definição de Parque Nacional é fornecida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA, 2002), como:

Pertencem ao grupo de unidades de conservação de proteção integral, e destinam-se à preservação integral de áreas naturais com características de grande relevância sob os aspectos ecológicos, beleza cênica, científico, cultural, educativo e recreativo, vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta. Excetuam-se as medidas de recuperação de seus sistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos naturais, conforme estabelecido em seu plano de manejo. Os Parques Nacionais (PARNA ou PN) comportam a visitação pública com fins recreativos e educacionais, regulamentada pelo plano de manejo da unidade. As pesquisas científicas, quando autorizadas pelo órgão responsável pela sua administração, estão sujeitas às condições e

restrições determinadas por este, bem como ao que for definido em seu plano de manejo.

Com relação aos benefícios da instituição dos Parques Nacionais para a sociedade, Kinker (2002, p. 37) defende que:

Além da manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos, promove as oportunidades de recreação e ecoturismo, as oportunidades de educação ambiental e pesquisa, e a proteção dos valores estéticos, espirituais, culturais, históricos e existenciais.

As áreas protegidas são consideradas como um dos instrumentos mais bem-sucedidos no que se refere à conservação da biodiversidade. Entretanto, seus benefícios diretos aos seres humanos ultrapassam a conservação *in situ* (PEIXOTO; IRVING, 2013, p. 25). Os autores citam como exemplos:

(...) a conservação dos recursos hídricos; das belezas cênicas; a proteção dos solos evitando e controlando a erosão; o assoreamento dos rios e represas, mantendo regular a vazão dos rios, etc.; a proteção de sítios históricos e/ou culturais; a manutenção e produção da fauna silvestre; a disponibilização de oportunidades de recreação em contato com a natureza; a geração de conhecimentos por meio da educação ambiental; o manejo de recursos florestais; assegurar a qualidade do ar e da água; e ordenar o crescimento econômico regional (organizando e enfocando todas as ações do desenvolvimento integral rural e urbano, pela geração de oportunidades estáveis de emprego e renda), bem como de economias locais sustentáveis.

Nesse contexto, os Parques Nacionais contraem uma grande responsabilidade e são considerados de extrema importância, ao passo que assumem vários objetivos, entre os quais destacam-se a melhoria da qualidade de vida das comunidades que vivem em seu entorno e usufruem diretamente de seus atributos naturais e cênicos.

Entretanto, a categoria tem recebido amplas críticas, por haver sido inspirado em experiências estrangeiras sem levar em conta as realidades locais. Diegues (2008), destaca que a ideia de grandes áreas não habitadas, onde a vida natural e selvagem pudesse ser totalmente afastada da presença humana, foi amplamente usada nos parques de muitos países, porém considera importante a permanência dos povos ditos tradicionais, em tais áreas, pois entende que, estes possuem práticas milenares de proteção aos recursos naturais.

Outra alegação forte contra os Parques, é que há perda ou restrições dos direitos da propriedade e direito do uso da terra pelos habitantes em áreas de

Parque e seu entorno, sendo impostas uma série de limitações aos proprietários de terras, com o objetivo de preservar o meio ambiente. Sendo que esses proprietários na maioria das vezes vivem no local há várias gerações e dependem da exploração de recursos naturais.

As terras que pertencem aos limites de uma Unidade de Conservação de uso indireto – um Parque Nacional, por exemplo – criada pelo poder público, sofrem diversas restrições de uso, de acordo com o seu objetivo de manejo. Entende-se, por lei, que a ocupação humana nestas terras é incompatível com os objetivos de conservação (IBAMA, 2002).

Nesse sentido, Rocha, Ganem e Drummond (2010) destacam que a regularização fundiária de Parques Nacionais é considerada uma situação de alta complexidade, pois envolve muitos interesses, grandes recursos financeiros, terras utilizadas na agropecuária, comunidades rurais de diferentes tipos, fluxos de visitação, empreendimentos turísticos etc. Possivelmente a especulação e o apossamento ilegal de terras públicas se traduzam no ponto principal da questão, envolvendo procedimentos duvidosos e indenizações milionárias.

A situação fundiária tem particularidades que motivam o estado de apatia do poder público no seu trato, intensificando a problemática. Entretanto, os prejuízos causados pelas pendências na regularização fundiária dos Parques Nacionais, não inviabilizam a permanência das UCs e o cumprimento parcial de suas funções (ROCHA; GANEM; DRUMMOND, 2010).

Cabe ressaltar que alguns Parques Nacionais convivem com situações fundiárias irregulares por muito tempo, pelo fato de seus órgãos administrativos não se posicionarem em prol de resoluções nesse sentido. A baixa probabilidade de que tais resoluções resultem em dividendos políticos para os gestores dos órgãos responsáveis pela UC, contribui para a inércia em relação à questão fundiária.

Além disso, Rocha, Ganem e Drummond (2010), comentam que a resolução dos problemas fundiários pode gerar atritos e desgastes com pessoas influentes, que possam vir a se mobilizar juridicamente para enfrentar as ações que os prejudiquem. Ocorre também a possibilidade de atritos com as comunidades vizinhas das UCs, impedindo dessa forma que forças sociais se fortifiquem e trabalhem de forma eficaz e firme para resolver o problema.

Segundo explicações do Plano de Manejo do PARNA (1982, p. 83):

A criação de Parques Nacionais no Brasil acompanhou, a expansão das frentes de ocupação humana e agrícola que ocorreram a partir da segunda metade do século XX, quando o país passou por transformações marcantes na agricultura e nas relações entre campo e cidade.

De acordo com Wallauer (1998, p.147):

Até meados da década de 1970, o estabelecimento destas áreas não obedecia a critérios técnicos científicos e muito menos a idéia de um sistema. As áreas eram criadas pelas belezas cênicas, atributos geológicos espetaculares, riqueza da fauna e flora, e oportunismo político.

Nesse sentido, foi criado o PNAP pelo decreto 5.578/2006, como resposta aos compromissos assumidos durante a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) com o propósito de *integrar as unidades de conservação a paisagens terrestres e marinhas mais amplas, de modo a manter a sua estruturada e função ecológicas e sócio-culturais*. Considerou que as ações debatidas a cerca desse tópico deveriam estar direcionadas para o desenvolvimento de procedimentos voltados para a promoção de sistemas abrangentes de áreas protegidas com relevâncias ecológicas, eficiência no manejo e integração das paisagens terrestres e marinhas (Decreto 5.578/2006).

O PNAP agregou a proteção da biodiversidade à sociodiversidade, ao reconhecer a importâncias das questões subjetivas e simbólicas do processo de conservação da natureza, considerando que:

o compromisso requer da gestão de parques nacionais, não apenas o conhecimento das espécies de fauna e flora, mas também da diversidade cultural e das diferentes formas de interpretação e apropriação de patrimônio natural pelas populações locais, o que implica em outro perfil, e em nova forma de atuação, capaz de lidar com os aspectos humanos da gestão, numa nítida mudança de paradigma no sentido de valorização do protagonismo social (IRVING; MATOS, 2006, p. 93).

De acordo com Bezerra (2011), mesmo que de forma inicial no que se refere a intenções, cresce a ideia de incorporação da dimensão sociocultural no processo de gestão do patrimônio natural/cultural brasileiro. Isso significaria considerar que os bens naturais estão associados aos valores culturais, os quais devem ser contemplados no processo de gestão da conservação do patrimônio. Entretanto, tais ideias ainda estão distantes da abordagem e dos princípios da

gestão da conservação na forma prescrita pelas cartas patrimoniais referentes à significância natural e cultural. Nesse sentido, pode-se considerar que, conceitual e metodologicamente, o sistema de gestão de conservação do patrimônio natural/cultural brasileiro não traz na sua essência a concepção de conservação patrimonial de forma integrada, com tratamento conjunto aos valores naturais e culturais a serem mantidos em sua plenitude para as gerações presentes e futuras.

Como resultado do processo de gestão das UCs brasileiras, existe atualmente, institucionalizado um conjunto de áreas protegidas, cadastradas pelo ICMBio/IBAMA, entre as quais, 72 (setenta e dois) são Parques Nacionais, instituídos por Decretos Federais, equivalente a 20% da área do território nacional (Quadros 3 a 7).

Quadro 3 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Norte

REGIÃO NORTE			
Parques Nacionais	Localização	Ano (criação)	Área (ha)
Serra do Divisor	Acre	1989	840.950
Cabo Orange	Amapá	1980	442.437
Montanhas do Tumucumaque	Amapá	2002	3.882.120
Pico da Neblina	Amazona	1979	2.260.344
Jaú*	Amazonas	1980	2.272.000
Anavilhanas*	Amazonas	2008	350.018
Nascentes do Lago Jari	Amazonas	2008	812.141
Mapinguari	Amazonas	2008	1.572.422
Amazônia (Figura 01)	Pará	1974	994.000
Serra do Pardo	Pará	2005	447.342
Jamanxim	Pará	2006	7.106
Rio Novo	Pará	2006	537.757
Campos Ferruginosos	Pará	2017	79.029
Pacaás Novos	Rondônia	1979	711.468
Serra da Cutia	Rondônia	2001	289.910
Campos Amazônicos	Rondônia	2006	809.158
Monte Roraima (Figura 02)	Roraima	1989	117.147
Virúá	Roraima	1998	215.917
Serra da Mocidade	Roraima	1998	377.937
Araguaia	Tocantins	1959	557.708

REGIÃO NORTE			
Nascentes do Rio Parnaíba	Tocantins	2002	729.800

*Parnas Brasileiros Patrimônio Mundiais.

Fonte de dados: *site* oficial do IBAMA/ICMBio; elaboração: Rosabel Bertolin

Figura 1 - Parna da Amazônia



Fonte: Marcos Amend/Fundação Boticário

Figura 2 - Parna Monte Roraima



Fonte: Marcos Amend/Fundação

Quadro 4 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Nordeste

REGIÃO NORDESTE			
Parques Nacionais	Localização	Ano (criação)	Área (ha)
Monte Pascoal*	Bahia	1961	22.383
Abrolhos	Bahia	1983	91.300
Chapada Diamantina	Bahia	1985	152.575
Grande Sertão Veredas	Bahia	1989	83.363
Pau Brasil*	Bahia	1999	11.038
Costa Descobrimento*	Bahia	1999	21.129
Ubajara	Ceará	1959	6.299
Jericoacoara	Ceará	2000	6.295
Lençóis Maranhenses (Figura 03)	Maranhão	1981	155.000
Chapadas das Mesas	Maranhão	2005	160.046
Fernando de Noronha* (Figura 04)	Pernambuco	1988	11.270
Sete Cidades	Piauí	1961	7.700
Serra da Capivara*	Piauí	1979	92.228
Serra das Confusões	Piauí	1998	526.106
Serra da Itabaiana	Sergipe	2005	8.030

*Parques Brasileiros Patrimônio Mundiais.

Fonte de dados: *site* oficial do IBAMA/ICMBio; elaboração: Rosabel Bertolin

Figura 3 - Parna Lençóis Maranhenses



Fonte: Marcos Amend/Fundação Boticário.
 Figura 4 - Parna Fernando de Noronha



Fonte: Marcos Amend/Fundação Boticário.

Quadro 5 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Centro-Oeste

REGIÃO CENTRO-OESTE			
Parques Nacionais	Localização	Ano (criação)	Área (ha)
Parque Nacional de Brasília	Brasília - DF	1961	31.895
Chapada dos Veadeiros*	Goiás	1961/2001	65.514

Chapada da Emas* (Figura 05)	Goiás	1961/1972/2001	133.064
Pantanal Matogrossense* (Figura 06)	Mato Grosso	1981	135.000
Chapada Guimarães	Mato Grosso	1989	32.776
Juruena	Mato Grosso	2006	1957
Serra da Bodoquena	Mato Grosso do Sul	2000	77.232

*Parnas Brasileiros Patrimônio Mundiais.

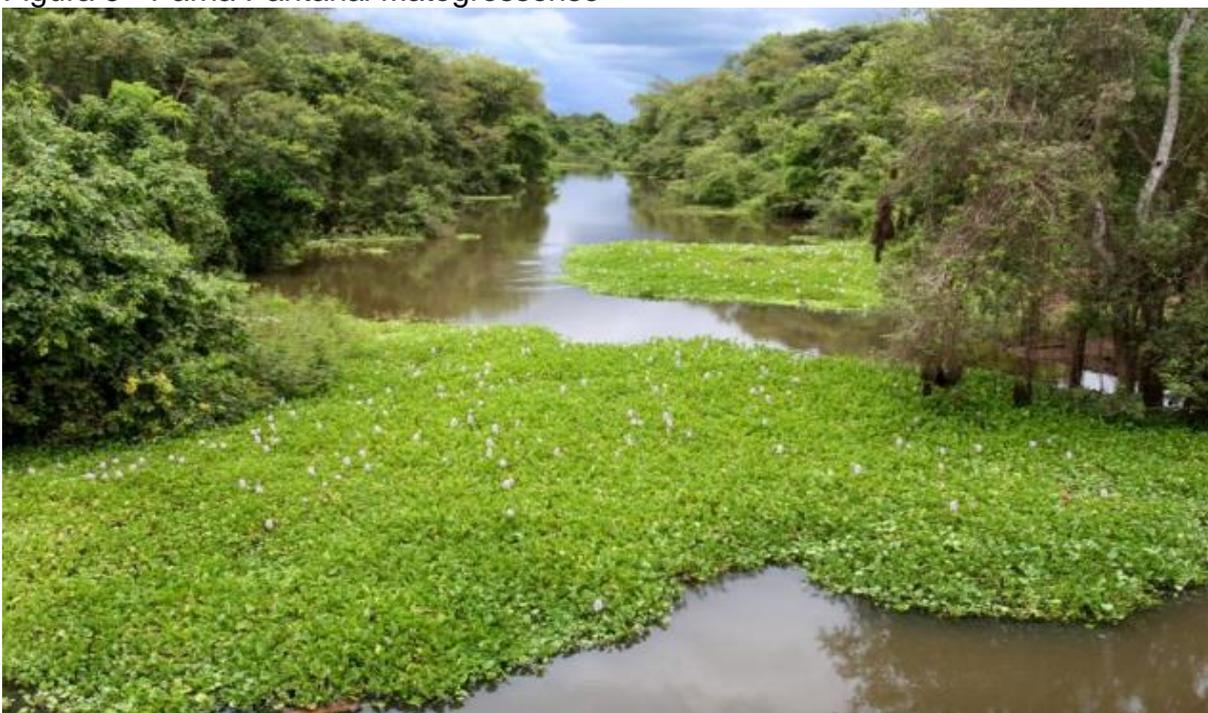
Fonte de dados: *site* oficial do IBAMA/ICMBio; elaboração: Rosabel Bertolin

Figura 5- Parna Chapada das Emas



Fonte: Marcos Amend/Fundação Boticário

Figura 6 - Parna Pantanal Matogrossense



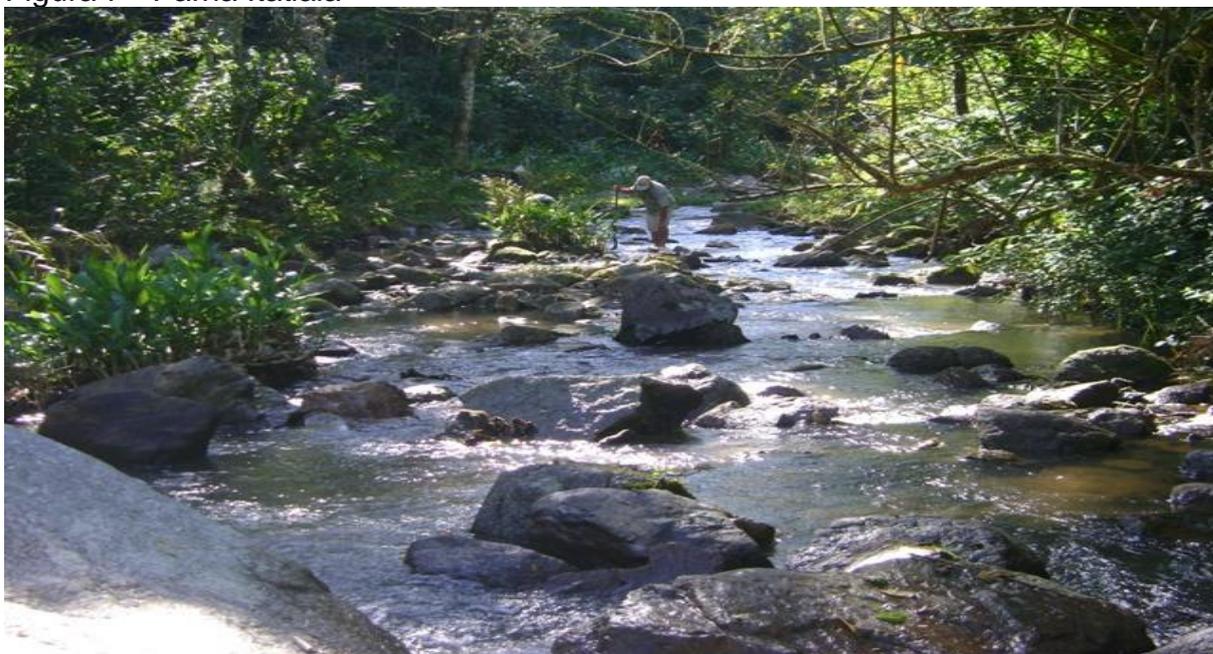
Fonte: Marcos Amend/Fundação Boticário

Quadro 6 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Sudeste

REGIÃO SUDESTE			
Parques Nacionais	Localização	Ano (criação)	Área (ha)
Pontões Capixabas	Espírito Santo	2002	17.492
Itatiaia (Figura 07)	Minas Gerais	1937	28.155
Caparaó	Minas Gerais	1961	31.853
Serra da Canastra	Minas Gerais	1972	138.380
Serra do Cipó	Minas Gerais	1984	31.733
Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais	1999	56.649
Sempre-Vivas	Minas Gerais	2002	124.154
Grande Sertão Veredas	Minas Gerais	2004	231.668
Serra dos Órgãos (Figura 08)	Rio de Janeiro	1939	10.527
Tijuca	Rio de Janeiro	1961	3.972
Restinga de Jurubatiba	Rio de Janeiro	1998	14.838
Serra da Bocaina	São Paulo	1971	97.953

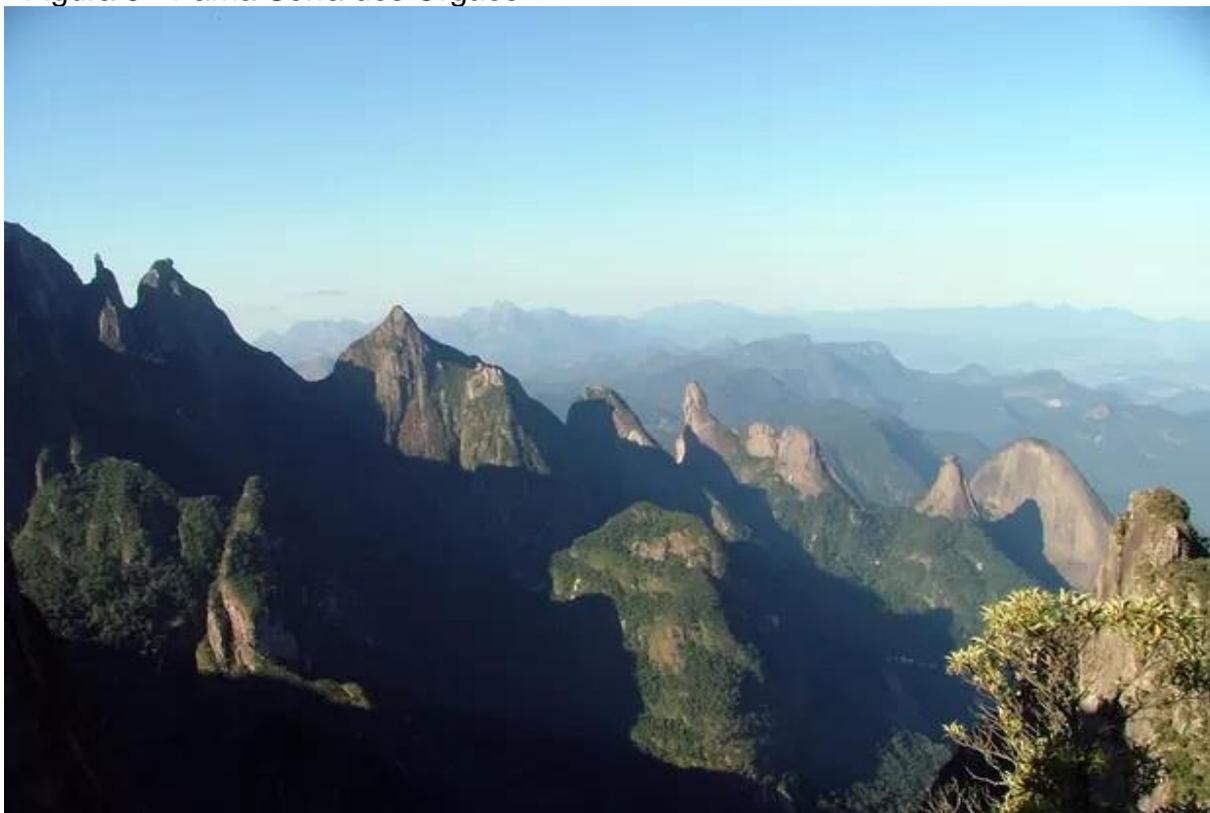
Fonte de dados: *site* oficial do IBAMA/ICMBio; elaboração: Rosabel Bertolin

Figura 7 - Parna Itatiaia



Fonte: Rotas Turísticas

Figura 8 - Parna Serra dos Órgãos



Fonte: Rotas Turísticas

Quadro 7 - Lista de Parques Nacionais Brasileiros – Região Sul

REGIÃO SUL			
Parques Nacionais	Localização	Ano (criação)	Área (ha)
Iguaçu* (Figura 09)	Paraná	1939	185.262
Superagui*	Paraná	1989	33.998
Ilha Grande	Paraná	1997	108.166
Saint-Hilaire/Lange,	Paraná	2001	25.161
Campos Gerais	Paraná	2006	21.286
Lagoa do Peixe	Rio Grande do Sul	1986	33.248
Serra Geral (Figura 10)	Rio Grande do Sul	1992	17.300
Aparados da Serra (Figura 11)	Santa Catarina	1959	10.250
São Joaquim	Santa Catarina	1961	49.300
Serra do Itajaí	Santa Catarina	2004	57.374
Araucárias	Santa Catarina	2006	12.841

*Parnas Brasileiros Patrimônio Mundiais.

Fonte de dados: site oficial do IBAMA/ICMBio; elaboração: Rosabel Bertolin

Figura 9 - Parna do Iguaçu



Fonte: Eduardo Vessoni

Figura 10 - Parna da Serra Geral



Fonte: Ênio Frasseto

Figura 11 - Parna Aparados da Serra



Fonte: Ênio Frasseto

2.3 O PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA

Thousands of tired, nerve-shaken, over-civilized people are beginning to find out that going to the mountains is going home; that wildness is a necessity, and that mountains parks and reservations are useful not only as fountains of timber and irrigating rivers, but as mountains of life. Muir,

Wild Parks, 1898.

O Brasil tem um vasto conjunto de áreas naturais com potencial privilegiado e perfeito para o turismo. Muitas dessas áreas são protegidas em UCs e suas belezas naturais motivam as atividades de turismo, as quais vêm crescendo expressivamente (BRASIL, 2008).

O turismo além de consolidar a apropriação das UCs pela sociedade, fortalece as economias locais e promove os recursos financeiros necessários para manter essas áreas. Entretanto, o maior obstáculo é desenvolver um turismo comprometido e integrado às questões socioculturais, às tradições e à conservação da biodiversidade (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, o MMA, ICMBio e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) lançaram o Programa de Turismo nos Parques. Tal iniciativa foi fundamentada em estudos e levantamentos realizados no Plano de Ação para

estruturação e promoção do turismo nos Parques Nacionais, no qual foi estabelecido prioridades para 25 Parques Nacionais. Entre esses, alguns já se encontravam em fases avançadas de estruturação da visitação, enquanto outros ainda estavam em estágios preliminares de planejamento e consolidação. Sendo assim, inicialmente foram escolhidos seis Parques Nacionais para priorizar os investimentos e otimizar o desenvolvimento de ações conjuntas: Aparados da Serra (RS/SC), Chapada dos Veadeiros (GO), Serra dos Órgãos (RJ), Serra da Capivara (PI), Jaú (AM) e Lençóis Maranhenses (MA) (BRASIL,2008).

No que se refere ao turismo, Santa Catarina vem demonstrando um crescimento na área, graças às suas belezas naturais e inúmeras atrações. Entre os Parques escolhidos para serem contemplados pelo Programa de Turismo nos Parques está o PNAS, que tem parte de sua área no estado de Santa Catarina, o qual está inserido no Bioma Mata Atlântica, apresentando várias formações vegetais, como Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual, Ombrófila Aberta e Estepes; e Ecossistemas Costeiros Associados: Mangues, Restingas e Banhados (MARTINS; MARENZI; LIMA, 2015).

Atualmente os remanescentes do Bioma Mata Atlântica se apresentam reduzidos de sua cobertura original, passando por diferentes estágios de sucessão vegetal (MMA, 2016). Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (SOS MA; INPE, 2014) Santa Catarina tem um remanescente de 23,04% deste Bioma, entre os quais 22,10% são florestas, 0,79% restingas e 0,12% mangues.

Esses Biomas têm sido foco principal de muitas iniciativas referentes à conservação. Tais iniciativas são advindas do governo, da sociedade civil e do setor privado, e apresentam como uma de suas principais ferramentas as UCs.

O Estado de Santa Catarina possui dezesseis Unidades de Conservação Federais (Quadro 8), que compreende uma área de 341.088,69 hectares. Entre essas, oito pertencem ao Grupo de Proteção Integral e oito ao Grupo Uso Sustentável. Das unidades de Proteção Integral, duas são Estações Ecológicas, uma é Reserva Ecológica e cinco são Parques Nacionais; já no grupo Uso Sustentável estão duas Áreas de Proteção Ambiental, uma Área de Relevante Interesse Ecológico, uma Reserva Extrativista e quatro Florestas Nacionais (MARTINS; MARENZI; LIMA, 2015).

Quadro 8 – Bioma, instrumento legal de criação, área (ha) e municípios abrangidos pelas Unidades de Conservação federais instituídas no estado de Santa Catarina.

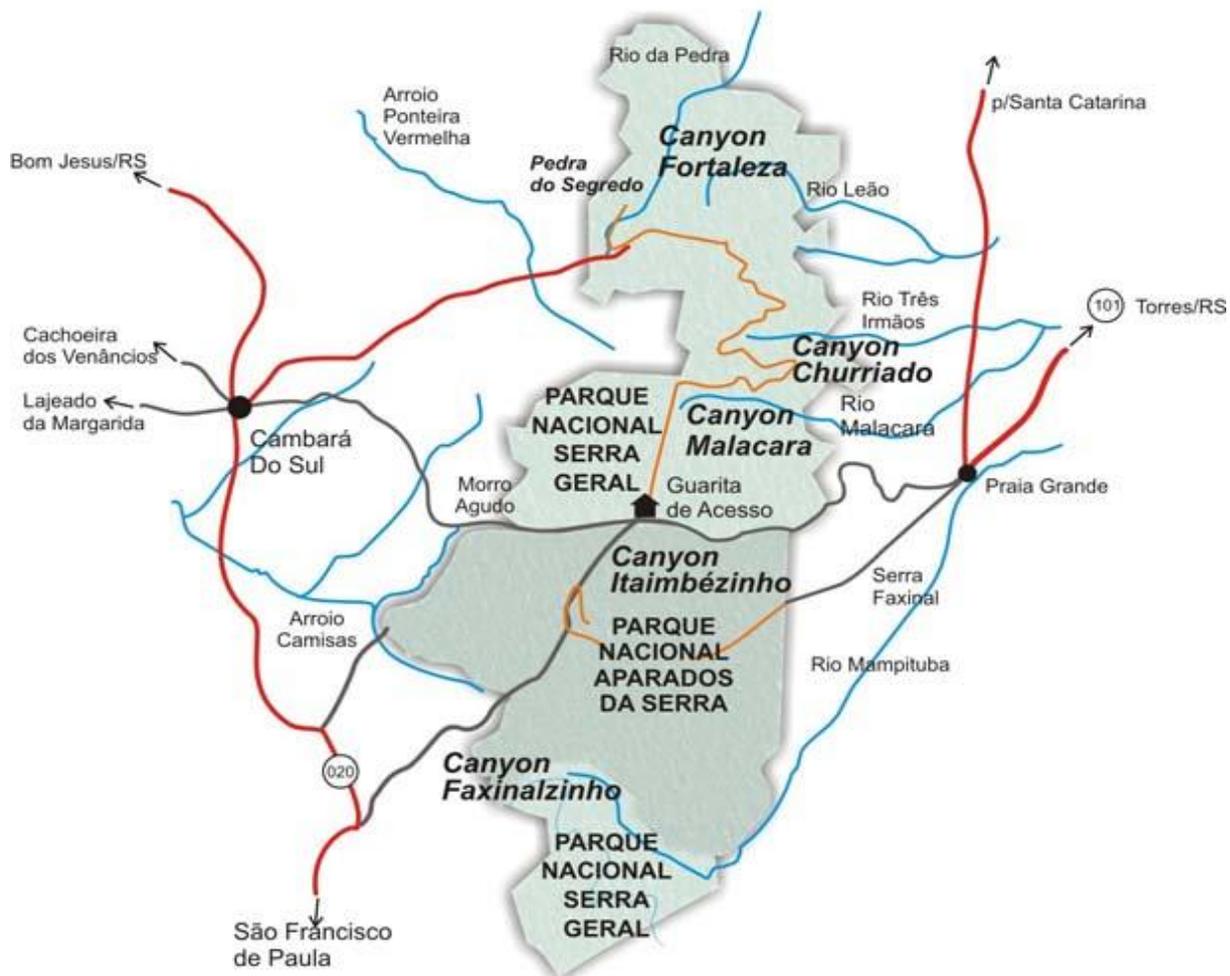
Unidades de Conservação	Bioma	Instrumento Legal de Criação	Área (ha)	Município
Parna Aparados da Serra (SC/RS)	Mata Atlântica	Dec. nº 47.446 de 17 de dez. de 1959	13148,14	Cambará do Sul, Praia Grande
Parna de São Joaquim	Mata Atlântica	Dec. nº 50.922 de 06 de jul. de 1961	42775,03	Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Lauro Miller, Orleans, Urubici.
Floresta Nacional de Três Barras	Mata Atlântica	Portaria nº 560 de 25 de out. de 1968	4385,36	Três Barras
Floresta Nacional de Chapecó	Mata Atlântica	Portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968	1604,36	Chapecó e Guatambu
Floresta Nacional de Caçador	Mata Atlântica	Portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968	706,54	Caçador
Estação Ecológica de Carijós	Marinho Costeiro	Dec. nº 94.656 de 20 de jul. de 1987	759,34	Florianópolis
Floresta Nacional de Ibirama	Mata Atlântica	Dec. nº 95.818 de 11 de mar. de 1988	519,35	Apiúna, Ascurra e Ibirama
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo	Marinho Costeiro	Dec. nº 99.142 de 12 de mar. de 1990	17104,60	Florianópolis e Governador Celso Ramos.
Área de Relevante Interesse Ecológico Serra da Abelha	Mata Atlântica	Dec. nº S/N, de 25 de maio de 1996	5016,60	Vitor Meireles e Santa Terezinha
Parque Nacional da Serra Geral (SC/RS)	Mata Atlântica	Dec. nº 531 de 20 de maio de 1992	17302,01	Cambará do Sul (RS), Praia Grande e Jacinto Machado (SC)
Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim	Marinho Costeiro	Dec. nº 528 de 20 de maio de 1992	4436,59	Gov. Celso Ramos e Biguaçu
Reserva Extrativista	Marinho Costeiro	Dec. nº 533 de 20 de maio de 1992	1712,10	Florianópolis

Unidades de Conservação	Bioma	Instrumento Legal de Criação	Área (ha)	Município
Marinha da Costeira do Pirajubaé				
Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca	Marinho Costeiro	Dec. nº de 14 de set. de 2000	154867,40	Florianópolis, Gaborapa, Içara, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Palhoça, Paulo Lopes e Tubarão
Parna da Serra do Itajaí	Mata Atlântica	Dec. s/nº de 04 de junho de 2004	57375,14	Apiúna, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos
Estação Ecológica Mata Preta (PR/SC)	Mata Atlântica	Dec. s/nº de 19 de out. de 2005	6566,54	Palmas, Abelardo Luz e Clevelândia (PR)
Parna Araucárias	Mata Atlântica	Dec. s/nº de 19 de out. de 2005	12809,59	Passos Maia e Ponte Serrada

Fonte: ICMBio (2012)

Entre os Parques Nacionais, destaca-se o Parque Nacional de Aparados da Serra (PNAS). Essa UC está inserida na Região Sul do Brasil (Figura 12), junto à porção oriental da divisão política dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, onde cobre terras do planalto do município de Cambará do Sul – RS, conhecidas como “Campos de Cima da Serra”, e do vale do município de Praia Grande – SC, área chamada de “Litoral” e “Encosta” do Planalto (BRASIL, 2009).

Figura 12 – Mapa de localização do Parque Nacional de Aparados da Serra



Fonte: <http://www.praia grande-sc.com.br/>

Figura 13 - Parque Nacional de Aparados da Serra: Cânion Itaimbézinho



Fonte: <http://www.turismo.rs.gov.br>

As iniciativas para a criação do PNAS aconteceram em 1957 quando o governo gaúcho por meio do Decreto Estadual nº 8.406, declarou de utilidade pública uma área de 13.000 ha no então município de São Francisco de Paula, atualmente Cambará do Sul, para criação de um “Parque Natural” (BRIGHTWELL, 2003).

De acordo com as informações disponíveis no Plano de Manejo do Parque (1984, p.16), o objetivo da criação do Parque era:

A proteção das belezas naturais da região gaúcha dos Aparados da Serra ameaçada principalmente devido ao acelerado processo de degradação da cobertura florestal, causado pela extração de araucária e outras madeiras nobres, assim como pelas atividades agrícolas e pecuárias.

Exatamente dois anos depois, o Governo Federal, através do decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, criou o Parque Nacional de Aparados da Serra, com área de 13.000 ha, abrangendo inicialmente a região de campos e matas de araucária de Cima da Serra, em territórios riograndenses. As áreas consideradas nesse primeiro momento, já estavam degradadas devido à instalação de serrarias e desmatamento de araucárias para a comercialização (BRIGHTWELL, 2006).

Cabe ainda salientar que o nome dado ao PNAS é uma referência para toda a região em que ele se insere, chamada “Aparados da Serra”, numa menção às escarpas íngremes localizadas nas bordas da Serra Geral, que têm a aparência de uma estrutura “aparada a facão” (PLANO DE MANEJO, 2004).

De local de trabalho e rota comercial dos tropeiros, a área do Parque passou a ser um espaço de visitação. No relatório do ano de 1966, o administrador do Parque Nacional, Dr. Antonio Lara, assinala que foram registrados mais de 10.000 visitantes à área, que já contava com uma hospedaria e um restaurante, construídos pelo SETUR (Serviço Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul), mas que não operavam por falta de abastecimento de água e energia elétrica.

Conforme o IBDF (1984, p.17):

A regularização da exploração dessas construções, realizadas sem qualquer entendimento com o serviço florestal do Ministério da Agricultura, só viria a acontecer em 1971, com assinatura de convênio entre IBDF e SETUR (Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul). Em parceria com o governo do Estado e Prefeitura de Cambará do Sul, o Parque foi dotado de infraestrutura para receber os turistas.

Se a criação do Parque contribui para a preservação da natureza e conservação do que restou da mata de araucária, no entorno desta ilha de preservação, a relação entre a sociedade e a natureza continuou caracterizando-se pelo uso dos recursos naturais como principal fonte de trabalho e crescimento econômico. Preocupado com a situação do Parque, o delegado Estadual do IBDF do Rio Grande do Sul envia ofício em setembro de 1972, ao presidente do órgão, no qual diz: “(...) embora as prontas providências por nós tomadas, as derrubadas somente chegam ao nosso conhecimento quando inúmeras árvores são abatidas. A área é por demais extensa para ser vigiada por um único guarda” (SENTINELA CAMBARAENSE, 1978).

Mesmo diante do cenário citado, a situação legal do Parque permaneceu sem ser resolvida, culminando em crescentes conflitos entre os proprietários antigos e o órgão administrativo. Contrários à implantação do Parque, os proprietários resistiam à questão fundiária e exigiam que os pinheiros existentes nas áreas desapropriadas fossem indenizados. Além disso, as ações de fiscalização realizadas pelo órgão ambiental não conseguiam garantir a proteção dos recursos e apesar da fragilidade na estruturação formal da UC, a imposição legal do decreto criava uma construção simbólica e material ao realizar os primeiros casos de desapropriação (BRUSTOLIN, 2003).

Brustolin (2003), relata que por recomendação da Comissão de Revisão da Política Brasileira de Parques Nacionais, em conjunto com o grupo de Trabalho de Delimitação de Áreas Indígenas e Parques Nacionais, em 17 de março de 1972, por meio do Decreto nº 70.296, o PNAS teve seus limites reformulados (IBDF, 1984). Na nova delimitação do Parque, foram excluídas as áreas excessivamente degradadas de Cima da Serra, e foram incluídas áreas de Mata Atlântica, abrangendo território catarinense, na direção das grotas ocupadas historicamente pela comunidade quilombola de São Roque. Com essas alterações, o Parque passou a englobar o cânion Itaimbézinho que se configura na principal atração turística da região e áreas do município de Praia Grande-SC, e passou a ter uma área de 10.250 ha.

A autora, destaca que com os novos limites da área, se revela o crescente valor científico que a preservação da biodiversidade passa a ter no universo ambientalista brasileiro, em consenso com o movimento ambientalista

internacional, para além da ideia de reserva florestal e preservação da beleza cênica, critérios fundamentais para a institucionalização do Parque.

De acordo com o IBDF, em 1978 foram realizados muitos trabalhos para a implementação do PNAS, com levantamentos de fauna e flora, detalhamento de limitações, pesquisa cartorial e cadastramento dos proprietários. Mesmo com os avanços citados, muitas dificuldades continuavam a ser enfrentadas, e no que diz respeito à questão fundiária, a precariedade de recursos e dificuldade de negociação com os proprietários impossibilitou a regularização completa da área (PLANO DE MANEJO, 2004).

Na ocasião do cadastramento, os proprietários foram classificados em três grupos: a) proprietários já citados em processo desapropriatório; b) proprietários não incluídos na desapropriação; c) posseiros (IBDF, 1984).

De acordo com Brightwell (2006), a mudança no conjunto de funções espaciais teve início com o reconhecimento, por parte do estado, da importância científica comprovada pelos relatórios oficiais. Esta orientação normativa incidu sobre um espaço onde crescia a demanda por parte de outros agentes interessados em usar diretamente os recursos da área. O cultivo de bananais, as roças abertas para plantação de feijão e milho, a extração de madeira para serrarias e lenha para secagem de fumo, a caça, eram as atividades econômicas locais. Nesse sentido, a resistência em relação à presença do Parque continuava. E as atividades desenvolvidas por pequenos proprietários e arrendatários eram vistas como uma ameaças pelo órgão ambiental do Parque.

Por meio de negociação direta com os proprietários das terras, começa uma nova fase na regularização fundiária a partir de 1980. Até janeiro de 1984, aproximadamente 5.800 ha de terras foram adquiridas e a nova situação fundiária foi classificada como:

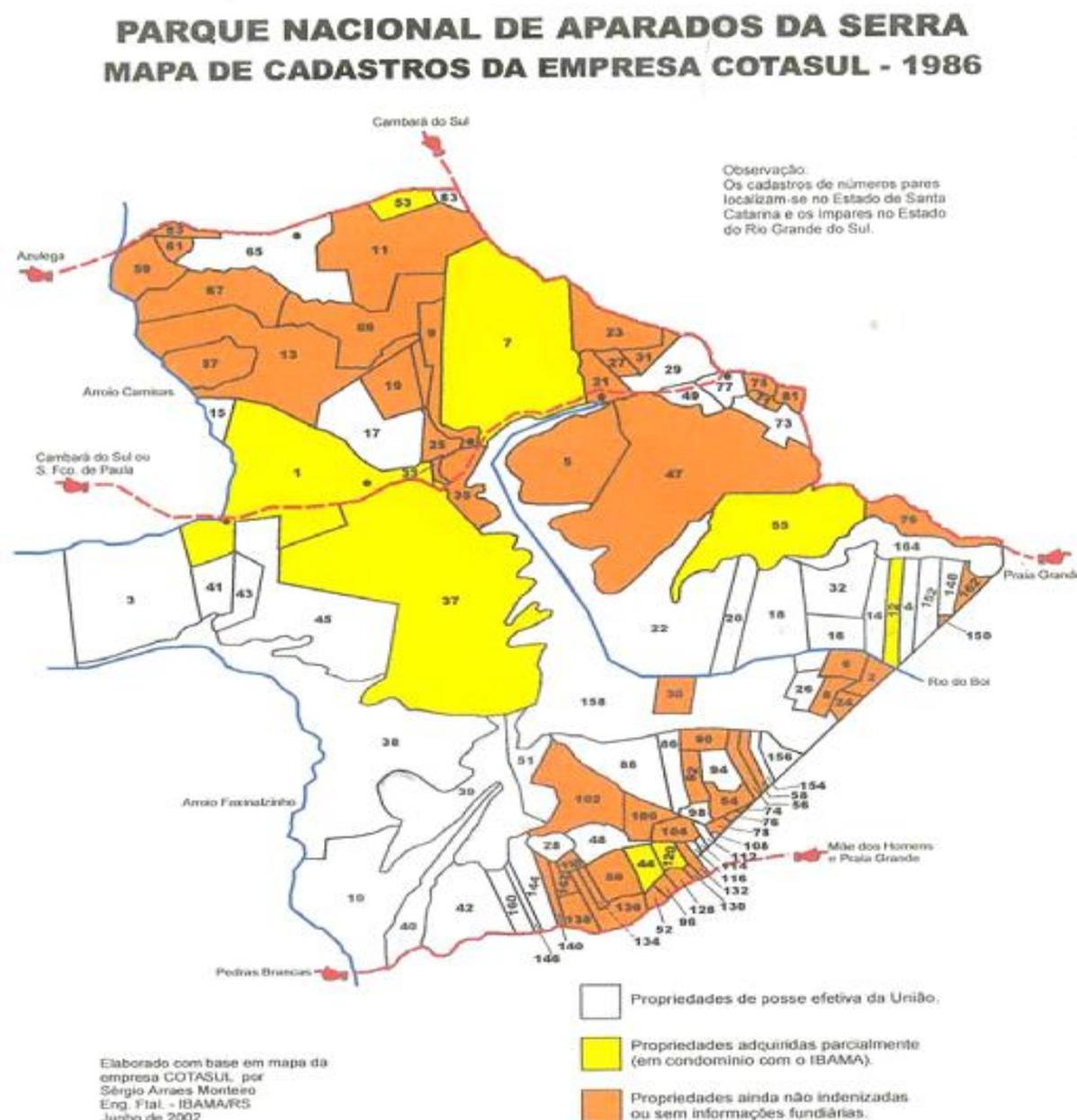
- Propriedades pertencentes a União;
- Propriedades particulares ou sem informações fundiárias;
- Propriedades adquiridas parcialmente

O processo de aquisição de parte das propriedades pelo órgão ambiental foi realizado por meio de um acordo de venda/entrega, marcado por contradições, provocando ressentimento em alguns moradores pelo desinteresse do Estado e pela

falta de clareza nas negociações. Somado a isso, alguns moradores ficaram em condição irregular (em áreas da União), e passaram a sofrer mais pressão do órgão ambiental (BRUSTOLIN, 2003).

A nova configuração espacial, constituída por um lado pela infraestrutura do Parque, com construção de guaritas, cercamento de áreas destinadas ao Parque, utilização das casas das fazendas como alojamento para pesquisadores e funcionários, e por outro pelas áreas privadas é interpretado por Brustolin (2003), como uma situação de sobreposição entre espaços públicos e privados, conforme pode se observar na figura 14. Nessa perspectiva, ao ser estabelecida formalmente como propriedade do governo federal mais da metade da área decretada como Parque, ganha força a percepção institucional sobre a área total como patrimônio público a ser preservado. Dessa forma, a comunidade local fica fragilizada e sua percepção em relação ao Parque, deixa de ter referência na desapropriação, nas promessas futuras e nas restrições pouco fiscalizadas, e passa a focar na presença do poder estatal no seu dia-a-dia.

Figura 14 - Mapa fundiário do Parque Nacional de Aparados da Serra



Fonte: IBAMA

Nesse contexto, aconteceu a efetiva implementação do PNAS, quando foi elaborado o primeiro Plano de Manejo do Parque (1984). Nesse período, de aceleração dos processos de regularização fundiária e de fiscalização ambiental, o IBDF, órgão responsável pela gestão da UC é substituído, em 1989 pelo IBAMA (SPAOLONSE, 2013).

Nesse sentido, a medida que as atividades de exploração dos recursos naturais praticadas pelos moradores da região eram fiscalizadas, aumentava o uso

da natureza como espaço de lazer pelas populações urbanas. Entretanto, muito precisava ser feito para receber o homem moderno urbano.

Segundo Brightwell (2003, p. 83),

No início de 1982 foi assinado um termo aditivo a um convênio existente entre o IBDF e a EMBRATUR com a finalidade específica de iniciar a infraestrutura para receber o turista. Em novembro de 1981 ocorreu a implantação do PNAS, já com estrada trafegável. Devidamente equipada, a paisagem agreste pode finalmente servir como fonte de renovação espiritual para a massa urbana. Com a abertura da estrada da Serra o local começou a ser cada vez mais frequentado pelas comunidades vizinhas. De forma geral, as pessoas que visitavam o parque, fossem meros veranistas ou estudantes, desconheciam sua finalidade e condição de Parque Nacional, sendo comum a extração de plantas e coleta de pinhões. O Parque foi fechado para visitação de março de 1996 até 1999, pela total falta de condições de manejo para receber o público. Então, numa iniciativa do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do governo estadual do RS, com o apoio da Prefeitura de Cambará do Sul, resolveu-se investir na unidade e construir uma estrutura modelo, para receber os visitantes.

Em 2004, foi elaborado um novo Plano de Manejo (IBAMA, 2004), dessa vez considerando o PNAS e PNSG, que apesar de terem sido criados separadamente, na prática, se integram como uma mesma área protegida. O momento da elaboração desse novo Plano de Manejo, foi fundamental para o processo sócio-espacial dos Parques, pois sugeriu um mecanismo para a regularização e organização das relações socioambientais. A importância do processo fez emergir demandas das comunidades de entorno no que se refere a sua participação na dinâmica dos acontecimentos no âmbito do Parque, suprimindo seus questionamentos sobre a dinâmica da gestão local. Contudo, a participação destes atores sociais na gestão demandou luta, organização e conexão com atores de outras escalas, visto que o órgão gestor demonstrava resistências aos diálogos (BRIGHTWELL, 2006).

Conforme Brightwell (2006, p. 131), as participações das populações de entorno nas decisões referentes às UCs estão asseguradas legalmente, entretanto na realidade nem sempre acontece:

Apesar de que a lei que instituiu o SNUC dispõe que esse seja dirigido por diretrizes que “asseguem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (Art. 5º, inciso III, da Lei n. 9.985/00), estas diretrizes nem sempre têm sido observadas. O cumprimento da lei, dependerá, em última instância, da capacidade política dos agentes sociais de demandarem seus direitos. A realidade social mostra, no entanto, que o conflito pela apropriação social dos benefícios da

preservação, é um processo de luta política cuja escala de atuação deve ser construída cotidianamente.

Nesse sentido Brustolin (2003), descreve que em torno da definição de concepções de justiça na criação PNAS, vem sendo travada uma luta constante, onde agentes com perspectivas diferenciadas, no que se refere ao processo de construção do Parque, das consequências acarretadas, do destino a ser dado à área, da proteção à natureza, tentam impor sua opinião.

Segundo a autora citada, fica evidente a existência de interesses divergentes com relação ao Parque, e do *justo* como uma questão de conciliação oficial ou extraoficial a ser alcançada entre esses. Entre os motivos dos conflitos estão: a incompleta implantação do Parque com a construção da estrutura material e a falta de indenização a uma parte dos proprietários de terra; o baixo valor das indenizações oferecidas pelo órgão ambiental aos moradores do Parque; o posicionamento na luta entre o *mito da natureza intocada* e o *mito do bom selvagem* (BRUSTOLIN, 2003).

Nesse cenário de conflitos inerentes às questões socioambientais, o PNAS vê sua dinâmica turística crescer. A região de natureza privilegiada, une o gosto do visitante pelo ecoturismo às tradições culturais e culinária da região colonizada por italianos, portugueses e alemães. A área do Parque compreende a parte superior, conhecida como “Campos de Cima da Serra”, que pertence ao Rio Grande do Sul. Já os penhascos, baixadas e leitos de rios abaixo das bordas, são catarinenses. Nos municípios de Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande, estão os principais cânions: Itaimbézinho, Fortaleza, Malacara, Churriado, Faxinalzinho, Josafaz, Índios Coroados, São Gorgonho, Molha Coco e Amola Faca. Há uma grande diversidade de atividades e trilhas, desde caminhadas contemplativas até subidas íngremes ou travessias de rios. Na maioria dos roteiros o turista conta com opções de trekking (Figura 15), canyoning, rapel, boiacross, cascading, tirolesa, passeios a cavalo e de bicicleta (Figura 16) e off-road (BRASIL, 2017).

Figura 15 - Trekking no PNAS



Fonte: Guia Aparados da Serra

Figura 16 - Passeio de bicicleta no PNAS



Fonte: Guia Aparados da Serra

O acesso ao PNAS pode ser feito através de duas vias de acesso principais. Um dos acessos se dá a partir do planalto gaúcho e serve a Porto Alegre e demais municípios do interior do Rio Grande do Sul. O outro acesso se dá a partir

da BR 101, servindo tanto Torres (RS), como os demais municípios do litoral catarinense incluindo Florianópolis. O acesso a partir de Florianópolis é feito pela BR 101 em direção ao sul do estado. Saindo da BR 101, pega-se a SC 450 por 22 km até Praia Grande e a partir da Serra do Faxinal até a portaria Gralha Azul. No passado existia um acesso mais curto ao PNAS a partir de Porto Alegre, o qual foi interditado com a portaria Ponte das Camisas, deixando apenas o caminho via Cambará do Sul pela portaria Gralha Azul (PLANO DE MANEJO, 2004).

Quadro 9 - Distâncias do PNAS (AD Gralha Azul) às principais cidades da região de acordo com as vias de acesso adotadas.

Cidade Acesso Distância	Acesso	Distância (Km)
Florianópolis	BR 101/ SC 450/ RS 429	325
Porto Alegre	RS 20 / RS 429	197
Porto Alegre	BR 290 / BR 101 / RS 429	258
Cambará do Sul	RS 429	17
Praia Grande	RS 429	19
São Francisco de Paula	RS 20 / RS 429	85
Torres	SC 450 / RS 429	61

Fonte: MMA/IBAMA – Plano de Uso Público, PNAS. 1995.

Atualmente, o PNAS é administrado pelo ICMBio. O Instituto que tem muitas atribuições no que se refere à proteção, à preservação e à conservação do Parque tem sua sede na área pertencente ao município de Cambará do Sul – RS.

Spaolonse (2013), destaca que o PNAS junto ao PNSG, vive um conflito socioambiental, que tem resultado em tensões interinstitucionais e revelado divergências políticas, jurídicas e ideológicas entre os envolvidos. A causa desse impasse é o processo de conquista de direitos territoriais requerido pela Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, a qual teve seu território delimitado pelo INCRA em 2007, estando significativa parte habitada dessa área sobreposta pelos PNAS e PNSG.

2.4 COMPLEXIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM ÁREAS PROTEGIDAS

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu a vida da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso a crise ambiental é sobretudo um problema de conhecimento, o que leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender as vias de complexização, para dali abrir novas vias do saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo.

Leonardo Boff

No Brasil a política ambiental vem se caracterizando pela regulação através de normas jurídicas com o objetivo de fiscalizar o acesso e uso dos recursos naturais. Diferente do que aconteceu no período colonial, quando o Brasil seguia a legislação portuguesa, a qual priorizava a satisfação do rei de Portugal e permitia a exploração indiscriminada dos recursos naturais (MILARÉ, 2004).

Entretanto, já havia nas ordenações Manuelinas, Afonsinas e Filipinas sinais de conceitos ambientais conservacionistas e de certa forma uma racionalidade em relação à regulamentação do corte de madeira, do uso da água, da proteção dos peixes, entre outras. Milaré (2004, p. 116) se refere à legislação da época:

Toda essa legislação, antiga, complexa, esparsa e inadequada, deixava imune (se é que não o incentivava) o esbulho do patrimônio natural, despojado do seu caráter de bem comum e tratado ignominiosamente como propriedade privada, gerido e explorado sem escrúpulos, com discricionariedade acima de qualquer legislação coerente, de qualquer interesse maior.

De acordo com Silva (2014), a legislação ambiental passada, não era organizada e direcionada para fins conservacionistas, e sim para fins privatísticos. Na época da colonização não existiam movimentos ambientalistas e as finalidades giravam em torno do uso crescente dos recursos naturais, os quais eram abundantes nas terras brasileiras. As temáticas relacionadas à questão ambiental eram mantidas longe da construção de normas regulatórias no período colonial, culminando no esgotamento de recursos florestais como o pau-brasil, que desapareceu do litoral brasileiro, comprovando o descaso do colonizador com a conservação.

Mesmo no período imperial, a sistematização de uma política ambiental voltou-se para a continuidade de iniciativas de exploração e permanência do status do Estado e de grupos privilegiados, que eram beneficiados e continuavam suas atividades desconsiderando a conservação dos recursos naturais (SILVA, 2014).

De acordo com Drummond (1999), a tendência histórica mais crítica para se entender a moderna legislação e políticas ambientais é a inexistência de fiscalização governamental sobre as terras públicas do país, aliada à ausência de uma política democrática de terras. Exemplo disso é a exploração da Mata Atlântica que cobria aproximadamente 1 milhão de quilômetros quadrados em 1500 e hoje não atinge 10% desse total.

O intervalo de tempo entre os anos de 1934 e 1988, passou a ser considerado o marco temporal para o desenvolvimento da regulação ambiental brasileira. No ano de 1934, aconteceu uma aceleração da regulação do acesso e uso dos recursos naturais com a publicação dos códigos florestais, das águas e das minas. Nesse período dá-se início a uma fase de transição do meio rural para o urbano, com os primeiros passos para a industrialização, principalmente na região sudeste (DRUMMOND, 1999).

Mesmo diante desse contexto, Drummond (1999) afirma que esse não foi um período de mudanças significativas na área ambiental, pois o século XX foi marcado por uma grande devastação ambiental, que aconteceu “ora em prol do desenvolvimento; ora em função do abandono do planejamento territorial; ora como fruto da busca da integração nacional, ora como resultado da mais absoluta incúria administrativa”.

Entre as décadas de 70, 80 e 90 foi definida a institucionalização da questão ambiental no Brasil, a qual não ocorreu fundamentada na consciência dos envolvidos, mas sim por uma pressão de organismos financeiros. Conforme Dean (2004), na década de 1970 o modelo institucionalizador era desenhado por forças internacionais; já na década de 1980, o Brasil passa por mudanças políticas sob um modelo extenuado, no qual o Estado era o agente principal do desenvolvimento econômico e a prioridade era pagar os juros da dívida externa, sem investimentos em políticas ambientais, mesmo com a inclusão de novas questões nas discussões inerentes ao meio ambiente. Na década de 1990, em função de mudanças legais, o Estado perde força na questão econômica, com as privatizações e geração das

agências reguladoras, quando acontece a adoção do “desenvolvimento sustentável” como apoio para orientar as políticas públicas.

Nesse sentido, sob influência da Constituição Federal de 1988, o Estado passa a ter uma nova expressão, momento em que diminui a sua intervenção junto às questões ambientais e passa a atuar em outros campos da sociedade. Silva (2014, p. 65) relata os principais marcos históricos que incrementaram a institucionalização da questão ambiental nessa época:

1. A Declaração de Estocolmo em 1972 – tratou o meio ambiente como um bem comum;
2. A Conferência europeia sobre o meio ambiente, em Estrasburgo, em 1979, coloca o meio ambiente como essencial à vida, que estava restrito ao campo dos direitos econômicos, sociais e culturais;
3. A instituição da Política Nacional do Meio Ambiente;
4. A promulgação da Constituição Federal de 1988.

Segundo Silva (2014), durante as décadas de 70 e 80, uma nova realidade começa a ser traçada com a elaboração de várias leis que contemplam o meio ambiente: Políticas ambientais e participativas; Gestão ambiental dos municípios; Agenda 21local no Brasil; Educação ambiental para os indígenas; Criação de Unidades de Conservação; Criação de reservas privadas; e Política Nacional de recursos hídricos.

O mesmo autor descreve que a partir de 1980, o Estado deixa de ser agente único nas questões ambientais e vários atores da sociedade passam a participar da formulação e implementação da política ambiental, contribuindo com múltiplos saberes e compreensões do mundo a respeito das práticas ambientais. Entretanto, muitas ações consideradas como políticas públicas ambientais no Brasil, ainda estão longe de serem realmente praticadas, visto que na aplicação de projetos governamentais, são produzidas relações de poder político que classificam o ser humano e a natureza como objetos de apropriação, impedindo dessa forma a participação da sociedade e desconsiderando as suas reais demandas.

Diante dessa realidade Silva (2014), diz ser inerente questionar o papel do Estado na construção da política ambiental, pois o mesmo é impelido por forças externas a atuar muitas vezes como um simples mediador, forjando um consenso em relação ao meio ambiente.

Para Leis (2004) é importante considerar e entender a real posição do Estado no cenário político mundial, o qual vem sendo enfraquecido ao passo que se

almeja um novo modelo de Estado encoberto pelo global onde o “próprio discurso público legitima esta nova ordem ao fazer referências com crescente frequência ao desenvolvimento global, população mundial, comércio mundial, poluição global, meio ambiente global, mercado mundial, empresas transnacionais, etc. (começando-se a falar inclusive de governo mundial)”.

Essa realidade é mais evidente nos países do Sul ou periféricos, visto que os Estados hegemônicos reduziram a autonomia política e a soberania dos Estados periféricos numa proporção sem antecedentes. Dessa forma, no plano internacional o peso do Estado ficou subordinado à sua relevância estratégica e, sobretudo econômica no cenário atual entre os países (SANTOS, 2005).

O autor assinala três tendências relacionadas à transformação do Estado:

- A desnacionalização do Estado, que consiste em uma nova sistematização das atribuições do Estado, com um determinado esvaziamento do Aparelho Estatal;

- De-estatização dos regimes políticos, no qual o Estado desempenhe apenas o papel de coordenação, ocorrendo a transição de um modelo de regulação social e econômica do papel central do Estado para parcerias e associações governamentais e não governamentais;

- Internacionalização do Estado nacional, com o aumento do impacto da conjuntura internacional no desempenho do Estado

Segundo Silva (2014), tais tendências podem ser conferidas no plano internacional, porém na realidade brasileira verifica-se uma crescente dependência da sociedade no Estado, o qual não perdeu força internamente, porém, destaca novos arranjos sociais com a participação de novos atores sociais.

Diante dessa realidade, o Brasil estabeleceu a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 que criou a Política Nacional do Meio Ambiente, antes mesmo da Conferência Internacional do Rio em 1992, ficando para o Estado o compromisso de utilizar as políticas públicas, considerando alguns fatores relevantes:

- Ruptura do pacto social que estruturou o estado desenvolvimentista e de bem-estar social;

- Ampliação do poder de agências internacionais e a instituição de novas formas de regulação transnacionais, alterando as condições de exercício da “soberania nacional”, de elaboração e implementação das políticas públicas;

- Ajuste do aparelho institucional à matriz da economia globalizada através da abertura de mercados, privatizações, redução dos gastos públicos e desmonte das políticas sociais;

- Formação de um “Estado ampliado” e, por extensão, o estímulo à emergência de “novos atores sociais” com a implementação de novos dispositivos de descentralização e participação institucional no âmbito das políticas públicas;

- Enfraquecimento das tradicionais formas de mediação e representação política;

- Implementação de projetos de “modernização” institucional, que têm consistido, sobretudo, na transferência para o mercado da função reguladora anteriormente atribuída ao estado, sem alteração de relações políticas autoritárias, clientelistas e patrimonialistas.

Nesse contexto, num mundo globalizado e preocupado com a natureza, começam a emergir correntes ambientalistas com novas concepções, onde os povos tradicionais passam a ser considerados como atores imprescindíveis no que se refere à proteção da natureza. A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) destacou a importância da proteção dessas populações, bem como dos seus conhecimentos (PEREIRA; DIEGUES, 2010).

Entretanto, é importante destacar que a primeira demonstração de preservação de grandes áreas naturais pelo poder público foi na metade do século XIX com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, exclusivamente para a contemplação da natureza e recreação, sem a presença de populações residentes ou atividades extrativistas (RUNTE, 1979).

Porém, Yellowstone não era uma área desabitada, pois povos indígenas Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock habitavam os limites do parque, os últimos em regime permanente e os primeiros durante as estações de caça e pesca (MORSELLO, 2001). Tal presença remontava a 800 anos antes da criação do parque.

Dados históricos comprovam que os índios não saíram de Yellowstone voluntariamente: cinco anos após a criação do parque, 300 pessoas morreram em combates entre tribos locais e a superintendência civil da área; e em 1886, a administração do parque foi atribuída ao exército norte-americano até o século seguinte. Segundo Morsello (2001), tais fatos evidenciam a existência de conflitos no local.

Em seguida, vários países industrializados criaram seus parques, seguindo o modelo de Yellowstone, isto é, parques sem populações residentes onde áreas naturais de beleza cênica exuberante eram protegidas para desfrute dos visitantes. Na Europa, entretanto, os parques nacionais criados, como o dos Alpes em 1914, tinham como objetivo propiciar a manutenção das áreas naturais para a realização de pesquisas de flora e fauna, e as áreas protegidas de países como a Inglaterra e França apresentavam paisagens transformadas pelo homem e com a presença dele (MORSELLO, 2001).

Diante da inexistência de uma definição universal sobre os objetivos dos parques nacionais, aconteceu a *Convenção para a Preservação da Flora e Fauna* em Londres, em 1933, quando ficaram estabelecidas três características do parque nacional: a) são áreas controladas pelo poder público; b) para a preservação da flora e fauna, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida; c) e que devem servir à visitação pública (DIEGUES, 2008).

Em 1962, aconteceu a *Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais* em Seattle (EUA), quando foram recomendados: estímulo à criação de parques nacionais marinhos; incentivo à educação ambiental; motivação às pesquisas planejadas e criação de unidade de proteção para cada espécie ameaçada e a proibição de usinas hidrelétricas em parques.

No Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962, em Bali (Indonésia), momento importante na definição de parques nacionais, teve início de forma mais contundente, discussões sobre as relações entre populações locais e as Unidades de Conservação. Durante o Congresso foram reafirmados os direitos das sociedades tradicionais à determinação social, econômica, cultural e espiritual. Também foi sugerido que as habilidades tradicionais das comunidades atingidas pelas ações conservacionistas fossem consideradas pelos organizadores do planejamento e manejo das áreas protegidas, e que as medidas de manejo fossem resultantes de decisões conjuntas das sociedades que tradicionalmente manejavam os recursos naturais e as autoridades de áreas protegidas, considerando as diversidades locais (DIEGUES, 2008).

Na 10ª Assembleia Geral da UICN que ocorreu em Nova Déli (Índia), 1969, orientou-se que o conceito de parque nacional fosse empregado somente em áreas com requisitos estabelecidos: em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas; os sítios

geomorfológicos e habitats sejam de especial interesse científico, educacional e recreativo ou que contenham paisagens naturais de grande beleza; onde a responsabilidade geral caiba ao Estado; e onde se permita a entrada de visitantes (DIEGUES, 2008).

O autor afirma ainda, que tais propósitos coincidem com as sugestões colocadas na *Estratégia Mundial para a Conservação* publicada pela UICN em 1980. Esse documento enfatiza a importância da preservação da diversidade e da genética, além do conhecimento que as populações tradicionais detêm sobre os ecossistemas e as espécies, com os quais têm uma relação direta e sustentável.

Nesse sentido, Diegues (2008) comenta, que em 1985, a discussão sobre a situação das comunidades tradicionais em parques cresce e conquista uma grande audiência. A conceituada revista *Cultural Survival* – vol. 9, nº 1 de fevereiro de 1985, tinha como tema principal “*Parks and People*”, e o editor, Jason W. Clay, deu início à organização de vários artigos, questionando a real função das áreas protegidas, visto que as populações tradicionais, estavam sendo expulsas das Unidades de Conservação:

As 'áreas protegidas' poderiam garantir a sobrevivência dos habitats e também das populações nativas. As reservas poderiam preservar os modos de vida tradicionais ou diminuir o ritmo das mudanças a níveis mais aceitáveis e controlados pelos moradores locais. As populações nativas podem beneficiar-se da proteção de seus direitos sobre essas áreas ou da venda de produtos ou da renda gerada pelo turismo.

Reportando-se ao Brasil, os povos e comunidades tradicionais vêm ganhando cada vez mais destaque e visibilidade, participando em fóruns de discussões, passando a ser tema de estudos e pesquisas, e foco da criação de marcos legais e implementação de políticas públicas (UDRY; EIDT, 2015).

Nesse sentido, os autores destacam que o socioambientalismo é um conceito que vem sendo construído no Brasil desde a década de 1980, sem correlação com o Ambientalismo internacional, que sugere a agregação de políticas setoriais, seus cenários e atores num projeto que se aproxima da realidade nacional, buscando a sustentabilidade e a incorporação dos direitos humanos. Com a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o socioambientalismo é referenciado e traz contribuição para legislações estaduais inerentes à preservação cultural e ambiental.

E ainda, segundo Udry e Eidt (2015), o socioambientalismo considera que as políticas públicas devem incorporar e abraçar as comunidades locais, pois as mesmas são possuidoras de conhecimentos e habilidades no manejo dos recursos naturais. Além disso, o socioambientalismo se respalda na visão de que, num país com inúmeras desigualdades sociais, um novo modelo de desenvolvimento deve proporcionar tanto a sustentabilidade ambiental, quanto a social, sempre em sincronia com as diversas culturas do país. Dessa forma, ao fomentar a articulação das áreas social, cultural, econômica, política e ambiental, o socioambientalismo promove a integração da cultura e meio ambiente.

No final da década de 1990 e início do século 21, aconteceu no Brasil uma evolução do pensamento ambientalista na direção da integração da sustentabilidade dos ecossistemas e a sobrevivência das populações que neles se encontram. Esses avanços inerentes às concepções ambientais embasaram a criação de duas classes principais no SNUC: as unidades de proteção integral, que são para a manutenção dos ecossistemas livres de mudanças provocadas pela intervenção humana, permitindo somente o uso indireto dos seus recursos naturais; e as unidades de uso sustentável, nas quais a presença de populações humanas se alia à conservação da biodiversidade (UDRY; EIDT, 2015).

Com a instituição do Decreto 6.040/2007, a perceptibilidade da questão das populações tradicionais agrega valor oficial no momento em que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Tal decreto está vinculado a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, atendendo aos povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco-de-babaçu, faxinalenses, pantaneiros, povos do terreiro, povos tradicionais de matriz africana, povos ciganos, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, açorianos, dentre outros (Quadro 10):

Para Udry e Eidt (2015), uma realidade natural tão diversificada possibilita meios para o desenvolvimento de outros tipos de diversidade na peculiaridade na relação sociedade-natureza. Inclusive existem populações que se definem pelo pertencimento ao seu bioma, como ocorre com os pantaneiros e caatingueiros, outras com seus recursos naturais como vazanteiros e piaçaveiros.

Quadro 10 - Populações tradicionais que compõem a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) contempladas ou não pelos direitos socioambiental e territorial.

Povo ou comunidade tradicional	Direito socioambiental reconhecido pelo decreto nº 6.040/2007	Direito territorial reconhecido na Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
Povos Indígenas	Sim	Sim
Comunidades Quilombolas	Sim	Sim
Ciganos	Sim	Não
Comunidade de Terreiro	Sim	Não
Pescadores Artesanais	Sim	Não
Caiçaras	Sim	Não
Seringueiros	Sim	Não
Agroextrativistas da Amazônia	Sim	Não
Quebradeiras de coco-de-babaçu	Sim	Não
Comunidades de fundo de pasto	Sim	Não
Retireiros do Araguaia	Sim	Não
Geraizeiros	Sim	Não
Faxinais	Sim	Não
Pomeranos	Sim	Não
Pantaneiros	Sim	Não

Fonte: Brasil (2007)

A inserção de dados relacionados às populações tradicionais no quadro da diversidade social do Brasil se impõe então desde 2007, com a instituição do PNPCT pelo já citado Decreto nº 6.040. Udry e Eidt (2015, p. 126) destacam a importante concepção do entendimento de três componentes da PNPCT:

I – Povos e Comunidade Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que

dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais lamentações; e
III – Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, 2007).

O decreto citado está amarrado a outros marcos legais na busca de benefícios para os povos e comunidades tradicionais. Merecem destaque a Lei nº 11.326/2006, que determina as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e a Lei nº 12.188/2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER).

Inicialmente, as comunidades tradicionais eram ponto central de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, tema do Decreto de 27 de dezembro de 2004, revogado pelo Decreto de 13 de julho de 2006, sobre a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos (CNPCT). Atualmente, essas populações são frequentemente temas de decretos federais, que promovem e constroem conceitos para direcionar novas políticas públicas. Inseridos no conceito de populações tradicionais, os povos indígenas e quilombolas usufruem de direitos discriminados na Constituição da República Federativa do Brasil, os quais definem que os mesmos detêm direito sobre o território que vivem, sendo que a Funai define legalmente as terras indígenas e o Incra, as terras quilombolas (CUNHA; ALMEIDA, 2010).

Existem, portanto, importantes instrumentos legais para assegurar a estabilização do processo de inclusão produtiva dos povos tradicionais, oportunizando dessa forma a agricultura saudável sempre que o conhecimento tradicional for considerado e valorizado.

Nesse contexto, em que os povos tradicionais conquistam um espaço significativo, também recebe destaque e passa a ser tema de estudos mais profundos e notáveis, o conceito de “comunidades tradicionais”. Desde os tempos antigos, comunidade é o local social arrancado da natureza, ou nela inserido ainda, em que as pessoas se reúnem para viver e ali encontrar um sentido à vida. Em tempos modernos, a comunidade é o lugar de escolha, onde há a integração de

pessoas em busca de uma identificação para serem o que almejam ser dentro de um ambiente (UDRY; EIDT, 2015).

Udry e Eidt (2015, p. 23), sugerem quatro situações para auxiliar na definição de comunidade tradicional:

Comunidade primitiva – mais no sentido de autóctone do que no de “selvagem”, em algum momento confrontada com uma sociedade colonial e colonizadora.

Comunidade tradicional típica – nos termos em que buscamos aqui compreendê-la, e que a partir de um momento dado como um acontecer presente imposto torna-se o lugar dos pobres, dos expropriáveis, dos resistentes, em uma situação de fronteira.

Comunidade de exclusão – em geral formada por desalojados e migrantes pobres, habitante coletiva da grande cidade e, de modo geral, escanteada para alguma de suas terras de sobra.

Comunidade de adesão – constituída como unidade, agrupamento ou rede de pessoas que se reúnem por escolha mútua para criarem uma unidade de ação social, não raro sob a forma de alguma cultura de fé, margem e processo.

A comunidade é a interpretação do lugar humano, ou seja, um espaço de vida que se cria para viver. Entretanto, na procura de compreender o eu e a comunidade e, entre elas, a comunidade tradicional existem dois problemas: aproximar e separar a sociedade da comunidade; e classificar e hierarquizar as diferentes grandezas abrangentes e/ou abrangidas entre uma e outra, como pessoa, ação social, relação social, grupo humano, grupo social, instituição social, entre outros.

De acordo com Udry e Eidt (2015), os estudos têm mostrado uma conformidade em relação ao assunto, considerando que a sociedade é o lugar mais abstrato, inclusivo, institucional, contratual e impositivo, em que se vive. Já, a comunidade é o lugar humanamente palpável, definido, interpessoal, consensual e livre que escolhemos para viver.

Durhan (2004, p. 221), é bastante polêmica ao descrever a comunidade tradicional como uma comunidade real, e considera uma variante desejada que ela identifica como um mito:

Na linguagem comum, a noção de comunidade refere-se a uma coletividade na qual os participantes que possuem interesses comuns estão afetivamente identificados uns com os outros. Essa idéia, que pressupõe harmonia nas relações sociais, é altamente valorizada, constituindo, por assim dizer, o ideal da vida social. É neste sentido que a comunidade aparece como um mito em nosso tempo, pois o ideal que ela representa

opõe-se a realidade do conflito de interesses e da impessoalidade das relações sociais própria da nossa sociedade.

Na sociologia, o conceito de comunidade adquire grande importância por meio da obra de autores alemães, particularmente a partir de Ferdinand Tönnies, apresentando-se sempre como um dos polos de uma dicotomia, em oposição ao conceito de sociedade. É sempre nestes termos que ela deve ser entendida.

Considerando que a ideia e a imagem do viver comunitário são desenhadas com traços e cores que percorrem do devaneio à utopia, Durhan (2004, p. 221) sugere que: “já que não podemos deixar de viver em sociedade, pelo menos saibamos viver em alguma dimensão comunitária dela”. Pois, geralmente a sociedade é pensada e sentida como impositora no que se refere ao modo de ser e agir do indivíduo nas diferentes situações do seu cotidiano e ao longo de sua biografia. Dessa forma a sociedade encontra-se numa dimensão em que os deveres com o social subordinam-se aos direitos do sujeito individual. A comunidade, entretanto:

(...) refere-se a uma coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros. Essa ideia, que pressupõe harmonia nas relações sociais, é altamente valorizada, constituindo, por assim dizer o ideal da vida social.

Ao falar das sociedades, Morin (1984) considera a possibilidade de dois olhares. O olhar ingênuo da evidência, no qual a nação é uma sociedade com a sua unidade, sua organização, sua coerência, suas leis, seus cidadãos que falam numa sintonia unificadora da “mãe pátria”. O outro olhar é mais crítico, e então desvenda-se que as mesmas sociedades sofrem interferências que geram conflitos sociais e políticos, onde cada indivíduo, empresa e grupo persegue seus fins egocêntricos.

O autor também considera que mesmo que a sociedade consista num sistema, suas desordens e seus rompimentos impressionam; é a contradição das nossas sociedades, contradição da coexistência da incoerência e da coerência, da unidade e da desunidade. Enfim, ora haverá a unidade do sistema, ora haverá a sociedade formada por sistemas, grupos, indivíduos (MORIN, 1984).

Uma definição de sociedade que seja única e aceita de modo geral, ainda não existe, pois, os três usos mais comuns do termo refere-se a aspectos significativos da vida social. Em sentido mais lato, refere-se à totalidade das relações sociais entre as criaturas humanas (SILVA *et al.*, 1987).

De acordo com Silva et al. (1987), cada conjunto de seres humanos considerando os dois sexos e diferentes idades, unidos num grupo que se autoperpetua e tem suas próprias instituições e cultura distintas em maior ou menor grau, pode ser uma sociedade.

Não obstante os dizeres de Silva, alguns autores debruçaram-se na busca de uma definição de sociedade.

Segundo Berger (2011), Durkheim ressaltava que a sociedade é um fenômeno *sui generis*, ou seja, ela expressa uma realidade concentrada que não pode ser traduzida. Além disso, o autor relata que para Durkheim os fatos sociais são “coisas”, que detêm uma existência objetiva externa ao ser humano, assim como os processos naturais.

Nesse sentido, a sociedade consiste em algo que se manifesta de forma objetiva, que não pode ser negado e sempre tem que ser considerado. Sendo externa a nós, ela nos cerca por todos os lados, e a localização de cada indivíduo no convívio social vai predeterminar todas suas ações, pois estamos localizados tanto no espaço, como no tempo. Enfim as vidas são episódios que marcham de forma imponente pelo tempo e a sociedade estabelece as paredes do nosso enclausuramento na história (BERGER, 2011).

Nessa conjunção paradigmática, as populações-comunidades tradicionais, diante da diversidade de grupos sociais, se destacam pela sua singularidade, apresentam um modo de vida simples e ligado à natureza, respeitam seus símbolos, crenças e rituais peculiares.

O termo “população tradicional” está presente em várias discussões, nas quais são levantados problemas inerentes às políticas ambientais, territoriais e tecnológicas, visto que há uma série de discordâncias entre os responsáveis pela indicação de um conceito universal para essas populações, fato que proporcionaria a proteção dos conhecimentos tradicionais.

No Brasil, o decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, reporta-se ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e

econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Almeida e Cunha (1999, p. 3), chamam a atenção para o fato de que mesmo com a existência da definição legal para “populações tradicionais”, é necessário considerar que esse termo está envolvido em diferentes hipóteses com relação a sua origem, e que, portanto, pode mudar. Arruda (2000) destaca algumas características para promover um melhor entendimento da realidade que envolve as populações tradicionais e seus conhecimentos: transmissão oral; ampla relação com o território habitado; sistemas de produção voltados para a subsistência e o caráter econômico pré-capitalista.

Para Diegues (2008) as *culturas tradicionais* são padrões de comportamento herdados socialmente, modelos mentais utilizados para perceber e entender o mundo, os símbolos e os significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, característicos do modelo de produção mercantil.

Segundo Diegues (2008, p. 142):

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse ' *Know-how*' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização de dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra '*respeito*' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade.

As culturas e sociedades tradicionais são identificadas pelo seu modo de vida, no qual há uma dependência na natureza nos recursos naturais utilizando-os de forma sustentável; também se caracterizam por apresentarem uma noção clara de território onde vivem há várias gerações; e se destacam pela importância das atividades de subsistência e pequena acumulação de capital, bem como pela

importância que concedem à simbologia, mitos e rituais relacionados à caça, pesca e atividades extrativistas (DIEGUES, 2008).

Ainda nesse sentido, o autor destaca que a tecnologia utilizada por essas sociedades, é considerada simples e pouco impactante sobre o meio ambiente. Tais culturas têm um poder político fraco e demonstram uma autoidentificação ou são identificados por outros como pertencentes a uma cultura distinta de outras.

Entre os critérios considerados para a definição de culturas ou populações tradicionais, um dos mais relevantes é o “reconhecer-se” como parte de um grupo social em particular, pois o mesmo remete à questão da identidade do indivíduo. Questão essa que até recentemente se resumia no “outro” identificado como “índio”, não considerando outras formas de alteridade. O aparecimento de outras identidades sócio-culturais, como a *caiçara*, é fato mais recente, tanto de estudos antropológicos quanto de auto-reconhecimento das populações detentoras de uma cultura própria e distinta das demais populações. Tal *auto-reconhecimento* é definido como uma *identidade construída* ou *reconstruída*, geralmente fruto de movimento de contatos conflitantes com a sociedade urbano-industrial, e com neomitos criados por estas (DIEGUES, 2008).

No que se refere à relação entre território e povos tradicionais, Diegues (2008), relata que a utilização dos recursos naturais está diretamente associada à ocupação dos territórios, em função das atividades desenvolvidas pelas populações, existindo uma forte conexão entre o homem e a natureza, tanto na prática de produção de subsistência, quanto na perspectiva simbólica. Tal conexão, é mais forte nas sociedades indígenas brasileiras, onde o período da pesca, da caça e do plantio acontece embasado em referências que sugerem transcender como extensão e até mesmo ponto de inflexão ao que comumente se pratica na sua cultura.

Nesse contexto, os conhecimentos, mitos e regras determinam a maneira e o período de utilização dos recursos naturais, os quais podem ser considerados “elementos regulatórios”, e definir comportamentos ambientais (CULTIMAR, 2008).

Segundo Marques (2001), as populações tradicionais mantêm uma relação de cumplicidade com a natureza, preservando-a e usufruindo de seus elementos para desenvolver seus sistemas de manejo. Pereira e Diegues (2010), destacam que esse tipo de relação, desperta muitos interesses externos nos conhecimentos ditos tradicionais. As questões inerentes a esses, culminam em

discussões no meio científico e político com impactos no plano local e internacional, abordando desde a definição de população e conhecimento até indagações sobre o direito de propriedade, resultando numa indispensável análise sobre a responsabilidade pela produção, transmissão e perpetuação desses conhecimentos.

Os autores destacam que num cenário de conflituoso, entra em pauta nos debates a perspectiva do manejo dos recursos naturais integrados aos conhecimentos tradicionais, viabilizando a conservação da natureza *in situ*. Dessa forma surgem novos encaminhamentos para o conservacionismo, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Segundo Guerra e Coelho (2012), a definição e a implementação de Unidades de Conservação promoveram transformações nas relações entre atores sociais distintos, nos projetos de cada ator social participativo e nas relações entre populações e lagos ou florestas. A criação das Unidades de Conservação proporcionou um novo enfoque socioambiental, com interesses ambientalistas nacionais e internacionais, motivando a concretização de projetos de formação de territórios das populações tradicionais ou não, com o propósito de promover a (re)invenção de identidades culturais e (re)definição dos modos de vida adequados às novas condições, além de avançar no combate no sentido de delimitar e desarticular as políticas inflexíveis do IBAMA ou de empresários.

Os autores acima citados acrescentam que as populações que no passado tinham que adequar suas atividades de cultivo às realidades locais, atualmente têm que moldá-las às regras e normas de diferentes origens.

Nesse sentido Arruda (2000), comenta que são muitas as dificuldades permanentes na gestão e manutenção das Unidades de Conservação criadas com o intuito de preservar os recursos naturais dos ecossistemas exemplares. Entre as dificuldades existentes, se destaca a relação dos gestores dessas áreas protegidas com as populações humanas que vivem e viviam antes da apropriação da área pelo Estado.

No que se refere às populações não tradicionais, Arruda (2000), afirma que o problema está no fato dessas possuírem registros legais das propriedades e o Estado nem sempre trabalha com as questões das desapropriações em bases justas, principalmente do ponto de vista econômico quando da aquisição dessas áreas.

Arruda (2000, p.274), expressa a sua preocupação em relação à complexidade dessa realidade, a descreve categoricamente:

O problema maior tem sido posto pelas dificuldades da remoção e também da permanência em unidades de conservação das populações classificadas como “tradicionais”, isto é, das que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão-de-obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, habitualmente, de base sustentável. Essas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes – em geral ocupam a região há muito tempo, não têm registros legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. Há problemas também de superposição de Unidades de Conservação com Áreas Indígenas, se bem que, nesse caso, a questão se diferencie um pouco da relação com as populações tradicionais não indígenas, já que há a legislação que define especificamente os direitos indígenas (...)

Um estudo realizado sobre UCs no Brasil pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas (NUPAUB) aponta que aproximadamente 88% das UCs pesquisadas apresentam em seu entorno a presença de povos tradicionais (49%) e não tradicionais (88%), as quais mantêm relação com esses espaços, gerando conflitos com as respectivas administrações. A destruição dos recursos naturais em função de atividades como pesca predatória, caça, extração mineral e de produtos vegetais, pecuária e agricultura despertam a preocupação dos gestores dessas áreas (ARRUDA, 2000).

Entre geógrafos e pesquisadores de disciplinas correspondentes à área, tem sido frequente as discussões a respeito das relações entre populações, territórios e recursos naturais. Essas relações são bastante complexas e remetem a disputas de poder entre grupos sociais, sinalizando assim a necessidade de revisões das políticas públicas das UCs, bem como das ações dos movimentos ambientais e das populações tradicionais (GUERRA; COELHO, 2012).

Nesse sentido, o PNAS vive um conflito que se refere à presença da comunidade Quilombola São Roque (Figura 17), conforme descreve Spaolone (2013, p. 34):

As encostas e peraus da Serra Geral, no extremo sul do Estado de Santa Catarina, limítrofe ao Rio Grande do Sul, têm sido o cenário de um importante impasse socioambiental, que tem repercutido em tensões interinstitucionais e revelado antagonismos políticos, jurídicos e ideológicos no fazer dos agentes e instituições estatais envolvidos. O pivô desse

impasse é o processo de autoidentificação étnica e de mobilização sociopolítica agenciado pelo grupo de afrodescendentes que compõem a atual Comunidade Remanescente de Quilombo São Roque, a qual teve seu território delimitado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em fins de 2007, estando significativa fração habitada dessa área sobreposta pelos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

Figura 17 - Quilombolas São Roque



Fonte: Diocese de Criciúma

A Comunidade São Roque tem sua origem relacionada ao movimento escravagista que aconteceu entre os Campos de Cima da Serra e as planícies da bacia do Mampituba, próximo ao litoral, nos limites entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A ocupação dos Campos de Cima da Serra, no então município de São Francisco de Paula de Cima da Serra, é caracterizada pelas fazendas de criação de gado. Os fazendeiros utilizavam mão de obra escrava para serviços manuais e domésticos nas sedes das fazendas. Além da criação de gado, os fazendeiros realizam atividades agrícolas nos arredores da localidade de Roça da Estância, onde hoje estão os municípios de Mampituba (RS) e Praia Grande (SC), para onde destinavam seus escravos para trabalhar na agricultura e transportar a produção para as fazendas. Nas idas e vindas, subindo e descendo, percorrendo caminhos hostis em meio às escarpas e cânions da Serra Geral, transpondo vales e grotas nas encostas da serra, os escravos passaram a se refugiar na região, constituindo redes de apoio mútuo e promovendo autonomia produtiva e territorial (FERNANDES; BRUSTOLIN; TEIXEIRA, 2006).

Segundo Fernandes, Brustolin e Teixeira (2006), com base em memória genealógica, constatou-se que a origem dos atuais quilombolas está relacionada a ascendentes escravizados pelas famílias Nunes, Monteiro e Fogaça, fazendeiros de Cima da Serra, no Rio Grande do Sul. Também se comprova o vínculo a essas famílias pela nomeação. Escravizados receberam sobrenomes senhoriais em função de apadrinhamento ou por descendência direta, em casos de relações sexuais entre os senhores e suas escravas. Com o passar do tempo, esses afrodescendentes que resistiram ao domínio escravista, se esconderam nas encostas da Serra Geral, onde desenvolveram um modo próprio de organização territorial, o chamado sistema de grotas⁵.

Segundo os quilombolas de São Roque, a perda da maior parte das terras historicamente ocupadas por seus antepassados aconteceu principalmente por dois motivos: a enchente de 1974 e a criação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral (SPAOLONSE, 2013).

Segundo Spaolonse (2013), com a enchente, áreas foram devastadas e famílias se deslocaram para outras regiões deixando suas posses. Nesse meio tempo, chegaram pessoas de fora e se apossaram das terras abandonadas ou compraram por preços desprezíveis, resultando para a Comunidade São Roque, na perda de boa parte do território que atualmente está em processo de reconhecimento pelo INCRA, na região meridional, no vale do rio Josafaz. Já na parte setentrional, na região dos rios Faxinalzinho e Mampituba, onde hoje estão a maioria das famílias quilombolas, a causa da desterritorialização foi a criação e implementação dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.

A partir da criação das duas UCs de Proteção Integral, impedindo a ocupação e a interferência humana direta, e desconsiderando a existência de uma relação de interdependência desenvolvida por um grupo ao longo do tempo com aquele ambiente biofísico, as famílias que ali estavam há mais de um século

5 Conforme consta no Relatório Antropológico, cada família ocupava uma gruta das encostas da serra invariavelmente banhada por uma sanga e dentro do bioma Mata Atlântica -, utilizando-a para moradia e atividade de subsistência (roças de milho e feijão, criação de suínos e aves etc). Essas grotas, por sua vez, se dispõem ao longo dos rios, cujos vales organizam o território – Mampituba, Faxinalzinho, São Gorgonho e Josafaz -, e que têm como elemento central e simbolicamente unificador a Pedra Branca, topônimo que nomeia a localidade onde vive a Comunidade da Pedra Branca. O mesmo elemento remete também a um tipo de autoidentificação territorial, uma vez que os quilombolas acionam a categoria “filhos da Pedra Branca” para se diferenciarem daqueles moradores “de fora”, que posteriormente vieram a se instalar na localidade, expressando o sentimento de pertença ao lugar.

passaram a ser classificadas como “ilegais” e suas práticas de subsistência caracterizada como “crime ambiental”.

Spaolone (2013), diz que nos relatos dos quilombolas, pode-se observar as dificuldades geradas pelos representantes do órgão ambiental federal a cada época responsável pela administração dos Parques Nacionais, utilizando-se de fiscais armados aplicando multas de altos valores e impondo a saída das famílias das suas terras. Desmotivados com a situação, alguns quilombolas foram embora, outros, porém permaneceram nas suas terras e passaram a viver de forma precária, pois não podiam abrir novas roças, reformar suas moradias, fazer melhorias de acesso ou outras necessidades básicas, como a instalação de energia elétrica.

Insistindo em permanecer onde sempre viveram e em oposição à criminalização de suas práticas de subsistência, esse povo tradicional começou uma luta por seus direitos, por meio de um processo de mobilização sociopolítica, se declarando Remanescente de Quilombos, buscando a recuperação de seu território histórico. Conquistaram a Certidão de Autorreconhecimento emitida, em 2004, pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e, em 2005, solicitaram junto ao INCRA a abertura do processo para o reconhecimento e a titulação de seu território, impelindo uma lenta e ainda inacabada ação judicial de territorialização (DIAS, 2010).

Dias (2010), relata que neste processo tenso entre a implantação das UCs com suas restrições e os direitos territoriais dos Quilombolas, são colocados em situação de oposição órgãos públicos federais: de um lado o INCRA e Fundação Cultural Palmares defendendo os interesses do povo quilombola e, do outro, o IBAMA e o ICMBio defendendo a conservação dos parques.

Diante desses impasses entre os Povos Tradicionais e os órgãos públicos federais responsáveis pela gestão das UCs, Creado (2011) relata que no que se refere aos agentes classificados como tradicionais no Brasil, já vem sendo traçados os passos da elaboração de uma política pública específica com o objetivo de atender as demandas dessas populações, bem como integrá-las com a transformação na direção da sustentabilidade. Para isso, foi determinada uma arena formal por meio do decreto federal 10.408 de 27 de dezembro de 2004, que criou a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que apresenta como objetivos iniciais:

(...) I – estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; II – apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e diretrizes da política pública relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal; III – propor as ações de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais; IV – propor medidas de articulação e harmonização das políticas públicas setoriais, estaduais e municipais, bem como atividades de implementação dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, estimulando a descentralização da execução das ações; V – articular e propor ações para a implementação dessas políticas, de forma a atender a situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial; VI – acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais no âmbito do Governo Federal; VII – sugerir critérios para a regulamentação das atividades de agroextrativismo; e VIII – propor, apoiar e acompanhar a execução, pelo Governo Federal, de estratégias voltadas ao desenvolvimento do agroextrativismo (...) (BRASIL, 2004a)

Esse decreto tinha um acesso irrestrito permitindo a presença de representantes da sociedade civil na composição da instância, enquanto o decreto que o substituiu, 8.750 de 13 de julho de 2006, restringia a representatividade a atores governamentais e somente permitia a participação de representantes de comunidades tradicionais, agências de fomento, entidades civis e comunidade científica após a designação em portaria pelos ministros do Desenvolvimento Social de Combate a Fome e do Meio Ambiente. Além disso, poderiam participar das reuniões entidades nacionais e estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas, ligadas ao agroextrativismo, sem o poder de voto.

2.5 SUSTENTABILIDADE

A sociedade evolui na medida que se intensificam seus fluxos de pessoas, informação, energia e mercadorias. Embora correndo o risco de cair em simplificações, me parece evidente que as organizações tribais da Idade da Pedra eram menos complexas (com muito menor capacidade de interagir com seu meio ambiente) que as sociedades contemporâneas. Aproximadamente durante dois milhões de anos, os ancestrais do *homo sapiens* viveram de caça e da pesca, sem provocar grandes transformações na natureza. Foi apenas há uns poucos milênios atrás que o cultivo de grãos e a domesticação de animais permitiu o assentamento de populações, até então nômades, e o surgimento de centros urbanos. Esse foi o começo de uma vida social crescentemente complexa, acompanhada por uma produção constante e acelerada de conhecimentos, tecnologias, valores, instituições e cultura em geral.

Hector Leis

A evolução social tem como eixo principal o progresso tecnológico, mas não de forma exclusiva. Pois é indiscutível a influência da revolução agrícola iniciada há vários milênios, da industrialização desde os dois últimos séculos, ou da atual revolução informática. Nesse sentido, ocorrem transformações civilizatórias dentro de um padrão desafio-resposta e um desafio ambiental, histórico ou cultural produzindo uma resposta que leva a sociedade a determinar uma nova corrente civilizatória (LEIS, 2004).

O autor considera que tais transformações contribuíram para a crise ecológica. Portanto, as causas da problemática ambiental vão muito além da falta de compreensão dos riscos ambientais existentes ou do desinteresse político para tratar esses temas, desafiando a humanidade a apresentar soluções complexas e abrangentes que transcendem as capacidades da ciência, da técnica e das instituições políticas. A complexa inter-relação dos problemas ambientais com a economia, política e cultura, sugere que a sua resolução compreende um vasto espectro de níveis de conhecimentos e práticas que consideram não apenas as ciências naturais e humanas, mas também a cultura, a filosofia e a religião.

Leis (2004), pressupões que as transformações civilizatórias dependem das tendências de cada época, e cita as principais tendências socioeconômicas atuais e as suas prováveis consequências ambientais, conforme apresentado no quadro 11:

Quadro 11 - Principais tendências socioeconômicas e suas consequências ambientais

Principais Tendências Sócio-econômicas	Principais Consequências
Aumento da população	Pobreza Escassez de recursos naturais
Urbanização e Industrialização	Mudanças climáticas globais Desflorestamento
Mudanças no aproveitamento e uso da terra e seus recursos	Perda da biodiversidade
Globalização da economia, a tecnologia e as comunicações	Perda da diversidade cultural Contaminação e/ou degradação de ar, água potável, terras e mares

Fonte: A Modernidade Insustentável (2004)

No final do século XX, o qual foi considerado um século crítico, algumas tendências se tornaram evidentes: a industrialização chega ao seu limite numa perspectiva civilizacional em razão do uso indiscriminado dos combustíveis fósseis; os problemas são claramente holísticos e precisam ser entendidos nessa direção, onde o todo é maior que a soma das partes; e as estruturas econômicas, políticas, tecnológicas e sociais não conseguem mais arcar com a complexidade dos problemas enfrentados. É necessário pensar, perceber, agir e valorizar de forma diferenciada o contexto, para que seja possível almejar, e numa perspectiva otimista, alcançar a sustentabilidade e, não obstante, todo o movimento que culmina com esse século e chega ao momento atual inteiramente novo apontando para um processo de mudança de paradigma (PALSULE, 2004).

Em 1992, é publicado o livro *Beyond the limits: global collapse or a sustainable future*. Seus autores, Donadella Meadows, Dennis Meadows e Jorge Randers, seguem a mesma linha de raciocínio dos autores do legendário *Limits to growth* em 1972, como parte do relatório do Clube de Roma. Eles relatam que o crescimento populacional, o crescimento industrial e a redução de recursos estão levando a sociedade humana a uma situação insustentável, para além de seus limites.

Essa é uma situação que os teóricos de sistemas definem de “extrapolação e colapso”, na qual ocorre o declínio em qualidade e acessibilidade dos combustíveis e das matérias-primas, pois a sua obtenção e preparação para uma forma economicamente utilizável passam a exigir quantidades crescentes de energia. A produção industrial entra em declínio e a economia já não consegue mais sustentar o crescimento e começa a sucumbir, comprometendo serviços de atendimento à saúde e consumindo recursos. Índices de mortalidade aumentam enquanto os ecossistemas são devastados (PALSULE, 2004).

Diante de tal contexto, o discurso do desenvolvimento sustentável foi ganhando legitimidade e sendo amplamente divulgado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992 (LEFF, 2010).

Segundo Leff (2010), a consciência ambiental já havia surgido anteriormente, nos anos 60 com a Primavera Silenciosa de Rachel Carson, e se expandiu nos anos 70, depois da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, celebrada em Estocolmo, em 1972.

A preservação do meio ambiente passa a ser um tema amplamente debatido nas diferentes esferas da sociedade. Entre as temáticas ambientais, esta é uma das que mais ganha destaque, visto que existe uma crise planetária insustentável e apesar de parecer um consenso, a questão ambiental é envolvida por muitas discussões que culminam em distintos discursos com diferentes consequências políticas e ideológicas.

Nos últimos anos, muitas conferências (Estocolmo, Rio-92, entre outras), autores como Ignacy Sachs, Moacir Gadotti, Leonardo Boff, Paulo Freire Vieira, Franz J. Brüzke, Dália Maimon, Dimas Floriani, Enrique Leff (para citar alguns) e Relatórios importantes como Nosso Futuro Comum, tem debatido a questão do desenvolvimento sustentável e da possibilidade de sua operacionalização em um mundo cada vez mais marcado pela desigualdade e pela degradação socioambiental (MILIOLI, 1999).

Como referência primeira, o Relatório Nosso Futuro Comum (1987), importante documento de referência internacional e presidido pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, apresenta o conceito que caracteriza bem a preocupação trazida pelo enfoque. Ou seja: *O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.*

O referido Relatório e os desdobramentos teóricos enfatizam a importância das aspirações humanas, as quais se constituem fundamental para qualquer objetivo do desenvolvimento. Sendo assim, não só as necessidades básicas devem ser atendidas, mas também as questões inerentes a uma melhor qualidade de vida. Segundo o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Nosso Futuro Comum (1991, p. 47):

Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderá ocorrer crescimento sustentável, é preciso que todos tenham atendido as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, apontando que o desenvolvimento poderia ser um processo integral que soma dimensões culturais, éticas, políticas, sociais, ambientais, e não só econômicas (GADOTTI, 2000).

De acordo com Gadotti (2000), muitas críticas foram feitas a esse conceito, pelo seu uso reducionista e sua trivialização, mesmo sendo considerado “politicamente correto” e “moralmente nobre”. Outras expressões são conhecidas, como: “desenvolvimento humano” (PNUD), “desenvolvimento humano sustentável” e “transformação produtiva com equidade” (CEPAL/PNUD).

Para Gadotti (2000), outro fator que provoca críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável e a própria ideia de sustentabilidade, vêm do fato de que o ambientalismo separa as questões sociais das ambientais.

Nesse contexto, cabe destacar as contribuições de dois autores que se dedicaram no aprofundamento e sistematização operacional do conceito de sustentabilidade, Ignacy Sachs e Enrique Leff.

Sachs (1997), considera o mundo “engolido por uma profunda crise social, agravada pela dilaceração social”, marcada por uma polaridade não mais entre primeiro e segundo mundos, mas sim entre norte e sul, entre ricos e pobres.

Segundo o autor, é necessário um desenvolvimento ético, o qual deve ser simultaneamente: incluyente, do ponto de vista social; sustentável, do ponto de vista ecológico; e sustentado (economicamente viável), do ponto de vista econômico (SACHS, 2004):

Precisamos cuidar para tratar do meio ambiente como algo não separado do problema social. O desenvolvimento sustentável deve ser, ao mesmo tempo, um desenvolvimento incluyente. O ponto de partida desse debate deve ser formado pelo seguinte tripé: os objetivos de desenvolvimento são sempre sociais e éticos ou, pelo menos, deveriam ser; existem condicionantes ecológicas, que devem ser explicitadas e respeitadas, sendo que, para que as coisas aconteçam, é preciso dar-lhes uma viabilidade econômica, porque não adianta lançar idéias bonitas no ar, se elas não se materializam; e, finalmente, a criação de um Estado pró-ativo que regule o mercado.

Sachs (1993), também pondera sobre as políticas públicas, planejamento e o papel do Estado, em relação ao desenvolvimento. Ao elaborar as políticas públicas é necessário tratar, ao mesmo tempo, cinco temas: paz, economia, meio ambiente, justiça e democracia, considerando as condições de vida como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento. Nesse sentido, considera cinco dimensões de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, e defende a necessidade de buscar o equilíbrio entre as formas de capital (humano, natural, físico, financeiro), o quadro institucional e os recursos culturais.

Como forma de demonstrar uma síntese fidedignidade sobre os escritos de Sachs (1993, p. 24-25), destacam-se as dimensões:

- Sustentabilidade social, entendida como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por uma outra lógica de crescimento subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens...
- Sustentabilidade econômica, que deve ser viabilizada mediante a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Para tanto, torna-se necessário superar as configurações externas negativas resultantes do ônus do serviço da dívida e da drenagem líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de trocas desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia;
- Sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada com o uso das seguintes ferramentas:
 - Ampliar a capacidade de carga da Terra com soluções engenhosas, aumentando o uso do potencial de recursos dos ecossistemas com o mínimo possível de danos ao sistema de sustentação da vida;
 - Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, por recursos renováveis, usados de forma não-agressivas ao meio ambiente;
 - Reduzir a poluição, por meio da conservação de energia e de recursos, além da reciclagem;
 - Promover a autolimitação no consumo material...;
 - Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologia de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento...;
 - Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando a combinação de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.
- Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue:
 - Reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
 - Frear a destruição dos ecossistemas frágeis, decorrentes dos processos de colonização sem controle;
 - Promover práticas modernas e regenerativas de agricultura e agrossilvicultura...;
 - Explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada a nova geração de tecnologias...;
 - Criar uma rede de reservas naturais e de Reservas da Biosfera, para proteger a biodiversidade.
- Sustentabilidade cultural, incluindo a procura das raízes endógenas de modelos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos de mudança que resguardecam a continuidade cultural e que traduzam co conceito normativo de ecodesenvolvimento numa pluralidade de soluções, ajustadas à especificidade de cada contexto sócio-ecológico.

De forma didática, encontra-se em Montibeller Filho (2004, p.51) quadro demonstrativo das dimensões da sustentabilidade com a apresentação de seus componentes e objetivos:

Quadro 12 - Cinco dimensões da sustentabilidade/componentes/objetivos

Dimensão	Componentes	Objetivos
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (a melhor condição de vida; à maior qualificação profissional), - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (este último com destaque especial para o cooperativismo). - Manejo eficiente de recursos. - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa
Sustentabilidade ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos naturais não renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologia e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade espacial/geográfica	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades, de população). - Desconcentração/democratização do poder local e regional. - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos) 	Evitar excessos de aglomerações
Sustentabilidade cultural	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Ignacy Sachs adaptado por Montibeller Filho (2004, p. 51).

Nesse contexto, Sachs propõe a ampliação dessas dimensões, que são encontradas no livro *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável* (SACHS, 2002, p. 86-87). Neste, os critérios são apresentados de forma a atender oito dimensões de sustentabilidade, acrescentando:

- *Sustentabilidade Política (nacional)*, na qual:
 - A democracia deve ser definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- *Sustentabilidade ambiental*, que deve respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
 - O desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
 - Deve haver um nível razoável de coesão social.
- *Sustentabilidade Política (internacional)*, que propõe:
 - Eficácia do sistema de preservação de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
 - Um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade;
 - Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro de negócios;
 - Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica, e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
 - Sistema efetivo e cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Por sua vez, em Leff (2002), observa-se que a degradação ambiental é consequência do crescimento e da globalização da economia. Esta escassez generalizada se revela tanto na degradação das bases da sustentabilidade ecológica do processo econômico, como na configuração de uma crise de civilização que indaga sobre a realidade do sistema social, os valores, os modos de produção e os conhecimentos que o asseguram.

A superexploração dos ecossistemas provoca um efeito destrutivo que gera mudanças globais que ameaçam a estabilidade e sustentabilidade do planeta: com a destruição da biodiversidade, diminuição da camada de ozônio e aceleração do aquecimento global. Dessa forma a problemática ambiental deu início a um processo de transformação do conhecimento, gerando uma estratégia para pensar os problemas globais de maneira integrada e multivalente (LEFF, 2011).

Nesse sentido, o autor destaca que a questão ambiental além de buscar meios para um desenvolvimento sustentável e preservação da diversidade biológica para manter o equilíbrio do planeta, também tem como tarefa, valorizar a

diversidade étnica e cultural da espécie humana e promover formas de manejo produtivo da biodiversidade, em harmonia com a natureza.

No que diz respeito à gestão ambiental para a sustentabilidade, Leff (2011) considera que esta exige novos conhecimentos interdisciplinares e o planejamento intersetorial do desenvolvimento, mas acima de tudo se faz necessária a participação dos cidadãos na produção de suas condições de existência e projetos de vida. Portanto, a sustentabilidade é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial de produção, bem como para a diversificação dos meios de desenvolvimento e dos modos de vida das populações do planeta.

Aqui, vale ressaltar uma passagem em Leff (2011, p. 63):

A gestão ambiental participativa está propondo, além da oportunidade de reverter os custos ecológicos e sociais da crise econômica, a possibilidade de integrar a população marginalizada num processo de produção para satisfazer suas necessidades fundamentais, aproveitando o potencial ecológico de seus recursos ambientais e respeitando suas identidades coletivas. Assim estão surgindo “iniciativas descentradas” para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada em práticas de manejo múltiplo, integrado e sustentado dos recursos naturais, adaptadas às condições ecológicas particulares de cada região e os valores culturais das comunidades.

Surge assim, a possibilidade de repensar a produção e o desenvolvimento das forças produtivas como um processo que pode ter as suas práticas tradicionais de uso de recursos recuperadas e melhoradas, incorporando os saberes e valores nos quais estão enraizadas as identidades culturais dos povos ao conhecimento científico e aos avanços tecnológicos.

Leff (2010), destaca que, certamente, não existe uma convivência perfeita entre populações humanas e natureza, por muitos motivos, entre os quais a natureza simbólica humana com sua ânsia para o consumo, tão bem expressada por George Bataille quando avaliou os povos tradicionais e os despiu do manto da pureza. Entretanto, reconhecendo que na relação entre culturas tradicionais e natureza sempre existiu harmonia e uma consideração à vida comunitária, e foi isso que ficou perdido no caminho com a exigência da racionalidade econômica.

Nessa perspectiva, um novo paradigma produtivo precisa ser construído, articulando a produtividade ecológica com a produtividade tecnológica. Essa construção social, não pode ser dirigida por um planejamento centralizado da

tecnologia normatizada pela ecologia, mas sim com participação de diferentes culturas, onde cada uma contribuirá com seus conhecimentos, seus saberes, sua natureza, criando um fluxo de possibilidades de coevolução, articulando o pensamento humano com o potencial da natureza. Este processo, se traduz num grande desafio para a sustentabilidade, pois é necessário desconstruir a globalização unitária colocada pelo mercado, e construir uma globalização guiada pela interligação de diferentes possibilidades de recriação produtiva dos povos com “suas naturezas” (LEFF, 2010).

Para dar continuidade à construção da sustentabilidade, Leff (2010), considera importante reivindicar os saberes locais e propor um diálogo de saberes, os quais estão inseridos na configuração teórica e nas estratégias de organização de uma *racionalidade ambiental*.

A construção de uma racionalidade ambiental compreende um processo de produção teórica e de transformações sociais. É uma categoria que aproxima as relações entre as instituições, organizações, práticas e movimentos sociais, que ultrapassam a área conflituosa do ambiental e mudam as formas de percepção, acesso e gozo dos recursos naturais, bem como a qualidade de vida e os tipos de desenvolvimentos das populações. Esse conjunto de processos sociais, em que se cruzam as relações entre as formações teóricas e ecológicas, a produção de saberes e conhecimentos, a organização produtiva e as práticas sociais conduzidas pelos valores do ambientalismo, orienta as ações para a construção de uma racionalidade social nova e para trilhar a uma economia global sustentável (LEFF, 2006).

A medida que o discurso da sustentabilidade ganha força, entra no cenário, diferentes possibilidades de contribuições na busca de um planeta sustentável. Nesse contexto, a criação e implantação de áreas protegidas aparecem como alternativa e referência nessa direção, com o intuito de: preservar e valorizar a natureza; ensinar alternativas econômicas viáveis, como ecoturismo e uso adequado de recursos genéticos; e principalmente, executar tais metas de forma participativa e socialmente justa (GUIA PHILIPS, 2002).

Nesse sentido, Diegues (2004), destaca que um novo estilo de desenvolvimento, infere na adoção de estratégias, escolhas e metodologias de planificação, o qual não deve acontecer de forma alheia e distante das realidades regionais, mas sim com uma articulação técnico-política que consiste na

participação dos diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com o processo.

Os autores consideram que os benefícios para uma comunidade não são necessariamente aqueles determinados por um técnico a partir de idealizações estatísticas desenvolvidas em gabinete e com base em seu referencial cultural específico. É necessário considerar que as comunidades integram um universo cultural singular, com valores, códigos e regras muito diferenciadas do mundo urbano, possuindo uma forma própria de compreender e avaliar o mundo e determinar suas necessidades.

Para Diegues (2004), adentrar nesse mundo e mergulhar na sua dinâmica, requer um conjunto de conhecimentos e procedimentos básicos. Para isso é necessário recolocar a relação técnico-comunidade em outros termos, considerando principalmente a capacidade interna da comunidade administrar os programas e projetos, bem como direcionar o processo de implantação conforme seu estilo de vida e mecanismos próprios.

Nesse sentido, segundo Diegues (2004, p. 39), a ideia de sustentabilidade pressupõe os seguintes pontos básicos:

- Completa integração da população tradicional na elaboração, implantação e gestão dos projetos e programas, considerando os seus conhecimentos, a sua percepção e interpretação do meio natural;
- Respeito à diversidade cultural e ecológica existente entre as várias vilas da região;
- Reversibilidade das decisões;
- Desenvolvimento de ecotécnicas, adaptadas ao meio ambiente natural e cultural;
- Modalidades de associações de interesses sociais e políticos próprios à população;
- Um sistema de educação e saúde integrado à realidade regional.

Vale destacar um pressuposto básico que direciona os pontos propostos: ao incorporar o homem como parte integrante do ecossistema, torna-se como ponto de partida as inter-relações existentes entre os processos naturais e os processos sociais em sua conformação regional. Esses processos integram, de forma dinâmica uma totalidade complexa que deve ser considerada na gestão e no planejamento de modalidades experimentais de desenvolvimento sustentável.

Nesses termos, Diegues (2004, p 40) considera que:

O desenvolvimento sustentável deve carregar uma visão totalizadora do espaço, com base no múltiplo uso definido pelas populações locais, tanto em sentido físico, quanto econômico, social e cultural; e, ao mesmo tempo, devem admitir modificações no espaço a fim de se obter uma maior otimização na exploração de seus recursos. Isso significa que se devem desenvolver estratégias específicas que levem ao rendimento máximo sustentado, rendimento máximo econômico e ao máximo benefício social.

Aliada à questão da sustentabilidade, o turismo aparece como alternativa para proporcionar uma relação sociedade-ambiente saudável e gerar benefícios socioeconômicos a todos os envolvidos no processo de proteção e desenvolvimento de áreas.

Para que a atividade turística ocorra nas áreas protegidas de forma a proporcionar a sustentabilidade e gerar benefícios socioeconômicos e o desenvolvimento a todos, algumas preocupações pertinentes devem ser consideradas e trabalhadas de forma conjunta pela sociedade civil, administradores dos parques, poder público e iniciativa privada.

Rudzewicz (2008), cita Ceballos-Lascuráin para identificar impactos resultantes da ação humana em ambientes naturais: impactos sobre as propriedades geológicas, assim como sobre as formações rochosas, minerais e fósseis; impactos nos solos; nos recursos hídricos; na vegetação; na vida selvagem e ecossistemas; nos sistemas de saneamento; e impactos estéticos sobre a paisagem.

Kinker (2002, p. 74), cita exemplos de impactos potenciais no meio ambiente:

- Superlotação: desrespeito à capacidade de carga dos ecossistemas, gerando redução da qualidade de vida e degradação do meio ambiente natural e cultural;
- Excesso na infraestrutura construída pelo homem, degradando a paisagem;
- Barulho, gerado por rádios e por número excessivo de pessoas;
- Alimentação dos animais pelos turistas, podendo gerar hábito;
- Veículos convencionais e *off-road*, andando em alta velocidade no interior de parques, podendo causar morte de animais por atropelamento, degradação do solo e da vegetação e a mudança no comportamento dos animais;
- Produção de lixo – se o comportamento dos usuários não for adequado, pode exigir infraestrutura onerosa. Além da poluição visual das descargas a céu aberto, o lixo pode ser motivo de atração de moscas e ratos, tornando os lugares insalubres;
- Uso descuidado do fogo: a presença humana em áreas naturais é muitas vezes a causa de incêndios, principalmente em épocas de estiagem, comprometendo grandes extensões com a sua propagação;

- Propagação de doenças e pragas: as pessoas podem ser veículos de propagação de doenças e pragas às plantas e aos animais pelo transporte de vírus, esporos, ovos ou sementes, desavisadamente, pela própria roupa ou calçado;
- Uso dos recursos da natureza de maneira não sustentável, como, por exemplo, corte de árvores para obtenção de madeira para fazer fogo;
- Coleta de suvenires;
- Esgoto sem tratamento.

Por outro lado, Rudzewicz (2008), comenta que existem fatores que podem transformar, de forma positiva, a atual situação dos Parques Nacionais brasileiros, visto que muitos se encontram em estado de abandono ou geridos de forma inadequada. Tais fatores são destacados pela Organização Mundial de Turismo (OMT) no *Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA)*, citados por Costa (2002 p. 46), o turismo nestas áreas pode ser alternativa à:

- Geração de emprego local, tanto direta no setor turístico como nos diversos setores auxiliares e de gestão de recursos;
- Diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente;
- Estímulo ao aperfeiçoamento das infra-estruturas de transporte e comunicação locais, com consequentes benefícios para a população local;
- Uma correta organização, que possa proporcionar um mecanismo de autofinanciamento para a manutenção do parque e, portanto, servir de instrumento para a conservação do patrimônio natural (...).

Entretanto, se faz necessária uma gestão alinhada com o desenvolvimento turístico, além de um plano de manejo específico para cada unidade, executado por profissionais capacitados. Também devem ser observados itens imprescindíveis para que o Turismo aconteça e encontre um ponto de equilíbrio à conservação do meio natural e cultural, entre os quais estão: zoneamento ambiental; verificação da capacidade de carga; estudos do potencial turístico local; infraestrutura adequada para receber os turistas; capacitação de pessoal; estruturas de interpretação ambiental; programas de educação ambiental; e existência de equipamentos de apoio e de segurança e serviços básicos para o turismo (RUDZEWICZ, 2008).

A autora, destaca a importância do envolvimento das comunidades locais em todas as etapas do procedimento de implantação dos Parques. Nessa perspectiva, para alcançar um turismo sustentável, os povos tradicionais devem ser

inseridos nos debates e nas decisões junto aos administradores, além de serem agentes participativos no processo de agregar valor ao turismo local.

Segundo Rudzewicz (2008), o fato dos povos tradicionais viverem há muitas gerações em determinadas áreas protegidas, faz com que sejam detentores de um conhecimento aprofundado sobre essas terras. Dessa forma, podem contribuir com a atividade turística por meio do trabalho de guia, além de promover a conservação da cultural local, desde que estes valores não sejam criados com o propósito único de serem exibidos e vendidos como produtos turísticos.

2.6 INTERDISCIPLINARIDADE COMO ABORDAGEM PARA PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS

Tanto no início da vida do ser humano como no seu fim, são as representações da pessoa humana, do sujeito humano, que estão sendo submetidas a um processo de reelaboração. Com as perspectivas abertas pelas biotecnologias e, mais recentemente, pelas técnicas de clonagem, o ser vivo – planta, animal e talvez no futuro próximo o próprio ser humano – tornam-se artefatos, produtos da atividade humana, o que quer dizer coisas e, conseqüentemente, mercadorias atuais ou potenciais. Poderíamos tomar outros exemplos, na escala macro, no tocante às conseqüências conceituais da exploração do universo, à descoberta do planeta Terra como universo finito que não fica de fora do alcance das intervenções humanas.

Claude Raynaut

Enfim, o ser humano e a sociedade passam a ser objetos do conhecimento em função do desenvolvimento das ciências humanas e sociais. As instituições deixam de seguir princípios religiosos e centralizam seus esforços e atuações na identificação dos fatos psicológicos, sociológicos e econômicos que regem os sistemas sociais, cujo conhecimento permitirá controlar e orientar um projeto. “Considerar os fatos sociais como coisas” foi fundamental para Durkheim, importante pensador clássico e referência na fundação da sociologia como ciência.

Para Raynaut (2004), com a evolução do conhecimento, o ser humano perdeu a condição de “extraterritorialidade” ontológica, não se destacando dos outros seres vivos e das outras coisas, passando a compor a totalidade do mundo com todos partilhando a mesma genealogia.

Nesse sentido, Raynaut salienta que está acontecendo um processo de “naturalização” do ser humano e de “antropização” do mundo material, no qual o olhar científico não vê distinção entre os componentes do mundo e todos são

considerados objetos participantes da construção do conhecimento. Tal situação está provocando mudanças profundas nos paradigmas que fundamentam a representação integrada do mundo e do homem.

A ciência, diante de tantos desafios, passa a ter responsabilidades e papéis essenciais, assumindo o compromisso de propor novas formas de construção de conhecimento, questionando a questão do recorte disciplinar e evidenciando a urgência da interdisciplinaridade.

Nessa linha de pensamento Leff (2011) considera que a crescente complexidade e a aceleração das problemáticas socioambientais, produtos da racionalidade econômica e tecnológica, provocaram a necessidade de reorganizar os processos de produção e aplicação dos conhecimentos, bem como a formação de profissionais com habilidades voltadas à construção de um mundo sustentável.

Nessa direção, Raynaut (2004) considera que a sociedade passa por uma crise do pensamento e de produção científica, decorrente da divisão disciplinar do conhecimento. Diante desse contexto, a interdisciplinaridade se apresenta como uma oportunidade de superação, onde os objetos e assuntos são híbridos e, geralmente, reconhecidos a partir de uma posição social que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta na experiência comum, abrangendo, portanto, uma consideração e constituindo problemáticas para além da condição científica disciplinar.

O autor citado considera ainda que, ao se adotar uma perspectiva interdisciplinar, o grande desafio está na tentativa de resgatar o caráter de totalidade e de complexidade do mundo real onde se pretende atuar. “Totalidade” e “Complexidade” são palavras intimamente conectadas à interdisciplinaridade. O mundo real, na sua natureza, é total, pois é constituído de interações múltiplas e complexas entre os componentes que o compõem, não reconhecendo fronteiras estanques.

Segundo Floriani (2004), os debates em torno da interdisciplinaridade iniciaram entre os anos 60 e 70. As experiências da formulação do caráter da interdisciplinaridade, bem como a pertinência de sua aplicabilidade necessitavam da compreensão teórica sobre o estatuto das ciências, além da aplicabilidade das metodologias interdisciplinares resultantes da aproximação que algumas ciências realizavam ao abordar um mesmo tema.

Nesse sentido, tanto o estatuto teórico das ciências, como o campo da aplicabilidade das metodologias interdisciplinares variam de acordo com o contexto científico e tecnológico e a conseqüente cultura social, a qual interfere nas complexas interfaces presentes entre o sistema científico e o sistema social. Diferentes realidades científico-tecnológicas resultam em epistemologias diferenciadas que controlam e são controladas pelos debates que as sociedades realizam abordando temas relevantes como a natureza, a sociedade, a religião, os valores, a política, entre outros (FLORIANI, 2004).

As diferentes ciências são incitadas a testemunharem e pensarem sobre uma diversidade de temas, instigando a opinião das comunidades científicas, da mídia, das agências públicas e privadas produtoras ou reguladoras do conhecimento científico. Conforme Floriani (2004), nesse movimento, emerge o diálogo dos saberes científicos como expressão do conteúdo cultural latente no sistema da representação das ciências.

No diálogo de saberes aflora a força da razão, da palavra, da fala e do inarrável no encontro com a diversidade além da razão teórica e da ontologia do ser. Nesse sentido, tal diálogo proporciona o elo da diversidade dos saberes com o diálogo fresco da palavra viva dos atores sociais, que embasados em suas práticas, motivações e razões, acreditam num futuro sustentável (LEFF, 2010).

Ainda segundo Leff, o diálogo de saberes proporciona o novo encontro de seres distintos, pela construção de sentido que emerge de esforços coletivos originados a partir da convergência da pluralidade e da diversidade; como uma reação química que em seu produto, o novo composto não apresenta os elementos originários. Dessa forma, dialogam configurações distintas para explicar o real, o fenômeno, a realidade objetiva, a natureza, confluindo diferentes padrões de racionalidade que associam o material e o simbólico no encontro de uma diversidade cultural.

Leff (2000, p.22), chama a atenção para situações inerentes à interdisciplinaridade:

(...) implica assim um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações. Dessa maneira, o termo interdisciplinaridade vem sendo usado como sinônimo e metáfora de toda interconexão e “colaboração” entre diversos campos do conhecimento e do

saber dentro de projetos que envolvem tanto as diferentes disciplinas acadêmicas, como as práticas não científicas que incluem as instituições e atores sociais diversos. É comum que diversos centros e organizações não-governamentais, dedicados não só à educação e à formação ambiental como também à assessoria e promoção de projetos de desenvolvimento (regional, social, comunitário), se autodenominem e se assumam como centros de estudos interdisciplinares.

Ainda de acordo com Leff (2000, p.22):

Neste contexto, a noção de interdisciplinaridade se aplica tanto a uma prática multidisciplinar (colaboração de profissionais com diferentes formações disciplinares), assim como ao *diálogo de saberes* que funciona em suas práticas, e que não conduz diretamente à articulação de conhecimentos disciplinares, onde o disciplinar pode referir-se à conjugação de diversas visões, habilidades, conhecimentos e saberes dentro de práticas de educação, análise e gestão ambiental (...).

O reconhecimento por parte da sociedade e das comunidades científicas das dificuldades em dar respostas confiáveis acerca de determinados problemas, como os socioambientais, tem motivado a necessidade de novas disposições e questionamentos sobre a inapropriada cartografia classificatória das ciências que ajustavam a realidade aos interesses particulares .

Floriani (2004, p. 35) destaca que:

Há quase 30 anos, Prigogine (1984) antecipava o cenário para os tempos atuais, assumindo claramente a posição de que os valores em jogo da metamorfose da ciência não são todos de ordem científica; que a existência da ciência e do conteúdo das teorias científicas podem ter algo a ver com as relações que os homens mantêm com o mundo natural; que a ciência faz parte do complexo de cultura a partir da qual, em cada geração, os homens tentam encontrar uma forma de coerência intelectual, que doravante fazer ciência seria renovar concepções das relações dos homens com a natureza, como prática cultural... Assim, a ciência se reconhece como parte integrante da cultura no seio da qual se desenvolve; ao reconhecer que essa cultura científica se define como obra de seres inscritos no mundo que eles exploram e no qual nada da natureza poderia aparecer de estranho para quem a descreve, a natureza aparece como não feita para nós e não entregue à nossa vontade.

Com o reconhecimento da natureza e dos sistemas explicativos do mundo, passa a ocorrer uma predisposição a um caráter fundamentalmente aberto das ciências, restabelecendo outras lógicas discursivas e outras oportunidades de diálogos entre as disciplinas e outros saberes, considerando o filosófico e aqueles enraizados nas diferentes culturas humanas. Nas palavras de Prigogine “chegou o tempo de novas alianças, desde sempre firmadas, durante muito tempo ignoradas,

entre a história dos homens, de suas sociedades, de seus saberes, e a aventura exploradora da natureza” (FLORIANI, 2004).

Para essa configuração, Raynaut (2004), sugere pensar o desenvolvimento humano considerando suas intervenções no meio ambiente, trazendo a necessidade da interdisciplinaridade, visto que a própria noção de meio ambiente é muito complexa e ambígua:

- Quando se fala do meio ambiente e não de ecossistemas ou de sistemas físicos ou biológicos, considera-se o ser humano como ocupante e utilizador de um espaço e do conjunto de fatores bióticos e abióticos que o cercam.

- Essa noção é multicêntrica, aplicada a indivíduos, grupos, organismos e populações de seres vivos, onde ocorrem deslocamentos, em que o que era objeto central da definição torna-se um elemento do meio em outra. Também, os processos que compreendem a noção de meio ambiente acontecem em diferentes escalas de espaço e tempo e incluem diversos níveis de organização.

Assim, cabe destacar que quando se considera consequências, processos, conflitos e impactos socioambientais na relação sociedade-natureza, a necessidade de integrar essas dimensões complexas na organização do desenvolvimento, associando objetivos sanitários, econômicos, sociais e éticos com a preservação da natureza, evidencia-se de forma objetiva a exigência da interdisciplinaridade. Dessa forma, a integração entre as diferentes disciplinas das ciências da natureza e humanas-sociais passa a ser imprescindível (RAYNAUT, 2004).

Nesse sentido, Raynaut (2004) esclarece que falar de meio ambiente, considerando como preocupação central as relações entre sociedades humanas e meio físico-natural por elas ocupados e explorados, o ser humano deixa de ser considerado um “hóspede” de seu habitat e passa a ser parte integrante desse meio, como sujeito e objeto, ator e produto.

Raynaut (2004, p. 30) observa, que para trabalhar as questões socioambientais se faz necessário a participação das ciências sociais e das ciências naturais com o reconhecimento da importância de ambas:

- As ciências sociais devem reconhecer a natureza profundamente ambivalente da pessoa humana e das sociedades – sua dupla natureza – ao mesmo tempo essencialmente “ideacional” ou imaterial e profundamente arraigada na matéria, o que Godelier chama de “a parte não social do social”.

- Por outro lado, as ciências físicas e naturais devem admitir que as produções da mente humana – representações, símbolos, valores, saberes – não são meras fantasias, que vêm enfeitar ou mascarar uma realidade mais essencial e mais determinante que seria a realidade da matéria. Devem aceitar que a dimensão social, cultural, faz parte integrante da realidade e desempenha um papel determinante tanto na história das sociedades quanto naquela dos ecossistemas que estudam.

Para avançar no estudo de problemas socioambientais, as disciplinas sociais e naturais devem conciliar duas exigências:

- Produzir um conhecimento voltado para objetos coerentes com seus conceitos e seus métodos. Em outras palavras, um antropólogo não vai estudar a dinâmica dos ecossistemas e um ecólogo não vai analisar a elaboração das representações;
- Reconhecer o caráter fundamentalmente ambivalente dos fatos sobre os quais elas trabalham – ao mesmo tempo materiais e sociais – o que torna igualmente pertinentes os diversos saberes produzidos sobre um mesmo objeto (RAYNAUT, 2004, p.31).

Para Heemann (2004) e Philippi Jr. et al. (2000), a importância incomum da interdisciplinaridade tem no ambientalismo (PÁDUA, 2010) importante referência para a sustentabilidade, isto porque este trouxe e provocou, entre outras, a retomada de importantes questões de natureza ética associadas à educação, à saúde, à pobreza, à miséria, à fome, à injustiça, além dos mais variados transtornos ambientais.

Como aprofundamento ao pensamento científico inerente a complexidade socioambiental, Leff (2011), considera que a inter e transdisciplinaridade que requer o saber ambiental não é a procura de um paradigma globalizante do conhecimento, a organização sistêmica do saber e a uniformização de conceitos através de uma metalinguagem científica, mas sim promover um paradigma onívor, uma ecologia do saber ou a organização de uma metodologia geral para o desenvolvimento do conhecimento. Além disso, o saber ambiental problematiza o conhecimento, considerando a especificidade das diversas ciências historicamente constituídas, ideologicamente legitimadas e socialmente institucionalizadas.

O saber ambiental é organizado e formado por um conjunto de processos de natureza distinta que produz sentidos culturais e projetos políticos diversos, que não contempla um modelo global, mesmo ele sendo holístico e aberto. O potencial para a efetivação da racionalidade ambiental que conduz as práticas do desenvolvimento sustentável, se concretiza na integração da lógica dos processos

ecológicos, culturais e tecnológicos com a racionalidade das formações teóricas, das organizações produtivas e das estruturais institucionais e de interesse sociais (LEFF, 2011).

O autor faz a ressalva de que a construção e a inserção de um saber ambiental em programas de pesquisa são processos que sofrem com a interferência das relações de poder. A sua organização depende de uma análise crítica das condições de assimilação dentro dos paradigmas legitimados do conhecimento, na procura de novos conceitos e metodologia das disciplinas ambientais e na elaboração de métodos pedagógicos para a transmissão do saber ambiental.

Com os programas interdisciplinares, surgiram excelentes programas institucionais e administrativos, os quais são resultados do voluntarismo e da mudança comportamental, necessitando de embasamentos administrativos e institucionais para dar estruturação às expectativas originadas. Tudo indica, que muito tem que ser feito e argumentado no que se refere à questão da interdisciplinaridade, pois nem mesmo um grupo multidisciplinar de especialistas com boas intenções, conseguirá convencer uma comissão avaliadora de trabalhos interdisciplinares (HEEMANN, 2004).

Segundo Leff (2000), é possível atualmente identificar na América Latina vários programas interdisciplinares de investigação e formação ambiental, nos quais há o desenvolvimento de estratégias e experiências diferentes. Porém, ainda são poucos os programas que desenvolvem a problemática epistemológica e metodológica da interdisciplinaridade como fundamentação para suas investigações e estudos, pois mesmo com a abertura para formação ambiental nas universidades, a interdisciplinaridade está muito relacionada à questões ambientais presentes no currículo.

Nessa linha de pensamento, Floriani (2004), considera que a interdisciplinaridade consiste na repercussão do conhecimento sobre uma ordem de fenômenos que vai além do resultado das disciplinas científicas isoladamente. Ao contrário, onde termina o conhecimento disciplinar, inicia a organização desse *plus* que não está previamente estabelecido.

Nesse contexto, a questão ambiental, com a sua complexidade, e a interdisciplinaridade surgem no final do século XX como entraves contemporâneos, compartilhando os sinais de uma crise de civilização que se apresenta pela fragmentação do conhecimento e pela destruição do ambiente, marcadas por

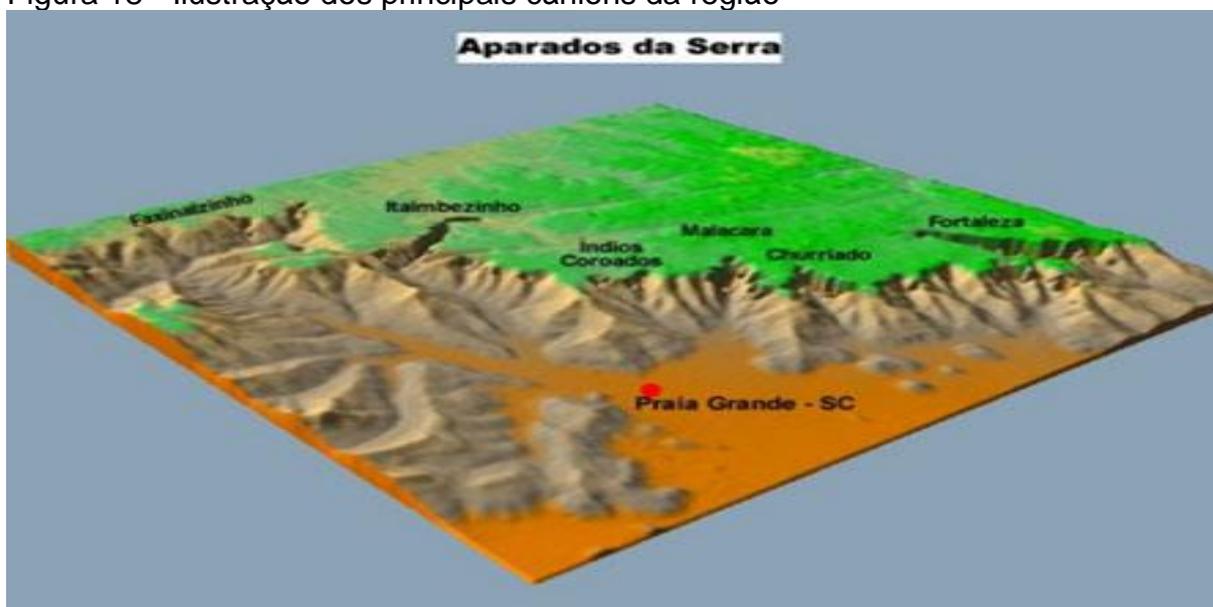
características da ciência e economia modernas. A crise ambiental e a crise do saber emergem como todo um campo do real negado e do saber desconhecido pela modernidade, reivindicando a “internalização” de uma “dimensão ambiental” por meio de um “método interdisciplinar”, capaz de reintegrar o conhecimento para apreender a realidade complexa (LEFF, 1998).

3 UMA INCURSÃO À CIDADE DOS CANYONS E AS CURIOSIDADES AO ENTORNO DO PARQUE

Mergulhar num tempo distante tornou-se quase impossível, devido a fragmentação da história tão pouco nítida na lembrança dos que ficaram e infelizmente enterrada junto aos que partiram. Foram-se séculos e com eles vidas se apagaram no cerrar das cortinas no próprio tempo. Procurarei resgatar na íntegra, a reconstituição do que chamo a nossa vida – razão de nossa existência – que é a nossa Praia Grande, já não mais a cidade das duas mentiras, mas a cidade dos *canyons*.

Gilberto Ronsani

Figura 18 - Ilustração dos principais cânions da região



Fonte: Montagem 3D a partir de imagem de radar do Projeto SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) – 2000. NASA - USA

Uma natureza exuberante, onde sonhos com tesouros incalculáveis ali estavam aguardando a ação do ser humano, uma floresta luxuriante e uma terra fértil, conhecidas anteriormente como terra pingues. Um clima agradável e inigualável com uma paisagem extasiante, um verdadeiro paraíso terreno.

Dessa forma, Ronsani (2010) descreve esse sertão de sonhos que deveria pertencer a alguém e que era Praia Grande, um verdadeiro éden perdido e agora conquistado pelo homem.

Os cavalgantes da região tinham uma visão panorâmica, que poderia ser contemplada das encostas da serra, principalmente do topo da serra do Molha Coco: um cenário de paisagens com o inconfundível espraiado dos rios com seixos rolados e o grande vale verde. Esta excepcional posição de frente para o oceano de onde

podia ser visto nos dias límpidos, chamava atenção dos que procuravam identificar as terras e traçar caminhos a serem abertos, e então ocupar o território sul catarinense (RONSANI, 2010).

Surgia inevitavelmente a promessa de um caminho para os campos de cima da serra em regiões ainda desconhecidas, com o objetivo de facilitar o acesso e a travessia de cargas por Praia Grande através dos tropeiros da região que abasteciam de suprimentos aqueles que enfrentavam o desafio de se estabelecer e se tornarem pioneiros.

Nesse contexto, Ronsani declara que nascia Praia Grande, conhecida num primeiro momento como Sertão, e mais tarde como Roça da Estância. Começava então delinear-se um traçado bem claro do que Praia Grande viria ser. Naquele período, em que tudo era novidade, inesperado e arriscado, num ambiente de mata virgem com onças, leões baio, puma brasileiro; rios e lontras; serras e papagaios; amores e desamores, desenhava-se a base de Praia Grande.

O município de Praia Grande está encravado no sopé das encostas da Serra Geral, no extremo sul catarinense, onde atualmente estão estabelecidas duas Unidades de Conservação de uso indireto: Parque Nacional de Aparados da Serra e o Parque Nacional da Serra Geral (Figura 19), criados respectivamente em 1959 e 1992. Localizados na parte leste da divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, essas unidades protegem a paisagem e a biodiversidade das bordas da Serra Geral, formada pelas escarpas íngremes que compõem a transição entre o planalto e a planície litorânea (BRIGHTWELL, 2006).

Figura 19 - Localização PNAS e PNSG



Fonte: Socioambiental Cons. Assoc. Ltda.

A região se destaca pelos seus famosos atributos paisagísticos que são os vários *canyons*, decorrentes das formações geo-morfológicas da Serra Geral,

sendo Itaimbézinho o mais visitado e conhecido. Com uma área de 10.250 ha, o PNAS está distribuído nos municípios de Praia Grande-SC e Cambará do Sul – RS, já o PNSG, com uma área de 17.300 ha, distribui-se nos municípios catarinenses de Praia Grande e Jacinto Machado e no município gaúcho de Cambará do Sul. Ambas unidades estão dentro do bioma Floresta Atlântica e são classificadas como área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e ecossistemas associados (MMA/IBAMA, 2004)

Praia Grande se desenvolveu numa região geograficamente estratégica com um grande vale verde de densas florestas e limitação dos contrafortes da serra geral (Figura 20). A região por muito tempo serviu de referência aos viajantes e tropeiros que se dirigiam para o Rio Grande do Sul, ou com destino aos campos de cima da serra, ou mesmo de volta para Laguna e São Francisco do Sul, ou ainda, com destino para São Paulo, Rio de Janeiro e Santos (RONSANI, 2010).

Figura 20 - Praia Grande



Fonte: Leão Baio Turismo

D'antona (1994), relata que Praia Grande, apesar do nome, está mais próxima da serra que do litoral (Figura 21). Tem um clima frio, serrano e povo com jeito interiorano, e que se não fosse pela arquitetura de algumas casas, descreveria o local como uma pequena cidade do estado de São Paulo.

Ainda no que se refere à pequena cidade catarinense no pé da serra, D'antona (1994) narra que a mesma é o ponto final do asfalto da estrada que se confunde com a rua da cidade, a qual tem alguns postos e oficinas mecânicas e vários caminhões estacionados. A cidade tem uma linda praça central onde as pessoas se reúnem mesmo nos dias mais frios.

Figura 21 - Localização de Praia Grande



Fonte: Dados cartográficos 2008 MapLink/TeleAtlas

A superfície territorial de Praia Grande é 295 km², e localiza-se na zona fisiográfica de Laguna, no extremo sul de Santa Catarina, sob os pés da Serra Geral, na fronteira com o estado do Rio Grande do Sul, num estreito apêndice que avança pelo território deste estado, e é jurisdicionada à comarca de Sombrio. Por muito tempo, a região ficou quase no anonimato, sem atrair os desbravadores, ficando à disposição dos povos indígenas que desfrutaram livremente o território. Os índios da raça Guarani habitavam desde a região em questão até o Rio Tramandaí pelo litoral, e foram eles que fizeram os primeiros contatos com os colonizadores brancos.

Ronsani (2010), descreve que os índios da região eram mansos, dóceis, quase sem inclinações para a guerra e adeptos da paz. Faziam suas lavouras e plantavam quatro alimentos diferentes durante o ano para garantir o próprio sustento: três meses comiam milho; outros três favas e abóboras; outros três alguns tipos de mandiocas; e outros três comiam farinha de certa palmeirinha. Viviam miseravelmente: com muita fome; muita preguiça; sem hábitos de higiene; comiam

os peixes sem escamar, sem lavar e malcozido; e os pássaros eram mal depenados e colocados na brasa sem lavar.

Segundo Ronsani (2000), o nome Praia Grande teve sua origem por meio dos fenômenos milenares que com o passar dos tempos através das enchentes formava grandes despraiados de seixos rolados, nome este dado pelos portugueses que junto com os Paulistas buscavam no território os índios Carijós, que eram acessíveis, ingênuos, e fáceis de serem capturados e escravizados.

Ainda de acordo com Ronsani, estes índios eram protegidos e evangelizados pelos jesuítas e ao mesmo tempo eram enganados pelos exploradores que ali chegavam. Pelo fato de conhecerem bem a região, facilitaram aos exploradores a abertura de trilhas na serra, proporcionando uma das mais fáceis subidas com cargueiro, atendendo comercialmente os gaúchos dos povoados costeiros e arredores, através do porto de Laguna e depois também o porto Estácio.

Os colonos portugueses ao chegarem no Brasil, perceberam diferenças entre os índios que encontraram e os classificaram em dois grupos: os tupis, que habitavam principalmente o litoral, e os tapuias, mais atrasados e ferozes, que viviam no interior ou no litoral nordestino. Entretanto, geralmente os índios eram classificados em quatro grandes grupos: Tupi-guarani, Tapuias ou Gês, Caraíbas e os Nuaruaques; e em grupos menores, que se diferenciavam em função de sua língua e de seus costumes, entre os quais, muitos ainda existem: os Bororós, os Guaicurus, os Cariris, os Carajés, os Xavantes, e muitos outros.

Portanto, as terras pertencentes atualmente a Praia Grande, segundo a história, eram superpovoadas por indígenas pelo fato de estarem situadas próximo ao litoral Sul, de difícil acesso aos navegadores devido aos ventos fortes que deixavam o mar bravo, pondo em risco suas embarcações.

A colonização da região começou realmente por volta de 1890 com a chegada de italianos, alemães e portugueses que se instalaram às margens do enorme despraiado de seixos, onde construíram suas moradias. Numa aglomeração de várias línguas, costumes e tradições, caracterizaram a área e nomearam de Praia Grande. Seduzidos pela beleza da paisagem sob a Serra Geral e pela terra fértil, se empenharam em trabalhar em prol do desenvolvimento da região, o qual teve o dia 19 de julho de 1958 considerado como dia da emancipação política e data de referência do ponto de partida para o progresso (IBGE, 2016).

A diversidade cultural, portanto, é resultado das diferentes correntes migratórias que povoaram e colonizaram a região de entorno das UCs. Desse modo, não foi proporcionada a formação de uma identidade cultural marcante, como é observado no planalto com os gaúchos, e também não foram preservados de forma significativa os valores da diversificada herança cultural dos colonizadores (PLANO DE MANEJO, 2004).

Vale ressaltar que os colonizadores luso-brasileiro, vicentista e açoriano foram os primeiros a ocuparam a faixa litorânea. Posteriormente, os italianos chegaram e em menor número os alemães, os poloneses, entre outros. Atualmente, a maior parte da composição étnica das populações da região de Praia Grande é formada por descendentes lusos.

Os colonizadores portugueses ao chegarem na região, repetiram, inicialmente, a prática de ocupação verificada em quase toda a costa brasileira. Se concentravam em pequenas áreas e ficavam isolados economicamente, sem ter destino para a produção excedente, acontecendo a princípio uma situação de subsistência, quebrada somente pelas trocas que aconteciam quando os tropeiros passavam e quando abasteciam pequenos núcleos populacionais existentes (PLANO DE MANEJO, 2004).

O cultivo de milho, cana-de-açúcar, banana, arroz e fumo, deu início a principal economia da região e atualmente, o comércio e as indústrias contribuem na economia e somam no apoio ao crescimento do município. No que se refere à educação, em 1953 existiam duas escolas com linhas filosóficas distintas, ou seja, ideologia partidária: a antiga UDN (União Democrática Nacional) era responsável por uma e o ex-PSD (Partido Social Democrático), a outra.

Segundo dados do IBGE (2016) a Igreja foi uma instituição social atingida por sérias divergências entre as religiões Católica e Anglicana, que buscavam hegemonia dos fiéis. A medida que o tempo foi passando e evoluindo, as escolas foram ampliadas e as religiões diversificadas, terminando com os atritos. A cultura local alcançou seu ápice em 1954, com a instalação de um cinema e a chegada da energia, a qual foi marco importantíssimo para os praia-grandenses, pois era a única comunidade do vale do Araranguá com energia própria em função do ponto estratégico do rio Mampituba.

A população de Praia Grande tem orgulho de sua história e ao mesmo tempo consciência das dificuldades vividas, pois passaram por entraves e

catástrofes, como o incêndio dos costões da serra, por volta de 1951, que devastou a produção daquele ano e as frequentes inundações, destacando-se a enchente de 1974, que além de danos materiais fez muitas vítimas. Entretanto, o sonho da luta permaneceu e a Serra do Faxinal foi aberta e 1980, contribuindo de forma a facilitar o comércio com o Rio Grande do Sul, através do município de Cambará do Sul.

No município de Praia Grande e município de Mampituba está a Comunidade Quilombola São Roque ou Pedra Branca (Figura 22). Tal comunidade tem seu passado identificado com o regime escravista desenvolvido na região serrana e está assentada numa área com escarpas que limitam o final da Serra Geral, onde uma rocha desponta naturalmente caracterizando a região como “Pedra Branca”. Assim como os escravos fundadores da comunidade desceram a serra, os rios descem e passam pela comunidade, proporcionando as condições necessárias para sua reprodução. (FERNANDES; BRUSTOLIN; TEIXEIRA, 2006).

Figura 22 – Pedra Branca e Comunidade Quilombola São Roque



Fonte: Tadeu Santos.

Os autores acima, relatam que a Comunidade Quilombola São Roque iniciou a partir do estabelecimento de uma dinâmica social e territorial integrando as regiões da serra e do litoral, entre Cima da Serra e Roça da Estância. O local se caracterizou como um território de refúgio e de liberdade, um território idealizado na divisa das relações de domínio senhorial. As condições ambientais e os aspectos geográficos característicos da região, possibilitaram à comunidade São Roque

desenvolver sociabilidades próprias. Entretanto, somente nas últimas décadas do século XX, esta comunidade começou a se organizar para enfrentar as repressões que vieram com a implantação dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral.

De acordo com Ronsani (2000) a área citada serviu também de abrigo para fugitivos criminosos procurados, que ali sentiam-se protegidos em função das características do local. Dessa forma, existe historicamente um receio por parte das gerações descendentes destes primeiros moradores em arquivar registros pessoais e dados familiares que seriam úteis para o resgate deste valiosíssimo patrimônio histórico-cultural.

Com a criação das UCs, a comunidade de quilombola passou a sofrer com as imposições estabelecidas legalmente, bem como com as drásticas transformações que abalaram a harmonia e a tranquilidade local. Os membros desta comunidade passaram a ser considerados criminosos e invasores dos parques, quando os processos de aquisição de terras foram efetivados pelo órgão ambiental federal, a partir do início da década de 80 (FERNANDES; BRUSTOLIN; TEIXEIRA, 2006).

Para Fernandes, Brustolin e Teixeira. (2006, p. 133):

A Comunidade de Remanescentes de Quilombos São Roque apresenta, não apenas uma memória comum sobre seus antepassados escravos, mas também, um conjunto de sociabilidades e territorialidades específicas. As ameaças à comunidade São Roque, portanto, configuram riscos à reprodução de uma comunidade tradicional, que tem no passado escravo sua mais forte matriz identitária.

Ainda no que se refere à cultura local, é importante destacar que os portugueses tiveram uma grande influência no município de Praia Grande, a qual pode ser identificada na arquitetura que predomina no local, bem como nas festas típicas da região.

Historicamente, de acordo com o IBDF (1984), “os festejos populares estão fortemente ligados ao caráter religioso, comemorando-se com grandes festas o dia dedicado ao padroeiro (Figura 24), quando são realizadas procissões e a cidade é decorada para tal fim”

Figura 23 - Festa de São Sebastião na década de 50



Fonte: Coleção de Joceli Lopes Roldão

Elementos referenciais para a população urbana e rural, de acordo com o IBDF (1984), incluem também as novenas, festas juninas, Tríduos de Reis, Boi-de-mamão e Pau-de-fita. As festas campestres e os bailes comemoram o “Negrinho do Pastoreio”, resgatando os costumes e as tradições locais por meio da música e da dança.

Outras manifestações culturais da região, principalmente em Praia Grande, são os eventos de tradição gaúcha, com apresentações folclóricas e torneios típicos, sendo o CTG Porteira do Faxinal, o principal centro incentivador. No entorno dos Parques Nacionais, a cultura italiana também é percebida, mas sua principal influência está no que se refere aos aspectos de crescimento econômico regional (PLANO DE MANEJO, 2004).

Em Praia Grande, o artesanato local vem sendo resgatado pelo Centro Profissionalizante de Aproveitamento da Criança e do Adolescente (CEPROACA), juntamente ao Clube das Mães. Produtos artesanais são confeccionados a partir de folhas de bananeira, taquaras, palhas de milho. Antigamente, a palha de milho e

taquara eram usados para confeccionar cestos, peneiras e balaios, já a palha de butiá e de bananeira eram utilizadas na fabricação de chapéus.

Outra figura importante relacionada à questão cultural da região é o tropeiro, que deixou uma herança histórico-cultural de grande representatividade para as populações da planície catarinense, bem como para a população do planalto gaúcho. Os tropeiros foram responsáveis pela ligação comercial, ocupação local e integração cultural, sendo sempre lembrados com orgulho pelos moradores mais antigos do planalto e da planície no entorno dos Parques Nacionais.

No que se refere aos tropeiros do passado, é importante lembrar que na época existiam tropeiros de carga, gado, ou mesmo porcos, ligando serra-litoral. Ronsani (2000, p. 61), descreve a organização da tropa:

A égua madrinheira ia na frente com o gineteiro guiando a tropa, esta levava um cincerro no pescoço badalando onde todas a seguiam. Um outro animal levava a bruaca ou o cargueiro da comida, onde o charque não faltava. A proteção da carga, ou seja, da bruaca, cesto ou cargueiro era o ligal de couro de gado, o melhor era de couro de porco grande, dobrado. Dormia-se sobre os pelegos onde era possível. [...] pousava-se sobre uma árvore ou em uma revessa quando havia. Cobria-se com ponche de lã ou a capa cruzeira abrigada pelo cizal. [...]. Quando se fazia passeia ou viajava com mulher então carregava-se o cargueiro de canastra, mascate também usava tropas de canastra.

Atualmente, o patrimônio paisagístico das escarpas da Serra Geral, representado majestosamente pelos cânions da região, se configura na principal atração turística dos Parques Nacionais. Este atrativo, localizado na encosta, caracteriza-se como uma unidade ambiental que está entre o Planalto riograndense e a Planície sul catarinense, portanto entre os dois complexos culturais referenciados anteriormente (PLANO DE MANEJO, 2004).

A suntuosidade da Serra fascina tanto os visitantes como os nativos, fato característico de todo o período histórico das regiões localizadas ao longo da Serra Geral. Entre as dualidades provocadas por este sentimento, é importante destacar a transposição, a separação e a ligação, pois historicamente a transposição da Serra e a ligação entre Planalto e Planície foi realizada por índios, colonizadores europeus, tropeiros, comerciantes e, atualmente por adeptos de diversos tipos de esportes de aventura ou atividades ecoturísticas, que preservam a conexão entre os dois ambientes. Almeja-se que a beleza do patrimônio natural seja um elemento agregador, que conecte a diversidade natural à cultura, direcionando esforços para

que os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral valorizem os elementos históricos e culturais do seu entorno propiciando a conservação tanto do ambiente natural como do sócio-cultural (PLANO DE MANEJO, 2004, p. 23):

Agregar valor ao potencial atrativo das Unidades de Conservação, no ato de preservar e recuperar seu patrimônio natural, histórico e cultural, poderá dotar de dupla significância o ato de receber. Uma delas é a de maximizar a vocação turística, e a outra, como consequência desta, é a de proporcionar a sustentabilidade para tal vocação. Procede-se, deste modo, a uma reciprocidade saudável entre os imperativos de preservar e receber.

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

4.1 ESTRATÉGIA DA PESQUISA

Para o delineamento do processo de pesquisa no sentido de atingir os resultados esperados, algumas estratégias foram adotadas:

a) uma revisão bibliográfica que contemplasse de maneira ampla a questão conceitual e científica. Nesse contexto, debruçou-se no aprofundamento de aspectos relacionados ao estado da arte no tocante à UC, à complexidade socioambiental, à abordagem interdisciplinar e à sustentabilidade. Considera-se essa direção fundamental, pois possibilita uma base para o transcorrer de forma subjacente a amplitude da temática em questão;

b) para o melhor conhecimento e entendimento da região do PNAS e área de entorno, bem como as questões socioambientais ali existentes, foi necessário um contato mais próximo com as referências de fundo documental e bibliográfico sobre a cidade dos cânions e o próprio Parque. Julgou-se como fundamental essa etapa, já que esta proporcionou informações e condições necessárias para o trabalho de campo;

c) com a intenção de ampliar o conhecimento no que diz respeito à complexidade socioambiental da área, buscou-se informações ampliadas proporcionadas por diferentes atores sociais, órgãos, instituições e associações que promoveram um olhar para um universo que se apresentava ainda de forma descompassada. Foi possível então, por meio das entrevistas, uma sistematização dos desafios, obstáculos e possibilidades para se pensar a sustentabilidade e,

d) a junção das estratégias de pesquisa anteriormente citadas, se transformaram em condições operacionais que contribuíram de forma central para sugestões aos processos de gestão integrada e a sustentabilidade.

4.2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi efetuada no PNAS e área de entorno, no sul do estado de Santa Catarina. O Parque, está localizado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na divisa com o extremo sul do Estado de Santa Catarina, na borda da Serra Geral (conforme Figura 25). Possui os seus limites entre os paralelos

29°15'S e 29°25'S e os meridianos 50°00'W e 50°15'W perfazem uma área aproximada de 10.250 ha. A área de influência do Parque Nacional de Aparados da Serra compreende uma faixa de 10 km de largura que acompanha os limites externos da UC em todo o seu contorno, de acordo com a resolução CONAMA nº 13/90, bem como outras áreas que possam ter influência sobre ele. Essa área abrange terras do município de Cambará do Sul, no estado do Rio Grande do Sul e Praia Grande, no estado de Santa Catarina, incluindo parte do Parque Nacional da Serra Geral (PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA, 1995).

O principal município ao entorno e considerado para a pesquisa foi o município de Praia Grande -SC, o qual pertence a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense – AMESC. Limita-se ao norte com o município de Jacinto Machado – SC, ao sul com o município de Mampituba - RS, ao leste com o município de São João do Sul – SC e ao oeste com a serra geral. Está localizado a 294Km da capital do Estado (Florianópolis), possui uma área de 295 km² e uma população de 7.286 habitantes, sendo que destes, 3.937 residem na área urbana. As principais etnias são portuguesas e italianas, sendo o clima temperado, com médias entre os 18° a 20° C e altitude de 45 m acima do nível do mar. Além de sua responsabilidade numa conexão institucional com ICMBio para os cuidados em relação ao Parque Nacional de Aparados da Serra e os conflitos socioambientais ali existentes (questão de plano de manejo, comunidade quilombola, fazendas e proprietários de terras, desastres naturais, entre outros), o município mantém em sua dinâmica econômica o predomínio das atividades agrícolas e turísticas.

Figura 24 - Mapas do Brasil e de Santa Catarina

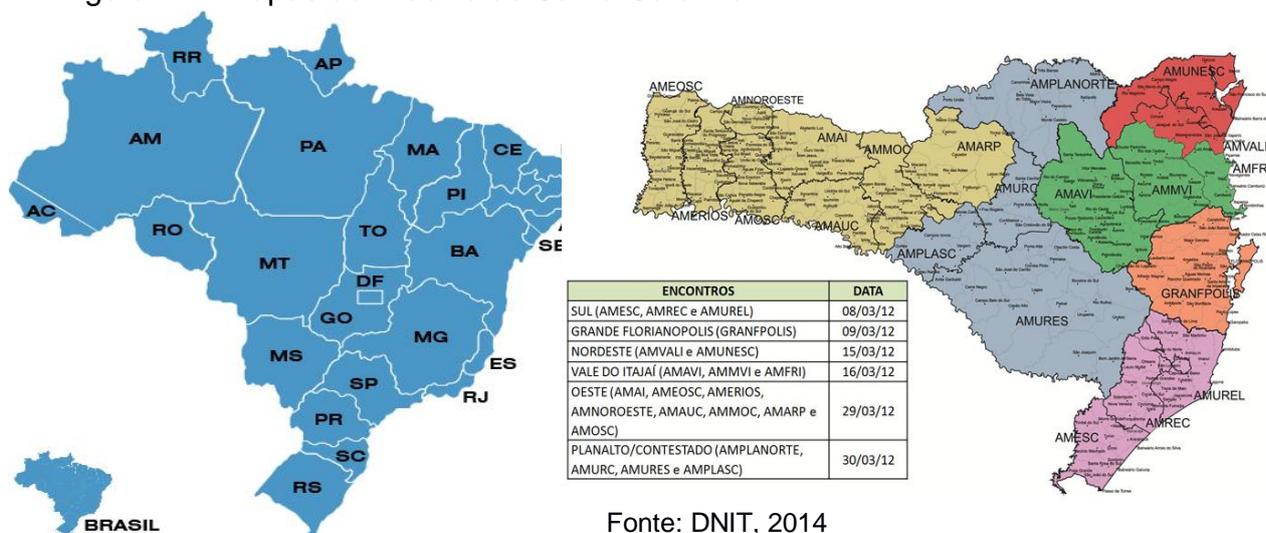
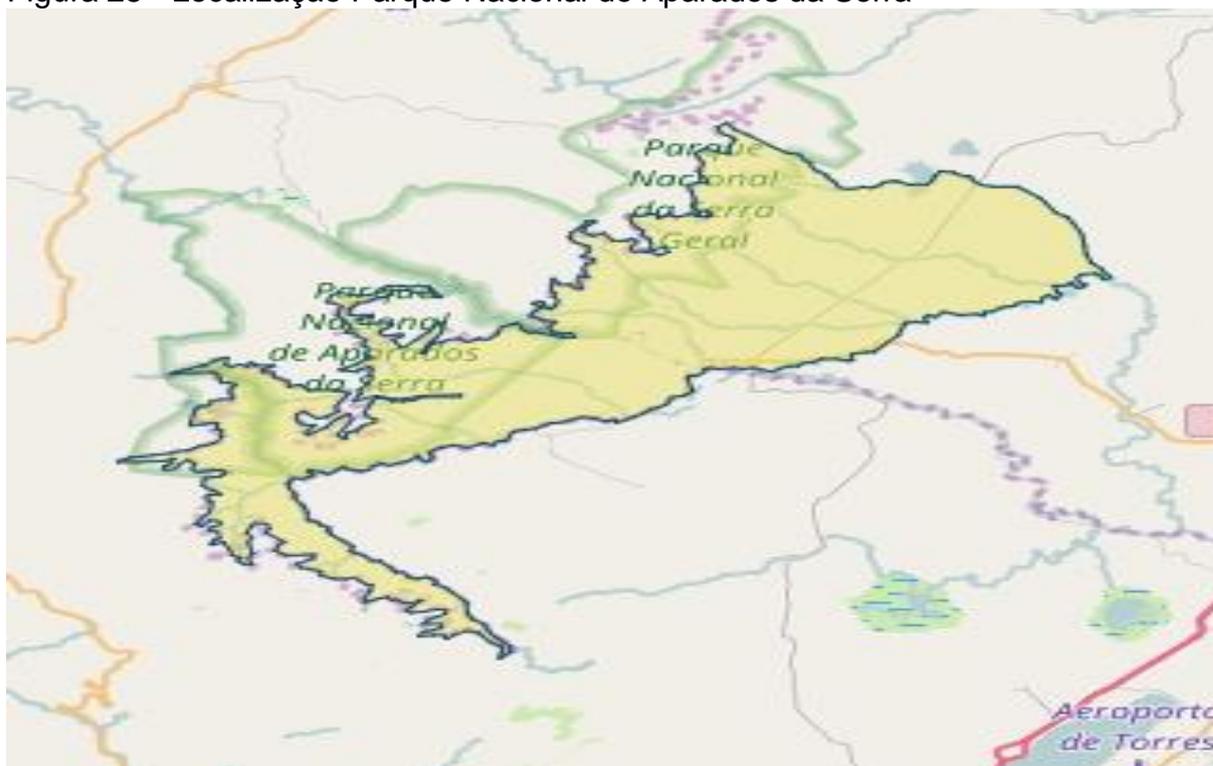


Figura 25 - Localização Parque Nacional de Aparados da Serra



Fonte: IBGE.

No contexto da relação sociedade, natureza e economia da área em estudo, registra-se muitos problemas de ordem socioambientais, os quais numa perspectiva temporal de curto-médio-longo prazos remetem para demandas de estudos para se pensar perspectivas e possibilidades da sustentabilidade. Cabe destacar, como já citado no Capítulo 1: condições administrativas precárias; situação fundiária não resolvida; pressão do entorno sobre recursos naturais da Unidade de

Conservação; visitação realizada de forma inadequada; deficiência na proteção dos recursos naturais; pesquisas científicas e monitoramento dos processos naturais insuficientes.

4.3 NATUREZA DA PESQUISA

As configurações atuais de poder dentro da disciplina dificulta as combinações entre diferentes paradigmas de investigação ... O campo da sociologia tem possibilidades excitantes, se ele permanecer aberto a uma ampla gama de opções teóricas e metodológicas e se tornar mais aventureiro, menos fechado, mais aberto a outras disciplinas. Dessa forma seria mais fácil compreender não só as limitações de cada paradigma de investigação, mas também as potencialidades.

Robert R. Alford

Ao revisar a literatura sobre a pesquisa qualitativa, fica evidente que frequentemente, a pesquisa qualitativa não está sendo definida por si só, mas em contraponto a pesquisa quantitativa (GUNTHER, 2006).

Seguindo a linha do pensamento acima, Gunther (2006) aponta uma primeira diferença entre a pesquisa qualitativa e a NATUREZA DA PESQUISA

As configurações atuais de poder dentro da disciplina dificulta as combinações entre diferentes paradigmas de investigação ... O campo da sociologia tem possibilidades excitantes, se ele permanecer aberto a uma ampla gama de opções teóricas e metodológicas e se tornar mais aventureiro, menos fechado, mais aberto a outras disciplinas. Dessa forma seria mais fácil compreender não só as limitações de cada paradigma de investigação, mas também as potencialidades.

Robert R. Alford

Pesquisa quantitativa: na pesquisa qualitativa há aceitação visível da intervenção de crenças e valores sobre a teoria, sobre a opção de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados. Já na pesquisa quantitativa, crenças e valores pessoais não são consideradas fontes importantes no processo científico.

Neuman (1999), considera que as pesquisas qualitativa e quantitativa diferem em muitos aspectos, mas também se complementam de muitas maneiras. Todas as pesquisas sociais sistematicamente coletam e analisam dados empíricos, examinam cuidadosamente os seus padrões para compreender e explicar a vida social. Por se tratar de um estudo que remete para a complexidade na relação

sociedade-natureza, a abordagem da pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, inserida num campo interdisciplinar, buscando responder numa perspectiva métodos mais ampla de investigação a conexão necessária entre as ciências sociais e as ciências naturais.

A pesquisa qualitativa considerada um grande desafio por muitos pesquisadores é, ao mesmo tempo instigante num contexto de investigações que apontam na direção de avanços das ciências.

Segundo Knechtel (2014), a abordagem qualitativa é uma modalidade de pesquisa direcionada à compreensão de fenômenos humanos, que almeja ter uma visão clara e complexa de tais fenômenos, estudando detalhadamente a forma como os entrevistados os caracterizam e aprendem. Assim, a linguagem e a percepção dos informantes são enfatizadas.

Knechtel (2014, p.98), descreve os pressupostos básicos da pesquisa qualitativa:

- A preocupação primária com processos, e não com resultados ou produtos;
- O interesse central no significado – a forma pela qual as pessoas explicam sua vida e suas experiências e como estruturam seu mundo;
- A necessidade do trabalho do campo – o pesquisador vai ao “campo” selecionado para observar e/ou coletar informações consideradas pertinentes aos participantes;
- A ênfase na descrição e na explicação do fenômeno, à medida que o interesse se encontra na apreensão de processos e significados obtidos via linguagem, filmes ou fotografias;
- A utilização de processos indutivos, haja vista que o pesquisador constrói abstrações, conceitos, hipóteses e teorias.

Dessa forma, percebe-se que as pesquisas qualitativas atentam para o significado dos fenômenos e processos sociais valorizando os aspectos relativos às motivações, às crenças, aos valores e às representações que transpassam a teia das relações sociais. Faltando meios de comedir tais aspectos, existem questionamentos acerca de sua cientificidade.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa em sua multiplicidade de histórias disciplinares passa por tensões e contradições ao desenvolver determinado projeto, além de se comprometer com os métodos e formas que cabem em suas descobertas e interpretações (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Ainda de acordo com Denzin e Lincoln (2006, p. 22), a pesquisa qualitativa pode ser considerada como um “terreno de múltiplas práticas educativas”, que:

- Não privilegia uma única prática metodológica ou um método em relação a outro, pois cada um carrega os traços de sua própria história disciplinar.
- Não tem uma teoria ou um método nitidamente próprios.
- Na análise e na interpretação dos dados, utiliza a semântica, a semiótica, a narrativa, o conteúdo, os arquivos e a fonêmica, não dispensando as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números.
- Utiliza os métodos e as técnicas da etnometodologia, da fenomenologia, da hermenêutica, do feminismo, do desconstrucionismo, da etnografia, das entrevistas, da psicanálise, dos estudos culturais, da pesquisa baseada em levantamentos e da observação.
- Com isso, a diversidade de práticas metodológicas da pesquisa qualitativa permite que o pesquisador assuma funções múltiplas: cientista, naturalista, pesquisador de campo, jornalista, crítico social e ensaísta.

Essa pluralidade de opções caracteriza o pesquisador como *bricoleur*: “um indivíduo que confecciona colchas ou reúne imagens, transformando-as em montagens”. Dessa forma esse pesquisador qualitativo *bricoleur* “utiliza as ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando efetivamente estratégias, métodos ou materiais empíricos que estejam ao seu alcance” (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Para esses autores, a pesquisa qualitativa inclui duas tensões simultaneamente. Por um lado, é atraída a uma sensibilidade geral, interpretativa, pós-experimental, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro lado, é atraída a concepções da experiência humana e de sua análise mais restrita à definição positivista, pós-positivista, humanista e naturalista. Entretanto, essas tensões podem ser combinadas no mesmo projeto, com a utilização tanto das perspectivas pós-moderna e naturalista quanto das perspectivas crítica e humanista.

Creswell (2014), pensa na pesquisa qualitativa como um tecido formado de minúsculos fios coloridos, várias texturas e mistura de diferentes materiais. Tal tecido não é apresentado de forma simples, pois como o tear que o confecciona, os propósitos gerais e as estruturas interpretativas dão suporte à pesquisa qualitativa. Vários termos são utilizados pelos pesquisadores qualitativos para descrever as estruturas desse tipo de abordagem – *construtivista, interpretivista, feminista, pós-modernista*, entre outros.

No campo da pesquisa qualitativa, existem vários indivíduos distintos, com diferentes visões tecendo seu tecido de pesquisa. Entretanto todos têm o

compromisso de tecer um tecido, o que significa que existem características comuns a todos os tipos de pesquisa qualitativa, as quais recebem diferentes destaques de acordo com projeto em execução (CRESWELL, 2014).

Entre as abordagens de investigação qualitativa a partir dos propósitos e estruturas estão a pesquisa narrativa, a fenomenologia, a teoria fundamentada, a etnografia e os estudos de caso.

No contexto da presente pesquisa qualitativa, encontra-se o estudo de caso para nos enfatizado em razão da defesa de um aprofundamento no que diz respeito ao referido tema em estudo.

De acordo com Knechtel (2014), o estudo de caso é circunscrito a uma ou poucas unidades de pesquisa, compreendidas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou um país. Tal modalidade se caracteriza como profunda e detalhada, com a possibilidade de ser ou não realizada em campo.

Creswell (2014) descreve o estudo de caso como uma pesquisa que engloba o estudo de um caso em um determinado ambiente ou contexto contemporâneo real, e comenta que, embora alguns autores afirmem que o estudo de caso não é uma metodologia, mas sim a escolha do que deve ser estudado, outros a caracterizam como uma estratégia de pesquisa abrangente. Creswell (2014, p. 89) declara:

Opto por encará-la como uma metodologia: um tipo de projeto de pesquisa qualitativa que pode ser objeto de estudo, como também um produto de investigação. A pesquisa de estudo de caso é uma abordagem qualitativa na qual o investigador explora um sistema delimitado contemporâneo da vida real (um **caso**) ou múltiplos sistemas delimitados (casos) ao longo do tempo, por meio da coleta de dados detalhada em profundidade envolvendo **múltiplas fontes de informação** (p. ex., observações, material audiovisual e documentos e relatórios) e relata uma **descrição do caso** e **temas do caso**. A unidade de análise no estudo de caso pode ser múltiplos casos (um estudo **plurilocal**) ou um único caso (um estudo **intra-local**).

Os cientistas sociais se sentem familiarizados com a abordagem do estudo de caso em função da sua popularidade na psicanálise (Freud), na medicina (análise de caso de um problema), no direito (caso jurídico) e nas ciências políticas (relatos de casos). A pesquisa de estudo de caso é detentora de uma ampla e antiga história em muitas disciplinas. Hamel, Dufor e Fortin , por meio da sociologia e antropologia realizam pesquisas referentes à origem dos estudos de caso da ciência

social moderna, destacando o estudo do antropólogo Malinowski das Ilhas Trobriand, o estudo de famílias do sociólogo Frances LePlay e os estudos de caso do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago desde as décadas de 1920 e 1930 até a década de 1950, como precursores das ideias iniciais da pesquisa de estudo de caso qualitativa.

Creswell (2014), destaca que atualmente o escritor de estudo de caso tem a sua disposição muitos textos e abordagens para acessar, entre os quais estão os estudos de Stake, que estabelece sistematicamente procedimentos para as pesquisas de estudo de caso, Merriam, que defende uma abordagem geral dos estudos de caso qualitativos na educação e Yin (2009), que sustenta a ideia das abordagens quantitativa e qualitativa para o desenvolvimento do estudo de caso e discute estudos de caso qualitativos explanatórios, exploratórios e descritivos.

Chizzotti (2008, p. 90) afirma que o estudo de caso é

Uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. O caso é tomado como unidade significativa do todo, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quanto propor uma intervenção. É considerado também como um marco de referência de complexas condições socioculturais que envolvem uma situação e tanto retrata uma realidade quanto revela a multiplicidade de aspectos gerais, presentes em uma dada situação.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Como principais elementos de exploração e coleta de dados, utilizou-se os instrumentos de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas.

A pesquisa bibliográfica possibilitou um levantamento pertinente das referências e literaturas para a revisão bibliográfica e um aprofundamento dos conceitos no que diz respeito às UCs, Parques Nacionais, PNAS, complexidade socioambiental e comunidades tradicionais em áreas protegidas, sustentabilidade e interdisciplinaridade.

A pesquisa bibliográfica, de acordo com Knechtel (2014), é o estudo sistematizado e desenvolvido fundamentado em material publicado em livros, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral. Dessa

forma, oportuniza ao pesquisador um contato direto com todas as informações inerentes a determinado assunto.

Para Cervo e Bervian (2002), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, e pode ser realizada como parte da pesquisa descritiva ou experimental ou independente das mesmas. Sempre está comprometida em conhecer e analisar as colaborações científicas e culturais do passado sobre algum tema, problema ou assunto.

Nesse sentido, os autores comentam que quando a pesquisa é realizada independentemente, ela passa por todos os passos formais do trabalho científico, em especial em alguns setores das Ciências Humanas; já quando ela é parte de pesquisa descritiva ou experimental, é realizada com o objetivo de levantar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado problema procurando resposta para o mesmo ou sobre uma hipótese a ser experimentada (CERVO; BERVIAN, 2002).

Knechtel (2014, p. 146) considera que:

A elaboração de uma pesquisa bibliográfica visa à construção do conhecimento e tem a leitura como requisito. Essa pesquisa fornece fundamentos analíticos para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. Nesse caso é denominada *estado de arte*. Embora esta seja uma modalidade particular de pesquisa, não são realizadas entrevistas nem são feitas observações sobre situações vividas, mas o pesquisador “conversa” e “debate” com os outros autores, por meio de seus escritos.

A pesquisa se utilizou também do levantamento documental. Nesse contexto, foi possível entender como se deu a criação do PNAS e os documentos inerentes, principalmente no que diz respeito ao Plano de Manejo. Nessa etapa, figura também os documentos que tratam dos desdobramentos que deram origem ao município de Praia Grande, seus limites geográficos, sua formação cultural, econômica e socioambiental. Vale destacar que foi possível por meio desse procedimento expor por mapas, figuras e fotos, detalhes característicos da região.

A pesquisa documental é realizada em material guardado e preservado em órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas. São exemplos de documentos: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos,

balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, *videotapes*, diários, cartas pessoais e outros (KNECHTEL, 2014).

Ainda de acordo com Knechtel, a avaliação documental exige detalhes sobre as características dos diferentes tipos de documentos: a escolha e análise dos documentos; a apuração do conteúdo simbólico das mensagens; a consonância em relação ao conteúdo analisado; a unidade de análise; a unidade de registro e a unidade de contexto; o tipo de sistematização; a construção de categorias; o aprofundamento; a associação e a extensão; e o novo julgamento das categorias quanto à sua dimensão e demarcação.

Knechtel (2014, p. 147) cita as vantagens apresentadas por Lüdke e André (2007) com relação aos documentos:

- São uma fonte estável e rica;
- Podem ser consultados várias vezes;
- Servem de base para diferentes estudos;
- São fontes importantes, de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador;
- São fontes “naturais” de informação;
- Em geral, apresentam baixos custos;
- São fontes não reativas, ou seja, permitem a obtenção de dados quando o acesso ao sujeito é impraticável.

Por fim, no percurso da pesquisa e da coleta de dados utilizou-se um instrumento (Apêndice A) para as entrevistas com indagações estruturadas e abertas. Para compor nosso quadro de análise dessa etapa, exploramos atores sociais vinculados ao PNAS e ICMBio, o Poder Público de Praia Grande, Instituições do Governo do estado de Santa Catarina – EPAGRI, Associação dos Agricultores Orgânicos de Praia Grande, Associação de Hotéis e Restaurantes, Associação de Guias Turísticos de Praia Grande e Comunidade Quilombola residente no parque e pesquisadores da região.

A entrevista estruturada pode ser considerada como uma entrevista qualitativa de levantamento fortemente estruturada, quando é feita uma série de questões predeterminadas (Bauer; Gaskell, 2005); já na entrevista aberta, o pesquisador estabelece uma conversação amigável com o entrevistado, com intuito de levantar dados que possam ser úteis na análise qualitativa, apurando os aspectos mais importantes de um problema de pesquisa (KNECHTEL, 2014).

Por meio deste procedimento metodológico, foi possível, então: a) entender o processo de uso e ocupação da área do PNAS e entorno, e também, o

contexto do desenvolvimento do município de Paia Grande; b) entender a realidade vivida pelas pessoas que ocupam e residem nessas áreas de conservação; c) obter subsídios para análises mais consistentes em relação à biodiversidade e os problemas socioambientais; e d) coletar elementos que possibilitem a gestão integrada e a sustentabilidade para a área de estudo.

4.5 PESQUISA DE CAMPO

Como procedimento inicial, antecedendo a aplicação do instrumento de coleta de dados, é importante registrar que a pesquisadora percorreu a região de maneira desprendida, mas atenta à dinâmica cotidiana do ambiente pesquisado.

Posteriormente, junto aos atores sociais e aos órgãos indicados no item anterior, foram realizadas as entrevistas entre os meses de janeiro e maio de 2017, cumprindo um cronograma previamente agendado.

Foram entrevistados 12 atores sociais previamente definidos em função de suas atividades estarem diretamente relacionadas à área de estudo e, portanto, disponibilizarem de informações fundamentais para a pesquisa : três representantes da Comunidade Quilombola São Roque, três funcionários do Poder Público Municipal, um funcionário do Poder Público Estadual, um representante da Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba, uma representante da Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo, dois funcionários do ICMBio e uma proprietária de Pousada.

A aplicação das entrevistas foi da própria pesquisadora que estabeleceu uma relação pertinente que possibilitou a coleta de um conjunto de informações passíveis de serem analisadas, ao mesmo tempo que configuram como fundamentais para os resultados do estudo.

Vale destacar, momentos significativos e marcantes no processo de observação da dinâmica da área, bem como os registros fotográficos e as anotações no diário de campo.

4.6 SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O instrumento de coleta de dados utilizado possibilitou a coleta de um conjunto significativo de informações. Estas, por sua vez, necessitaram de cuidados

quando do seu manuseio, considerando que sua importância valorativa remete para aspectos teóricos e práticos.

Sendo assim, para alcançar os objetivos propostos, a organização dos dados para fins de análises, obedeceu a própria natureza qualitativa da pesquisa, proporcionando as condições necessárias para a apresentação de uma narrativa dos seus resultados, na confrontação e similaridades de ideias, opiniões e convicções por parte dos entrevistados.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada buscou problematizar e refletir sobre a complexidade socioambiental, abordagem interdisciplinar, sustentabilidade e o Parque Nacional de Aparados da Serra e área de entorno no sul de Santa Catarina. Apresenta importantes pontos de inflexão, ao mesmo tempo que configura contribuições que se julga de extrema importância para o fundamental no que diz respeito a projeções de curto, médio e longo prazos para o objeto em estudo.

5.1 O OLHAR DE ATORES SOCIAIS PARA O PNAS E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA

No que diz respeito **aos problemas socioambientais da região do Parque Nacional de Aparados da Serra**, observou-se que no conjunto dos entrevistados existe uma preocupação unânime em relação ao turismo de massa, o qual sugere uma agressão ao ambiente, quando do descontrole das visitas que podem impactar negativamente a integridade do Parque.

Também concordam que os conflitos sempre existiram, entretanto muitos desses figuram amenizados em razão dos retornos que o turismo começou a proporcionar, bem como as manifestações observadas notadamente pelos habitantes mais jovens em relação à importância da preservação do patrimônio natural local.

Nesse universo, que remete às questões socioambientais, cabe destacar que os entrevistados relataram ainda, a necessidade da integração dos órgãos administrativos do Parque com a atividade turística, essa se apresenta também como um fator a ser refletido, pois a população não demonstra ter internalizado a crescente dinâmica da atividade. Isso aparece na fala de um dos entrevistados, ao citar que

A população local não está preparada para receber o turista, ou seja, ainda não tem a cultura da hospitalidade. Ainda nessa direção, registra-se como depoimento que um dos conflitos que existe é dos condutores, com a forma como a concessão de áreas para trilhas é feita, pois as áreas que ainda não foram indenizadas não podem ser visitadas. Caso entrem nessas áreas com os turistas, os condutores serão multados.

Outro ponto a ser destacado refere-se à presença da Comunidade Quilombola São Roque na área do Parque. Para alguns entrevistados

É necessário dar a esse povo condições de vida. É um povo sofrido, judiado e marginalizado, que por muito tempo teve cerceado seus meios de sobrevivência em função das restrições impostas pelo órgão administrativo do Parque. Na fala de um entrevistado fica clara a situação enfrentada: era proibido plantar e reformar as moradias.

Nessa direção, outro aspecto a ser salientado diz respeito ao posicionamento do ICMBio, quando não apresenta orientações sistematizadas para os agricultores, quilombolas e comunidade quanto ao cumprimento de normativas e a própria legislação da área de abrangência do parque.

Um aspecto curioso e de conflito no que diz respeito a área do Parque é a questão da desapropriação e o desmatamento, assim como a cultura da caça que acontece em determinados pontos da região. Essas questões, no entanto, segundo os entrevistados precisam “ser resolvidas, pois são contrárias aos objetivos de preservação do Parque”.

Também aparece nos relatos, a situação do parque no que diz respeito à limpeza, recepção e monitoramento. Tais atividades eram terceirizadas, mas seus contratos encerraram e não foram renovados sob a justificativa de prejuízos financeiros, ficando o Parque então desprovido desses serviços. Não obstante, também foi ressaltado pelos entrevistados que grupos de voluntários estão realizando as tarefas necessárias para a manutenção do Parque.

Nesse contexto, **as implicações desses problemas para a dinâmica socioeconômica e de desenvolvimento da região** são muitas.

A medida que aumenta a procura pelo turismo, atividades mantenedoras do Parque precisam ser regulamentadas de forma institucional, porque de outro modo, de acordo com alguns depoimentos, “poderia implicar no fechamento do Parque, e então se perderia uma das atividades econômicas promissoras da região, gerando desemprego e degradação ambiental”.

Outro aspecto, no tocante a mesma questão está evidenciado na falta de diálogo e interação do ICMBio com a comunidade, pois tal fato resulta no desinteresse e distanciamento dos moradores locais em relação ao Parque. E por extensão, a falta de diálogo somada à questão da desapropriação mal resolvida causa desmotivação aos condutores de turismo.

De acordo com alguns relatos, outro ponto de inflexão considerado, está relacionado ao aspecto legal (legislação) e seus entraves para a atividade agrícola, fato que limita o desenvolvimento econômico na região.

Além dos aspectos já referenciados, vale destacar que alguns entrevistados consideram que a falta de preparo da comunidade na recepção dos turistas, pode implicar no descontentamento dos mesmos.

Relatos contundentes, apontam também para uma certa preocupação em relação a perda de uma riqueza cultural e saber tradicional peculiarmente identificados no povo Quilombola, que se encontra vulnerável no atual contexto do Parque e região.

No que se refere **aos fatores impactantes do turismo na dinâmica socioeconômica e ambiental do Parque e área de entorno**, alguns entrevistados relataram que o turismo trouxe geração de renda para moradores da região por meio de instalações de pousadas, hotéis, restaurantes, associação de condutores, entre outros.

Entretanto, outros entrevistados consideram que o impacto positivo do turismo, no que se refere à geração de empregos e renda foi sentido por poucos moradores locais, visto que vieram muitos empreendedores de fora, como, por exemplo, paulistas, gaúchos e paranaenses.

Em todos os relatos inerentes a essa questão ficou evidente que o turismo despertou na comunidade da região a preocupação com a preservação do meio ambiente, de forma mais específica com o Parque. Também foi citado, que nesse contexto, nasceu a possibilidade da criação do Geoparque na região, com a participação de sete municípios (Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul, Morro Grande, Cambará do Sul, Mampituba e Torres).

Segundo um dos entrevistados o objetivo da conquista do Geoparque⁶ é

Conseguir o selo de Patrimônio da humanidade. Temos como ponto positivo em relação aos outros parques que estão na concorrência, a diversidade cultural, e além disso, se conseguirmos seremos o 2º Geoparque do Brasil. Mas para isso, há muito trabalho a ser realizado.

6 Geoparque é uma área territorial com limites claramente definidos, que inclui um notável patrimônio geológico, associado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Um Geoparque deve possuir um determinado conjunto de sítios de importância internacional, nacional e/ou regional, que permitam contar e aprender a história geológica da região. Os geossítios são locais de interesse geológico com valor científico, estético educacional ou econômico. Um geoparque deve também dar destaque à proteção e divulgação dos valores arqueológicos, ecológicos, históricos e culturais da região.

Com o advento do desenvolvimento turístico na região do PNAS de acordo com os relatos, foram realizadas capacitações para condutores, propiciando uma fonte de renda para alguns moradores locais.

Mesmo diante de vários impactos positivos no que se refere ao turismo, observa-se que muitos entrevistados estão preocupados com a situação do Parque. Atualmente o Parque está desamparado em termos de serviços de recepção, monitoramento e fiscalização, pois como já foi citado esses serviços eram terceirizados e os contratos encerrados não foram renovados.

Tal fato, segundo depoimentos, está diretamente relacionado a questões financeiras, e na fala de um dos entrevistados fica evidente a preocupação com as consequências dessa situação:

O ICMBio não trabalha na recepção de visitantes. O Parque pode fechar, pois ficou sem pessoas para monitoramento, limpeza e recepção. Para suprir essa carência, as associações, como Aparados Tur, formada por voluntários de Praia Grande, Jacinto Machado, Cambará do Sul e Mampituba, assumiram as tarefas e trabalham principalmente nas trilhas de Itaimbézinho, Rio do Boi e Fortaleza.

Nesse sentido, considerando a dinâmica local em relação às atividades turísticas desenvolvidas, vale ressaltar que todos os entrevistados entendem o turismo local como ecológico, pois há um comprometimento dos envolvidos com a preservação ambiental e com a relação sociedade-natureza. De acordo com depoimento, existem projetos que trabalham nessa linha de pensamento e que vêm ganhando espaço, como a “Agricultura Familiar e Turismo”, que tem como objetivo “incluir as famílias de agricultores com interesse e aptidão, e capacitá-los para atender turistas nas suas propriedades – para realizar trilhas, tomar banhos de rios, visitar a cachoeiras e participar das atividades agrícolas”.

Num universo, onde a questão em destaque é a dinâmica socioeconômica, é importante destacar que os entrevistados relatam a necessidade de mais investimentos no turismo, mas sempre de forma consciente e comprometida com a proposta principal, a preservação. Também consideram imprescindível melhorias na infraestrutura do parque para receber os turistas.

Num contexto onde a prioridade é a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, entre **as medidas mitigatórias consideradas para resolver os problemas ambientais**, está a possibilidade do Parque entrar no regime de concessões de serviços de acordo com

o relato de um dos entrevistados. Pois segundo, informações passadas pelo ICMBio, o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, apresentou no mês de abril corrente as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente para os parques nacionais, envolvendo a concessão de serviços de apoio à visitação nas UCs.

Cabe ressaltar, que alguns entrevistados relataram que “vêm acontecendo reuniões organizadas pelo ICMBio, com a participação do poder público, associações e população local, onde a pauta é o processo de concessões no PNAS”.

Nesse sentido, alguns depoimentos são favoráveis ao processo, e consideram que essa alternativa proporcionaria a potencialização do parque, visto que alguns pontos seriam estabelecidos para melhor atender os turistas. Entretanto, para alguns entrevistados, a possibilidade da concessão de serviços é um fato preocupante, pois julgam que tal processo pode trazer consequências irreparáveis para o parque, podendo perder-se o objetivo principal, que é a preservação ambiental.

Também figura entre as medidas referenciadas nos depoimentos, a abertura de diálogos entre o ICMBio e a comunidade local, pois relatam que,

Geralmente as UCs são muito fechadas e seus funcionários não interagem com a população. E se ocorresse comunicação, muitos entraves seriam resolvidos e muitos objetivos seriam alcançados, inclusive no que se refere à sustentabilidade do Parque.

Nesse sentido, alguns entrevistados consideram que outra medida a ser tomada para minimizar os embates existentes, é a aproximação do ICMBio com os Quilombolas, para promoção de conversas que venham a esclarecer a situação, pois os funcionários do citado órgão só dizem “isso não pode, aquilo é proibido... e nunca explicam o porquê”.

Além das medidas mencionadas, vale destacar que alguns entrevistados consideram que é preciso garantir mais recursos financeiros, para que o ICMBio possa realizar um trabalho eficiente com investimentos necessários para a efetivação da implantação da UC, pois na fala de um entrevistado está explícita a situação local:

Nem mesmo a regularização fundiária, que é prioridade numa UC, foi resolvida em alguns pontos do Parque. Sendo assim, fica difícil atingir os

objetivos traçados quando da criação do Parque e contribuir com uma das principais metas, que é promover o desenvolvimento sustentável local.

Entre os entrevistados, alguns fazem referência à elaboração de um Plano Municipal/Regional de Turismo, com a participação de todos os municípios diretamente envolvidos com o Parque, pois *dessa forma todos* “estariam comprometidos num projeto de desenvolvimento turístico aliado à conservação ambiental e zelando pelo seu próprio patrimônio natural”.

Num universo repleto de preocupações com os problemas ambientais e mediante às medidas propostas pelos entrevistados, estão **os principais entraves para operacionalização das mesmas:**

De acordo com os entrevistados:

Com o processo de concessão de serviços de apoio à visitação no Parque, corre-se o risco da monopolização dos serviços por empresas de grande porte e elevado poder aquisitivo, excluindo, dessa forma definitivamente a participação da população local. Além disso, quando se almeja um turismo sustentável, é necessária uma pulverização econômica, ou seja, diferentes empreendedores envolvidos no processo.

Constatou-se que a maioria dos entrevistados considera que o posicionamento do ICMBio frente a questões relevantes para o Parque, provoca impedimentos na solução de vários problemas.

O ICMBio mantém uma distância da população e poder público local, dos quilombolas, dos agricultores e dos condutores, impossibilitando diálogos que poderiam resultar em ganhos para a UC. Também relatam que se faz necessário um esclarecimento aos quilombolas e agricultores no que se refere à legislação ambiental, fato que esclareceria muitos pontos obscuros e evitaria muitos conflitos que se estendem desde a implantação do Parque.

Nessa linha de pensamento, alguns entrevistados declaram que aproximação da administração do Parque com os demais setores locais, proporcionaria uma troca de conhecimentos, inclusive os saberes tradicionais, os quais são de grande valia para a sustentabilidade. Mas conforme cita um entrevistado, “no que se refere aos saberes tradicionais, o problema está no descaso do governo federal com a causa dos povos tradicionais”.

Cabe destacar que em alguns depoimentos, os entrevistados responsabilizam a falta de recursos e o número reduzido de funcionários pelo mal

funcionamento da UC, que se manifesta na infraestrutura precária, bem como na falta de amparo tecnológico aos visitantes.

Relatos contundentes expressam a insatisfação dos entrevistados com o Poder Público e ICMBio. De acordo com os depoimentos:

A falta de iniciativas dessas instituições no que diz respeito à organização, manutenção e sucesso do Parque, visto que ambas têm autonomia e em muito poderiam contribuir para a minimizar os atuais problemas enfrentados na área em questão.

Com relação **à atuação do poder público em esferas municipal, estadual e federal diante dos problemas socioambientais**, constata-se na maioria dos depoimentos o descontentamento dos entrevistados.

Percebeu-se que no conjunto de entrevistados, a insatisfação é unânime em relação ao descaso do governo federal para com a gestão do Parque.

Comprovação dessa negligência está no repasse insuficiente de recursos, que não suprem as necessidades imprescindíveis como, fiscalização e indenizações. Nessa mesma linha de pensamento, no seu depoimento, um entrevistado diz que, o governo estadual e a união não demonstram interesse pela região e suas riquezas naturais, pelo contrário, priorizam interesses econômicos e políticos alheios às questões socioambientais.

No que diz respeito especificamente à esfera estadual, para alguns entrevistados a EPAGRI, já foi mais atuante e envolvida com as questões socioambientais locais. Atualmente, segundo relatos, a “EPAGRI tem se mantido alheia aos impasses e conflitos na região, mesmo quando estes envolvem atores sociais, como os agricultores”.

Considerando ainda o âmbito estadual, cabe destacar que de acordo com os entrevistados, a Santur – Santa Catarina Turismo, órgão que tem como responsabilidade promover e divulgar os produtos turísticos catarinenses, nunca demonstrou interesse em colaborar com a promoção do desenvolvimento turístico na região dos Aparados.

Não obstante, em outros relatos observou-se a satisfação em relação a auxílios recebidos pela ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba, EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Praia Grande, para execução de projetos contemplados pelas diferentes esferas do poder público.

De acordo com um dos entrevistados, “o poder público local está bastante engajado com as questões ambientais e vem realizando muitos trabalhos nesse sentido”. Entretanto, consideram que são necessárias capacitações dos servidores públicos municipais que atuam diretamente com os interesses do Parque e entorno, no que se refere às ações ambientais, envolvendo educação ambiental e turismo. Dessa maneira, efetivar-se-ia o envolvimento da gestão municipal com a UC.

Nessa linha de pensamento, com destaque a Prefeitura Municipal de Praia Grande, um entrevistado destacou que a atual gestão tem demonstrado grande interesse em contribuir com o sucesso do Parque e amenizar os conflitos sociais existentes na região, inclusive o que se refere aos agricultores. Registra-se na fala do entrevistado: “é preciso manter a agricultura como fonte de economia forte na região, mas com consciência e responsabilidade com a preservação ambiental”.

Diante desse contexto, **a sociedade civil se mobiliza e atua na minimização dos problemas socioambientais locais e em prol do desenvolvimento da região**, por meio de associações, ONGs, grupos de voluntários, entre outros.

De acordo com todos os depoimentos, observa-se uma grande preocupação com os problemas socioambientais inerentes à região do estudo. Diante de tal inquietação, associações como Aparados Tur e ACEVAM se mobilizam para atuar em prol da manutenção do Parque, focando na sua preservação e nos conflitos sociais existentes.

A atuação das associações desperta na população local o interesse em contribuir junto a essas organizações, e percebe-se que cada vez mais assumem uma corresponsabilidade em relação às questões socioambientais locais. Tal fato é nítido na fala de um entrevistado quando ele diz que:

O Parque era visto como um problema até o ano 2000, em função das proibições feitas em benefício da sua preservação. Muitos conflitos foram gerados, mas começaram a diminuir quando o turismo passou a ser valorizado pela comunidade, e a mesma passou a entender a importância do Parque como patrimônio natural.

Seguindo na mesma direção, alguns entrevistados consideram que:

A população civil poderia cooperar muito mais, se recebesse mais informações por meio de palestras, cursos e capacitações com temas como

turismo e preservação. A prefeitura deve oportunizar esses momentos de estudos e reflexões,

Nos quais podem acontecer trocas de conhecimentos, ou seja, diálogos de saberes.

Também é importante ressaltar o posicionamento dos agricultores nesse cenário, pois de acordo com depoimentos, esse grupo social é bastante resistente ao turismo regional. Segundo relato de um entrevistado, “é necessário trabalhar com os agricultores essa questão e proporcionar a participação desses na atividade turística local, com inclusão de produtos e serviços da *Agricultura Familiar* nos roteiros turísticos da região”.

Vale destacar que as associações são muito respeitadas no contexto local, pois vêm tomando muitas iniciativas e atitudes essenciais, como a concretização de melhorias da infraestrutura nas dependências do Parque e trabalhando Educação Ambiental com a comunidade. As intervenções das associações na dinâmica socioambiental são tão bem-vistas que produz depoimentos como, “graças às associações o Parque não fechou”.

Cabe ressaltar que Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo (APCE) tem realizado um trabalho significativo junto aos Quilombolas, pois tem incluído em seus roteiros visitas na comunidade, proporcionando momentos de compartilhamento de conhecimentos tradicionais e enriquecimento cultural dos turistas. Além disso acontece a desmistificação da imagem desse povo, fato que reflete na autoestima dos mesmos.

Num contexto com problemas, conflitos e preocupações, **é importante destacar a importância do Parque e sua contribuição para a dinâmica socioeconômica da região.**

Para todos os entrevistados, o Parque é o coração da região, com valores econômicos, sociais, culturais e principalmente ambiental. No depoimento de um dos entrevistados, ele descreve o “PNAS como um riquíssimo patrimônio ambiental, cultural e paisagístico. É um ponto estratégico para o turismo, graças a sua feição geomorfológica e seu valioso ecossistema”.

O Parque, pela sua peculiar riqueza, desponta como um dos pontos turísticos mais visitados no sul do país, promovendo dessa forma, o turismo como uma nova atividade econômica para a região dos Aparados. Vale ressaltar, que nos depoimentos dos entrevistados, é perceptível a preocupação com a preservação da

biodiversidade local, pois além de sua importância ambiental, também configura como um dos principais atrativos para os visitantes.

Um entrevistado destacou com ênfase o valor do Parque, quando relatou que:

50% das nascentes do Rio Mampituba estão dentro da área que pertence ao PNAS e se mantêm preservadas. Também citou a diversidade da fauna e flora e a sua importância para a sustentabilidade. Aqui temos animais que estão em risco de extinção. Tudo isso não tem preço.

Outro aspecto importante citado pelos entrevistados é em relação a Mata Atlântica. Na região dos “Aparados está um importante remanescente da mata atlântica com sua rica biodiversidade”.

No relato de um entrevistado, observou-se que a partir da implantação do Parque, a região foi sendo valorizada, passando por diferentes etapas de assimilação do seu real valor, pela sociedade. “Ele diz, a aproximadamente uns 20 anos atrás os “morros” eram oferecidos de graça”.

Para os entrevistados, “o Parque trouxe o turismo que diversificou a economia local. Restaurantes, hotéis, pousadas, entre outros, foram empreendimentos necessários para atender o fluxo turístico que gradativamente vem aumentando”.

Nesse sentido, **os entrevistados relatam que o Parque já proporcionou** muitos benefícios **para a dinâmica socioeconômica da região**, “como os empreendimentos para atender os turistas, que geraram novos empregos, assim como proporcionou uma mudança de comportamento da comunidade local em relação à preservação ambiental”.

De acordo com um entrevistado, “a população passou a considerar a atividade turística como uma alternativa de grande potencial, e a partir disso passou a ter iniciativas para empreender nesse sentido, como por exemplo a criação de hospedarias”⁷.

A consciência da população local com relação à importância e magnitude do PNAS vem crescendo progressivamente, culminando numa mudança de comportamento em relação à preservação ambiental. Segundo os entrevistados,

7 Hospedarias: Casas reservadas em certas comunidades para de turistas passarem os finais de semana, mediante pagamento

“essa mudança é fruto de uma sensibilização passada dos filhos para seus pais, a medida que se envolvem com as atividades inerentes ao meio ambiente”.

Cabe destacar, que segundo relatos,

À medida que o turismo foi crescendo no Parque, projetos foram desenvolvidos e executados, cursos de condutores realizados, associações criadas, proporcionando, dessa forma, a integração da população com a questão ambiental, assim como novas oportunidades de trabalho. Mas sempre lembram nas suas falas que há muito a melhorar.

A medida que ganha destaque no cenário do turismo ecológico, **a região tem um potencial a ser explorado, quando da sua interação com o Parque**, o qual se manifesta na necessidade de valorizar o turismo e capacitar a população local para bem receber os visitantes. Pois segundo relatos dos entrevistados,

A comunidade ainda não incorporou a importância da atividade turística para a região, bem como, ainda não internalizou em plenitude a riqueza que tem ao seu alcance em termos de beleza natural e patrimônio ecológico. Mesmo considerando que muitas mudanças já aconteceram nesse sentido, ainda se faz necessário oportunizar aos moradores cursos de línguas, gastronomia, hotelaria, entre outros.

De acordo como os depoimentos,

O turismo precisa ser trabalhado, ampliado e organizado para alcançar um equilíbrio entre a oferta e a demanda turística que vêm aumentando gradativamente. Mas, vale ressaltar que é preciso trabalhar nesse contexto, sempre de forma consciente e comprometida com a preservação ambiental.

Também é destaque entre as respostas dos entrevistados, “a necessidade de viabilizar a chegada dos turistas ao Parque, pois muitas estradas de acesso ainda estão em estado de precariedade, como é o caso de alguns trechos da Serra do Faxinal, a qual corta o PNAS e liga Praia Grande a Cambará do Sul”. Ainda no relato sobre a estrada em questão, os entrevistados consideram que a mesma se configura num passeio turístico, com cenários rústicos de rara beleza.

Outro aspecto importante relatado nos depoimentos, se refere às trilhas. Pois segundo os entrevistados, “são poucas as áreas disponibilizadas para as trilhas, devido a situação fundiária não resolvida”. Também consideram a possibilidade de inclusão dos quilombolas nessa atividade, a exemplo de outras localidades turísticas que inserem nos seus roteiros uma visita a esses povos tradicionais. “A comunidade quilombola de São Roque, além de conhecer muito bem

a região, têm uma história a contar, possibilitando então aos turistas um enriquecimento cultural”.

Além dos pontos já citados e a serem explorados, cabe apontar a oportunidade que existe na região de se criar um circuito de comercialização de produtos locais. Pois segundo um depoimento contundente, “são muitos os produtos artesanais produzidos, os quais poderiam ser vendidos para hotéis, pousadas, restaurantes, assim chegar até os turistas”. Para fortalecer esse aspecto, aparece a agricultura orgânica familiar muito conhecida, não só pela sua produção, mas também como alternativa econômica que vem sendo dinamizada na região.

O Parque também atrai pesquisadores, além dos turistas. Nesse sentido, alguns entrevistados destacam a relevância da contribuição das pesquisas para conservação do ecossistema, e apontam que:

Mais pesquisas devem ser realizadas, contemplando inclusive a cultura local, que devido à sua diversidade é muito rica. Entretanto, reforçam a importância da apresentação dos resultados das pesquisas para a comunidade e instituições, auxiliando no desenvolvimento local, bem como na sustentabilidade do Parque, acrescentando dessa forma, sentido à realização das mesmas.

Muitos são os valores do PNAS e região, entretanto os **recursos naturais se configuram de extrema importância** na fala dos entrevistados. Eles consideram “a natureza local privilegiada pela sua biodiversidade, além de estar inserida numa região estratégica devido a sua feição geomorfológica. Essa associação resulta num espaço de divina beleza”.

De acordo com os depoimentos, os recursos naturais são fundamentais para a qualidade de vida da humanidade e para a atividade turística. De acordo com os entrevistados, “os recursos naturais do Parque precisam ser conservados, para que todos possam usufruir, hoje, amanhã e sempre”.

Nesse sentido, alguns entrevistados destacam que o Parque é vital para a região. “Sua biodiversidade, beleza e localização, fazem do lugar um paraíso e garantem a necessidade da sua manutenção com seus recursos naturais, destacando as nascentes. Somos privilegiados em viver aqui”.

Entretanto, em alguns depoimentos, fica evidente que ainda há muito para realizar, em termos de comprometimento com a natureza local. “É necessário que a

comunidade valorize e cuide mais desse ecossistema, pois ele é fundamental para a região. Precisamos de água e ar puro. Precisamos de qualidade de vida”.

No que diz respeito aos recursos naturais, as respostas sugerem uma ampliação do próprio conceito, isto porque na ótica dos entrevistados aparece também o valor paisagístico, ambiental e educacional.

Mesmo com a clareza da importância do PNAS, **existem entraves na sua institucionalização no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico da região**, pois segundo os entrevistados, falta recursos para resolver problemas pendentes que interferem nos propósitos pelos quais uma UC é criada e implantada.

Nos relatos, os entrevistados declaram que:

Falta recursos financeiros para manter uma equipe capacitada para recepcionar os turistas, fazer a manutenção e limpeza do Parque. Também é necessária uma fiscalização mais intensa, pois ainda ocorrem desmatamentos, queimadas e caça na região de entorno e dependências do Parque. No atual contexto, corre-se o risco do Parque fechar.

Nesse cenário, se faz necessário resolver a situação fundiária irregular na área da UC. De acordo com os entrevistados, “com a criação do PNAS, alguns proprietários de terras ainda não foram indenizados e outros foram parcialmente indenizados, portanto permanecem em áreas que hoje pertencem ao Parque”. Dessa forma, são gerados conflitos inerentes a restrições às atividades agrícolas e extrativistas.

Outra dificuldade, no que se refere a entraves na institucionalização do Parque para desenvolvimento da região, segundo relatos, é a forma como o ICMBio expõe as limitações necessárias para operacionalização da sua gestão em prol da preservação da área.

Existe uma legislação vigente a ser cumprida, entretanto não há um diálogo para esclarecer as dúvidas que existem por parte dos envolvidos, como quilombolas e agricultores. Tal situação resulta em embates que só prejudicam a harmonia entre os atores sociais que convivem no Parque e no seu entorno.

Cabe destacar, que mesmo que os agricultores se sintam prejudicados economicamente com as limitações de áreas para plantio impostas pelo ICMBIO, de acordo com depoimento, “os agricultores não tiveram grandes prejuízos, pois as áreas que foram proibidas de serem usadas na agricultura, em sua maioria, não são propícias para a atividade”.

Atualmente, mesmo faltando comunicação entre o ICMBio e agricultores da região, se vive um momento mais tranquilo, quando comparado à época que o IBAMA administrava o Parque. Esse órgão se relacionava de forma autoritária e assustadora, implicando em entraves no desenvolvimento da região, no que diz respeito ao aspecto econômico e às normas de preservação.

Também, nesse sentido há relatos dos entrevistados que, atualmente a situação dos Quilombolas passa por um momento de conquistas, pois desde 2016, por meio da justiça conseguiram ampliar sua área de plantio e permissão para realizar melhoramentos em suas moradias. E de acordo com um entrevistado “foi tirado um pouco das algemas”.

Outro ponto de inflexão importante da pesquisa, trata do Plano de Manejo, o qual tem como objetivo planejar a gestão e o uso sustentável dos recursos naturais no interior de uma UC. Sendo este, um instrumento fundamental para a gestão do Parque, os entrevistados emitem muitas informações que demonstram posicionamentos diferentes no que se refere **às principais funções do Plano de Manejo**.

Nos depoimentos, alguns entrevistados, relatam que consideram que o Plano de Manejo prioriza a preservação do ecossistema, além de organizar, fiscalizar e garantir a segurança do Parque. Entretanto, destacam que tal instrumento não é executado na sua íntegra e atualmente, está sendo reformulado para contemplar de forma específica os problemas locais.

Nessa mesma linha de pensamento, outros entrevistados consideram que se o Plano de Manejo fosse executado, seria extraordinário. Mas, também destacam “a necessidade de uma revisão no documento e sugerem que sejam incluídas: concessões, oportunidades de negócios, novas trilhas e hospedagem no interior do Parque”.

Ainda nesse contexto, em muitos depoimentos, fica perceptível a preocupação com a falta de recurso financeiro para execução do Plano de Manejo. No relato, os entrevistados dizem que “a função do Plano de Manejo é determinar o que pode e não ser feito, para viabilizar a preservação do Parque, entretanto é necessário a disponibilidade de verba para que isso se concretize”.

No que diz respeito ao Plano de Manejo procurou-se arguir **até que ponto o Plano de Manejo contribui ou interfere negativamente para o desenvolvimento socioeconômico da região**.

De acordo com os relatos dos entrevistados, o Plano de Manejo interfere negativamente no que se refere aos melhoramentos no Parque para o atendimento dos turistas. “Pois de acordo com esse documento, há o impedimento da participação de voluntários nas melhorias na área do Parque. Destacam também, que o documento restringe muito as áreas de visitação, e que atualmente só existem três trilhas numa UC do tamanho do PNAS”. Entretanto há ressalvas, dos mesmos entrevistados, quando relatam que “o Plano de Manejo está sendo reformulado e muitas questões revistas, pelo ICMBio em parceria com a sociedade”.

Quando o tema é o Plano de manejo, existe uma resistência muito grande por parte dos agricultores, que segundo os entrevistados, “resistem ao documento em questão, devido as limitações referentes a atividade agrícola e extrativista. Embora, existam relatos que a implantação do Parque, em nada prejudicou os agricultores e suas respectivas atividades”.

Nesse sentido, segundo depoimento de um dos entrevistados,

O Plano de Manejo não impacta muito na agricultura, e a medida que a comunidade local convive com o Parque, vai se apropriando do entendimento da importância da UC para a região, bem como da necessidade das diretrizes presentes no documento.

Vale destacar que muitos entrevistados, consideram que o Plano de Manejo, em muito contribui para efetivação de uma preservação ambiental local, visto que traz muitas informações importantes, levantadas durante os estudos realizados na construção do documento. Mas, fazem uma observação contundente ao fato de que, o Plano de Manejo não é executado na íntegra.

Diante da importância do Plano de Manejo para a UC em questão, **cabe levantar quais são os principais desafios para sua operacionalização e cumprimento de suas funções.**

No que se refere aos desafios da execução do Plano de Manejo, os depoimentos relatam o fato de o mesmo apresentar algumas determinações contraditórias, por exemplo, no que diz respeito à restrição de área para visitação. Pois, com tal restrição, o objetivo principal da implantação de um Parque Nacional,

que é a preservação de ecossistemas naturais de relevância ecológica e exuberante beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação ambiental e recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, deixa de ser contemplado.

Cabe destacar, que é unânime entre os entrevistados, que o principal desafio para operacionalização do Plano de Manejo, está no fato da falta de recursos financeiros. Visto que, essa dificuldade gera entraves na resolução da situação fundiária. Tal fato,

Resulta em atividades predatórias na área de entorno do Parque, e por extensão, muitas vezes atinge a área de preservação. Entre essas atividades, estão o desmatamento, uso de agrotóxicos, plantação de transgênicos (milho), pisoteio do gado, entre outros.

A falta de recursos, se manifesta na fala dos entrevistados, “como o maior desafio a ser resolvido, pois como consequência desse, muitos outros se manifestam, prejudicando definitivamente a execução do Plano de Manejo”.

Num universo, onde existem muitos desafios a serem solucionados para que os objetivos da criação e implantação do PNAS sejam contemplados, estão os Povos Tradicionais e as propriedades a serem indenizadas.

Com relação **as implicações dos Povos Tradicionais que vivem no Parque, das propriedades existentes no Parque e da dinâmica socioeconômica que se estabeleceu nos limites, em relação aos recursos naturais a serem protegidos**, os entrevistados apresentam relatos semelhantes. Segundo, os depoimentos, “os Quilombolas devem permanecer no lugar onde estão, pois, a área sempre foi deles e não causam impactos ao meio ambiente. Pelo contrário, têm muito a ensinar em termos de viver de forma sustentável”.

Ainda no que se refere a esse Povo Tradicional, o ICMBio impede muitas atividades de subsistência dessa comunidade, as quais não trazem prejuízos. Num relato incisivo, de um dos entrevistados,

Os Quilombolas precisam de mais atenção e interação com a administração do Parque, pois podem contribuir com a preservação ambiental, além de poderem propiciar um enriquecimento histórico-cultural para a região. Nesse sentido, destaca, é um povo diferente das outras sociedades, pela sua história sem ambição econômica, vivem com pouco e não impactam o meio ambiente, portanto devem permanecer no local que por direito é deles, onde construíram sua história.

Outro entrevistado, se referiu à presença desse Povo Tradicional de forma contundente:

Os Quilombolas estão na sua casa, local onde nasceram, cresceram, tiveram filhos, enfim ali, está a sua história de vida. Não podem ser retirados

da sua própria casa. Além disso, vivem numa pequena área, de onde retiram o suficiente para sua subsistência, sem causar danos ao meio ambiente.

Cabe ressaltar, que nos depoimentos, os entrevistados consideram que:

A Comunidade Quilombola São Roque, pode fazer parte dos roteiros turísticos, proporcionando mais uma atração da região para os turistas. Esse povo tem muito a contar, desde sua origem até seus dias atuais, quando vivem conflitos incansáveis por dignidade. Tais conflitos, comprometem a produção econômica da Comunidade, devido às restrições impostas, ao uso do espaço e redução das áreas antes utilizadas na forma tradicional

Também aparece nos relatos, outro grande problema do PNAS, que é a falta de regularização fundiária. Aproximadamente 30% do parque é constituído por áreas particulares, as quais não foram indenizadas e em alguns pontos estão no caminho das trilhas, interrompendo as mesmas. Na fala de um entrevistado, observa-se a dificuldade: “na falta de um percurso direto, os turistas precisam caminhar quase o dobro para concluir a trilha”.

De acordo com alguns entrevistados, existem invasores na área do PNAS, os quais plantam eucalipto e banana para comercialização. Ao relatarem o fato, demonstram uma grande preocupação com a situação, que é totalmente contrária aos propósitos da criação da UC e relatam sua indignação: “não é possível entender como nada é feito em relação a essa situação”.

Ao considerar os conflitos de interesses socioeconômicos em suas inter-relações com os recursos naturais protegidos e o conjunto de externalidades que trazem, foi solicitado aos entrevistados que relatassem suas reflexões sobre **os limites e as possibilidades de se pensar o desenvolvimento e a sustentabilidade para o PNAS e área de entorno.**

Nesse sentido, alguns entrevistados, destacam a preocupação com o turismo em massa, pois traria muitos problemas no que se refere à preservação. Nos depoimentos, relatam que *o turismo em massa provoca a destruição de todo um trabalho de sensibilização, comprometimento e responsabilidade da sociedade com o meio ambiente.* Dessa forma, consideram que a ideia de turismo sustentável precisa ser insistentemente trabalhada, “gerenciando todos os recursos envolvidos na atividade turística, satisfazendo as necessidades sociais, econômicas e ambientais, sem comprometer o patrimônio cultural, a biodiversidade, as relações ecológicas e os sistemas que garantem a vida”.

Trabalhar com a ideia de turismo sustentável, é unânime a todos os entrevistados, que consideram importante a sensibilização da sociedade no sentido de preparar um mundo melhor para as gerações futuras. Entretanto, é necessário o alinhamento dos gestores com a concepção da sustentabilidade, os quais devem se envolver com a captação de recursos para a promoção de ações sustentáveis por meio de projetos.

Outro ponto de reflexão dos entrevistados, está no que se refere à concessão de serviços de apoio aos visitantes no PNAS, a qual está em fase de estudos para viabilidade. De acordo com os depoimentos, “corre-se o risco dos interesses econômicos se sobreporem aos interesses da sustentabilidade, e dessa forma, acontecer o monopólio econômico, e uma única empresa deter o mercado dentro da UC, apenas para fins lucrativos”.

Ainda no que se refere ao turismo local e à sustentabilidade, vale destacar que os entrevistados consideram que a região oportuniza o ecoturismo, ou seja, turismo que tem como objetivo respeitar e preservar o equilíbrio ecológico, promovendo a educação ambiental. Relatam que:

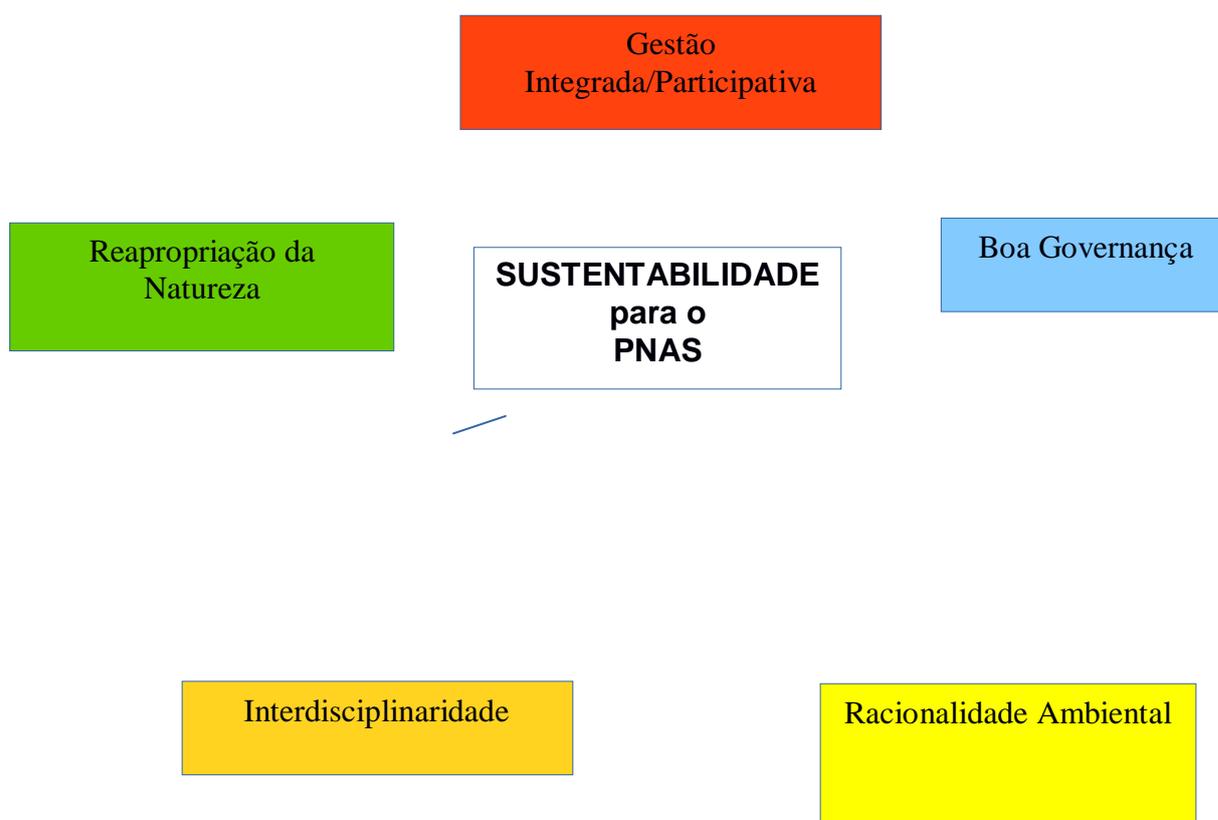
É preciso envolver todos os setores da sociedade, e trabalhar nesse sentido, limitando número de visitantes, fomentando pesquisas, promovendo projetos junto aos agricultores, incluindo na grade curricular das escolas locais a disciplina de “Turismo Sustentável”, realizando trabalhos específicos sobre as espécies vulneráveis à extinção, entre outros.

Percebeu-se na fala de todos os entrevistados, o quanto o Parque é importante para a proteção e conservação dos recursos hídricos, pois nos domínios do Parque podem ser encontradas inúmeras nascentes. É proteção e conservação também da biodiversidade encontrada no ecossistema da Mata Atlântica. Segundo depoimentos “é necessário planejamento de curto, médio e longo prazo, envolvendo profissionais capacitados para a realização de trabalhos de inclusão, informação e sensibilização, garantido dessa forma, a preservação local agora e sempre”.

6 CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE DO PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA E ÁREA DE ENTORNO NO SUL DE SANTA CATARINA

Conforme os propósitos dessa pesquisa, considerando a revisão teórica-conceitual, a realidade local e área de entorno e as informações sistematizadas a partir das falas dos atores e sujeitos da pesquisa, esse Capítulo propõe uma contribuição para a sustentabilidade do PNAS e área de entorno, que de maneira sinérgica contemple o processo da pesquisa.

Nesse sentido, cinco pontos serão especialmente aqui abordados: gestão integrada e participativa; boa governança; reapropriação social da natureza; racionalidade ambiental; e interdisciplinaridade.



Conforme relatado no Capítulo 1, o PNAS é uma UC de Proteção Integral localizada no sul do país na borda da Serra Geral, abrangendo terras do planalto do município de Cambará do Sul – RS, conhecidas como “Campos de Cima da Serra”,

e do vale do município de Praia Grande – SC, área chamada de “Litoral” e “Encosta” do Planalto. A área compreende um ecossistema com uma exuberante biodiversidade, cuja preservação suscitou na criação do Parque em questão pelo Decreto Nº 47.446 de 17/03/1959. Atualmente, a gestão do PNAS é exercida pelo ICMBio, o qual tem como atribuições executar as ações do SNUC, para propiciar a criação, manutenção e proteção das UCs instituídas pela União.

Como medida para enfrentar a crise da perda da biodiversidade, os autores Johnson, Poulin e Graham (2007), destacam a importante percepção dos cientistas, políticos e comunidade ao centrarem sua atenção no desenvolvimento de políticas participativas na gestão ambiental. A importância da participação das comunidades locais na formulação e implementação das medidas conservacionistas foi contemplada na Convenção das Nações Unidas sobre a Biodiversidade, na Rio-92, bem como a necessidade de educar e sensibilizar a população, tendo como objetivo o uso sustentável dos recursos naturais. A partir de então, as experiências de gestão participativa têm se mostrado como uma tendência mundial, estimuladas principalmente nas UCs.

A abordagem de Broch et al. (2000 apud CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRIBHI; VASCONCELLOS, 2015), considera como governança a estrutura constituída de atores sociais e os procedimentos usados em processos de tomadas de atitudes. Os autores fazem referências às competências coletivas públicas, sociais e privadas existentes e às necessárias para impulsionar a transição na direção da sustentabilidade e defendem que o verdadeiro desenvolvimento não será alcançado sem a participação da sociedade civil de forma consciente e organizada.

Para Maia (2009), uma gestão deve favorecer o diálogo e a comunicação entre o Estado e a sociedade civil. A participação dos diferentes atores sociais por meio do planejamento participativo e integrado, como instrumento de gestão, proporciona a abordagem sistêmica e dinâmica da área, considerando as particularidades locais, aliadas à realidade global. Essa posição foi também colocada por Brandon (2002), quando ressalta que as mudanças no manejo e na regulamentação necessitam vir ao encontro da realidade peculiar inerente a cada parque.

No momento em que a realidade é entendida como um contexto social, material e ideológico onde a comunidade foi inserida, logo percebe-se que a realidade tem diferentes faces. Dependendo do ponto de referência considerado, é

possível perceber a dinâmica do processo e suas alterações de acordo com os movimentos políticos, econômicos e culturais e com a intervenção das pessoas com seus conhecimentos e atuação coletiva (CERATI; SOUZA, 2016).

A ideia da Boa Governança vem sendo pensada como forma de se trabalhar alternativas para um bom desenvolvimento. Nesse sentido, Sachs, Lopes e Dowbor (2010), considera que a Boa Governança é alcançada por meio da articulação inteligente e equilibrada do conjunto de atores envolvidos na busca do desenvolvimento de uma área, os chamados *stakeholder*. É uma gestão empenhada em responder ou corresponder aos interesses que distintas coletividades manifestam por meio da participação social, e também, considera sistemas mais democráticos, na linha da governança participativa com transparência dos processos. O sucesso é percebido no decorrer da gestão e não somente no resultado.

Para que a participação passe a fazer parte da concepção de governança relacionada à ideia de gestão do desenvolvimento compartilhada entre o Estado e a sociedade civil, torna-se imprescindível abordar os processos e mecanismos norteadores de participação para a gestão ambiental de Parques (VASCONCELLOS; ARANHA, 2009 apud CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRIBHI; VASCONCELLOS, 2015).

Para se trabalhar a gestão considerando as especificidades dos recursos naturais, alguns de aplicabilidade vêm sendo sistematizados. Para Berkers e Folke (1998 apud Vieira; Berkes; Seixas, 2005), a gestão de recursos naturais possui duas dimensões, o sistema social e o sistema ecológico, os quais geralmente são analisados separadamente. Em função da falta de sucesso de muitos sistemas convencionais de gestão de recursos, recentemente alguns pesquisadores passaram a analisar a possibilidade de realizar processos onde os sistemas sociais e sistemas ecológicos estejam integrados, contribuindo, dessa forma na gestão sustentável dos recursos naturais

No que diz respeito à gestão integrada dos recursos naturais e o meio ambiente, Godard (1997), considera que tal proposta surgiu após a década de 70, quando alguns meios perceberam que as causas dos problemas ambientais deveriam ser analisadas nas modalidades de desenvolvimento tecnológico e econômico. Nesse sentido, as políticas do meio ambiente não poderiam ser mantidas à margem dos processos de ação coletiva e de organização econômica.

Seria, portanto, necessário manter um elo reservado entre a questão dos recursos naturais e a questão do meio ambiente, para alcançar uma harmonia entre objetivos antes tão contrários, como a conservação ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico.

Nesse contexto, Godard (1997) comenta que a harmonização entre os objetivos do desenvolvimento e a preservação ambiental seria um ponto de partida possível, entretanto demandaria a promoção de novos modelos de desenvolvimento, provocando grandes mudanças nos modos de vida, nos modos de produção e nas opções técnicas, assim como nas configurações sociais de organização e nas relações internacionais. A partir dessas reflexões, surgiram termos simbolizando a procura desses novos rumos, tais como desenvolvimento integrado e ecodesenvolvimento.

Para Sachs (2002), o ecodesenvolvimento requer um planejamento local e participativo. Para isso, se faz necessária participação das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área. Nessa perspectiva, alguns autores consideram fundamental o reconhecimento dos direitos legítimos aos recursos e às necessidades das comunidades locais, destinando a estas uma posição central no planejamento da proteção e do monitoramento das áreas protegidas, proporcionando, dessa forma uma integração saudável entre o conhecimento tradicional e a ciência moderna.

Nessa linha de pensamento, o autor relata que o ecodesenvolvimento é alcançado de forma mais eficaz quando são aproveitados os sistemas tradicionais de gestão de recursos, assim como, a sistematização de um processo participativo de reconhecimento das necessidades, dos recursos potenciais e das formas de aplicabilidade da biodiversidade para alcançar a qualidade de vida dos povos.

Leff (2011), descreve que o problema da reintegração da natureza na economia está em traduzir os custos de conservação e restauração, bem como das potencialidades ecológicas numa proporção homogênea de valor, passível de atualização de acordo com os preços de mercado. O valor dos recursos naturais está diretamente relacionado às mudanças do meio ambiente e suas interferências nos processos de regeneração e produtividade que não correspondem aos ciclos econômicos; assim como os valores e interesses sociais que determinam a essência cultural, os meios de acesso e o movimento de extração dos recursos naturais

originam processos simbólicos e sociais, com características extra econômicas, que não têm valor nem preços de mercado.

Para o autor, calcular o valor “real da natureza” na economia é impossível, visto que não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico para tal tarefa. Além disso, vale ressaltar que a economia não tem uma teoria do valor capaz de contabilizar de modo racional, objetivo e quantitativo os custos ambientais e os valores dos recursos naturais. Estes estão condicionados a situações que se concebem fora do mercado, como as percepções culturais, direitos comunais e interesses sociais. Portanto, para a assimilação dos custos ecológicos e das condições ambientais é necessário identificar os processos sociais que estabelecem o valor e o processo de reapropriação da natureza.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável além de propiciar a compatibilidade entre o desenvolvimento e a conservação, incorporando as condições ecológicas para um crescimento econômico sustentado; também induz, pensar o ambiente como um *potencial para um desenvolvimento alternativo*, com a integração da natureza e da cultura como forças produtivas para a construção de um novo paradigma produtivo. Nesse sentido, conforme Leff (2011, p. 66) “a natureza converte-se assim num meio de produção, objeto de uma apropriação social, atravessado por relações de poder”.

Dessa forma, a sustentabilidade fundamentada em concepções de equidade, diversidade e democracia, abre perspectivas mais amplas que o simples fortalecimento econômico por meio do cálculo dos custos da preservação e restauração ambiental. O ambientalismo propõe novas teorias e valores, os quais questionam a racionalidade econômica dominante, e conduzem a ação social para a construção de uma racionalidade produtiva, fundamentada nas potencialidades da natureza e da cultura (LEFF, 2011).

Nesse cenário, o autor descreve que o ambiente aparece com um sistema produtivo estruturado de acordo com as condições da estabilidade e produtividade dos ecossistemas e nas tendências étnicas das distintas culturas que o habitam. A conexão entre os processos ecológicos, tecnológicos e culturais determina os meios de apropriação e transformação da natureza e estabelece uma produtividade ecotecnológica sustentável. A geração desta racionalidade ambiental, vista como uma nova ordem social, se organiza considerando diferentes valores culturais e

enfrenta interesses sociais opostos; nela se cruzam relações de poder pela apropriação da natureza e pela autogestão dos processos produtivos.

A reapropriação da natureza exige um princípio de *equidade na diversidade*, que considera a autonomia cultural de cada comunidade, bem como as suas necessidades específicas e a autogestão do potencial ecológico de cada região em formas alternativas de desenvolvimento. Esses processos acontecem de acordo com as diferentes condições de produção e distintas formas de vida das populações no que se refere ao manejo sustentável no seu ambiente.

Dessa forma, partindo do ponto de vista da racionalidade ambiental, os objetivos da equidade e da sustentabilidade implicam na anulação do domínio do mercado e do Estado sobre a autonomia dos povos, promovendo meios para a apropriação da capacidade ecológica de cada região, intermediados pelos valores culturais e pelos anseios de cada comunidade.

A racionalidade ambiental é sistematizada, articulando quatro níveis de racionalidade (LEFF, 2006, p. 254):

- a) uma racionalidade material ou substantiva que estabelece o sistema de valores que normatizam os comportamentos sociais e orientam as ações para a construção de uma racionalidade social fundada nos princípios teóricos (saber ambiental), materiais (racionalidade ecológica) e éticos (racionalidade axiológica) da sustentabilidade.
- b) uma racionalidade teórica que constrói os conceitos que articulam os valores da racionalidade substantiva com os processos materiais que a sustentam. A teoria torna inteligível uma concepção da organização social em seu conjunto e dessa maneira orienta a ação prática para a sua construção. Fora de toda lógica que se construiria em uma racionalidade formal que codifica e constrange todas as ordens de racionalidade, a racionalidade teórica dá suporte à construção de outra racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e nas significações culturais de cada região e de diferentes comunidades.
- c) uma racionalidade técnica ou instrumental que produz os vínculos funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável através de ações coerentes com os princípios da racionalidade material e substantiva, gerando um sistema tecnológico adequado e uma praxiologia para a transição a uma racionalidade ambiental, assim como as estratégias de poder do movimento ambiental.
- d) uma racionalidade cultural, entendida como um sistema de significações que conforma as identidades diferenciadas de formações culturais diversas, que dá coerência e integridade a suas práticas simbólicas, sociais e produtivas. A racionalidade cultural estabelece a singularidade de racionalidades ambientais heterogêneas que não se submetem à lógica geral de uma racionalidade formal, mas alimenta a constituição de seres culturais diversos.

Apoiado nas literaturas, nas informações dos sujeitos da pesquisa e nas preocupações inerentes ao PNAS e área de entorno, o esforço aos propósitos da pesquisa sugere contribuições à sustentabilidade do Parque.

- **Pontos que objetivam a sustentabilidade:**

- ✓ Turismo ecológico (regionalizado);
- ✓ Preservação do patrimônio natural local;
- ✓ Integração do órgão administrativo, poder público e comunidade;
- ✓ Conexão e interação do ICMBio com o poder público e sociedade civil local/regional;
- ✓ Processo participativo;
- ✓ Cultura (tradicional e outras da identidade local);
- ✓ Agricultura orgânica familiar;
- ✓ Diálogo democrático, participativo e harmonia entre os atores sociais;
- ✓ Valorização dos saberes tradicionais;
- ✓ Viabilização de acessos ao Parque e área de entorno;
- ✓ Resolução das questões fundiárias;
- ✓ Pesquisas científicas com características interdisciplinares;
- ✓ Ideia de apropriação e pertencimento ao lugar por parte da população da região;
- ✓ Intensificação e eficiência da fiscalização e monitoramento (ao desmatamento, às queimadas, à caça, às invasões, entre outros);
- ✓ Sensibilização/consciência para preservar/conservar o Parque;
- ✓ Disseminar a ideia e uma visão do Parque como uma UC de bem e uso comum;
- ✓ Esclarecimento e disseminação do plano de manejo para a comunidade.

- **Iniciativas para a operacionalização dos pontos elencados para a sustentabilidade:**

- ✓ Amadurecimento da sociedade civil organizada para reverter a situação e manutenção do Parque, considerando sua transformação em Geoparque;
- ✓ Estudo de viabilidade de concessões para a prestação de serviços e de apoio à visitação do Parque, com pulverização econômica;

- ✓ Regulamentação das ações econômicas para oportunidades de criação de emprego e renda, considerando a fragilidade ecossistêmica da região;
- ✓ Revisão dos recursos da União para a gestão do Parque;
- ✓ Proporcionar infraestrutura tecnológica para comunicação no interior do Parque;
- ✓ Superação do descaso em relação ao Parque nas esferas públicas municipal, estadual e federal;
- ✓ Fomentar projetos e valorizar fonte de economias baseadas na agricultura familiar orgânica e turística, envolvendo profissionais de diferentes áreas;
- ✓ Incentivar mudanças de comportamento da sociedade local em relação à questão socioambiental;
- ✓ Construir mecanismos para o diálogo e resolução dos conflitos;
- ✓ Internalização por parte da população do real valor do Parque;
- ✓ Revisão e superação das contradições do plano de manejo para adequação à realidade local;
- ✓ Incorporação da cultura tradicional Quilombola como fundamental à sociobiodiversidade e como atores relevantes à gestão do Parque;
- ✓ Análise para uma revisão fundiária no sentido de sua integração ao Parque, que possibilite a operacionalização do plano de manejo e para uma gestão integrada;
- ✓ Fomentar pesquisas interdisciplinares que contribuam para a sustentabilidade do Parque, bem como disseminação das mesmas junto à sociedade como um todo;
- ✓ Desenvolvimento de capacidades para atuar na educação ambiental; sociobiodiversidade e turismo ecológico;
- ✓ Incorporação das disciplinas de Turismo Sustentável e Educação Ambiental, com abordagem interdisciplinar, na grade curricular das escolas dos municípios da região.

Como o intuito de se reportar à riqueza das oportunidades sistematizadas para a sustentabilidade do PNAS, vale recorrer à Schaik e Rijkssen (2002), que relatam que os Parques são considerados a pedra angular da conservação da

biodiversidade em quase todos os países do planeta e, as áreas não protegidas estão sendo rapidamente destruídas em função do uso humano. Em muitos países, os únicos remanescentes de habitats naturais estão nos parques. Portanto, sem Parques manejados corretamente, não existe barreira contra a extinção.

A construção de comunidades e sociedades sustentáveis (DIEGUES, 2003) deve ter como base a reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do desenvolvimento de novas solidariedades, do respeito à natureza não pela mercantilização da biodiversidade, mas pelo fato que a criação ou manutenção de uma relação mais harmoniosa entre a sociedade e natureza é fundamental para as sociedades sustentáveis.

Ainda para o autor, pensar as sociedades sustentáveis, considerando a necessidade de se manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e modos de vida, é um grande desafio. Pois, dessa forma, é preciso criar utopias para o século XXI, considerando a diversidade das sociedades sustentáveis, com opções econômicas e tecnológicas diferenciadas, voltadas principalmente para o “desenvolvimento harmonioso das pessoas” e de suas relações com o conjunto do mundo natural.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado buscando conhecer a realidade do PNAS e área de entorno no que se refere a sua complexidade socioambiental e suas respectivas peculiaridades, tendo em vista contribuir para a sua sustentabilidade numa abordagem interdisciplinar.

Desde sua criação o PNAS vive conflitos em função das restrições estabelecidas com sua implantação, as quais geraram atitudes de resistência por parte da população local que desconhecia até o momento a importância do patrimônio natural a ser preservado.

A pesquisa problematizou a realidade socioambiental do PNAS e área de entorno em dois momentos. Primeiro, no que diz respeito ao Parque e sua constituição no tempo e historicamente, isso porque este foi constituído sem as definições pertinentes em relação à questão fundiária, à comunidade Quilombola ali existente e sua cultura tradicional, aos limites geográficos que perpassam os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, às atividades turísticas, ao plano de manejo e sua operacionalização, às atribuições e competências dos órgãos públicos nas diferentes esferas, à atuação do órgão administrativo responsável, entre outros. Segundo, a imersão na literatura relativa à temática em questão, destacado as áreas protegidas, UCs, Parques Nacionais, PNAS e área de entorno, comunidades tradicionais, sociobiodiversidade, interdisciplinaridade para pesquisas socioambientais e sustentabilidade.

No que se refere às áreas protegidas, observou-se nos registros consultados a sua importância desde os primórdios até os dias atuais, passando por diferentes interesses e objetivos, vindo culminar no propósito de conservação de ecossistemas exemplares e da biodiversidade. Nesse contexto, foram criadas as UCs com características específicas, compreendendo dois grupos: as Unidades de Uso Sustentável, com o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos seus recursos naturais e as Unidades de Proteção Integral, as quais priorizam a preservação da natureza e permitem o uso indireto dos recursos naturais. Nessa, destaca-se a categoria de Parques Nacionais visando

minimizar as perdas da biodiversidade face à degradação ambiental provocada pela sociedade.

Nesse cenário, também figuram os povos tradicionais que inseridos nas áreas anteriormente, passam a sofrer com os processos de negação de sua identidade cultural e desterritorialização. Tais situações, convergem em conflitos envolvendo órgãos públicos, poder público e comunidades tradicionais. Entretanto, muitas contradições estão envolvidas nesses processos, considerando principalmente o fato desses povos perderem seus direitos territoriais, quando na realidade contribuírem com a sustentabilidade do local, pelo modo como se relacionam com a natureza, extraíndo dessa o necessário para seu *modus vivendi*.

O procedimento metodológico utilizado foi coerente na medida em que se traduziu num processo que trouxe de forma sistemática os elementos necessários para os resultados positivos da investigação.

Sendo assim, enquanto síntese, vale destacar que o PNAS e área de entorno, notadamente o município de Praia Grande, passam por um momento de transformações no que diz respeito a condição de uso comum do Parque e as projeções do desenvolvimento e a sustentabilidade da região. Observou-se, então, muitos elementos por meio das entrevistas e registros documentais, que enfatizam preocupações e perspectivas, como por exemplo a falta de diálogo e aproximação entre o órgão administrativo do Parque e a sociedade, a questão fundiária a ser regularizada, presença dos Quilombolas com carência de legitimação e apropriação do espaço, as atividades agrícolas e turísticas inadequadas, as queimadas, as caças, as invasões, desconhecimento da importância do Parque e sua biodiversidade, carência de recursos para a gestão e operacionalização do plano de manejo do Parque, desinteresse dos poderes públicos em relação a área, entre outros.

Nesse universo complexo, as informações coletadas junto aos atores sociais entrevistados foram fundamentais para a formulação de uma contribuição à sustentabilidade do PNAS e área de entorno no sul de Santa Catarina. Vale ressaltar que a ideia de gestão integrada e participativa, boa governança, reapropriação social da natureza, racionalidade ambiental e interdisciplinaridade, tem na conjunção com a subjetividade que se revelou campo fértil para o redirecionamento da realidade estudada a um universo de fundo harmonioso e à sustentabilidade.

Nesse sentido, a atividade turística, a comunidade tradicional, os órgãos públicos, a sociedade civil, as associações, o poder público e suas esferas, entre outros, conferem um papel fundamental não só na condução, mas também na operacionalização de um projeto onde a relação sociedade-natureza seja respeitada em escalas de curto, médio e longo prazos, considerando como citado na introdução desse estudo, um ponto de partida onde a presente geração proporcione sua contribuição para garantir perspectivas de vidas bucólicas também às futuras gerações.

7.2 RECOMENDAÇÕES

Para lançar ideias de futuros projetos em resposta às demandas de pesquisas e a própria limitação da tese frente as necessidades de investigação ao tema abordado, algumas recomendações são aqui apontadas:

- ✓ Desenvolvimento de projetos apropriadas para aprofundar e identificar com mais propriedade a dinâmica da fragilidade da biodiversidade e do ecossistema da área;
- ✓ Planejamento e estratégias de política pública para o PNAS, considerando a sustentabilidade;
- ✓ Incentivo público e privado para pesquisas com abordagem interdisciplinar para acompanhar a singularidade do PNAS e sua área de entorno;
- ✓ Projetos que conjuguem a ideia da reapropriação social da natureza e a boa governança, no sentido de garantir a sociobiodiversidade e a parte bucólica do verdadeiro significado de um Parque com a característica e dimensão do PNAS;
- ✓ Projetos que investiguem os saberes tradicionais e sua contribuição para a gestão e sustentabilidade do PNAS e área de entorno;
- ✓ Iniciativas e atividades que promovam a integração da sociedade como um todo num diálogo de saberes para o universo do Parque e sua dinâmica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.; CUNHA, M. C. Populações tradicionais e conservação. In: **Programa Nacional da Diversidade Biológica – Seminário de Consulta. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade da Amazônia Brasileira.** Macapá, 1999.
- ANTUNES, P. B. **Curso de direito ambiental:** doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 1990.
- ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Hucitec e NUPAUB, p. 273-290, 2000.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BECKER, B. K. A Amazônia nos Cenários para o Planejamento Ambiental. In MMA (Org). **Os Ecossistemas Brasileiros e os Principais Macrovetores de Desenvolvimento.** Brasília: MMA, 1995.
- _____. Geopolítica da Amazônia. **Instituto de Estudos Avançados.** São Paulo: USP. 19 (53), 2005.
- BENNETT, G.; MULONGOY K. J. **Review of Experience with Ecological Networks, Corridors and Buffer Zones.** Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Technical Series No. 23, 100 pages, 2006.
- BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BERGER, P. L. **Perspectivas sociológicas:** uma visão humanista. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BEZERRA, O.G. **A conservação do patrimônio natural/cultural:** um sistema de indicadores para o monitoramento da conservação da significância dos parques nacionais brasileiros patrimônios da humanidade: 2011. 359 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- BRANCO, S. **Educação Ambiental:** Metodologia e Prática de Ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.
- BRANDON, K.. Colocando os parques certos nos lugares corretos. In: TERBORGH, J. et al (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Lei nº 11.132, de 4 de julho de 2005.** Acrescenta artigo à Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2005.

_____. **Decreto n. 10.408, de 27 de dezembro de 2004.** Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Brasília, 2004

_____. Ministério do Turismo. **Parque Nacional de Aparados da Serra: beleza dos cânions.** Brasília, 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil.** 2ed. Brasília: 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Mata Atlântica.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Nacional dos Aparados da Serra e Serra Geral.** Brasília, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção da Diversidade Biológica.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>. Acesso em: 15 mai. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas.** Brasília, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mende de Conservação da Biodiversidade. **Série Legislação ICMBio: Sistema Nacional de Unidades de Conservação.** Brasília, 2009.

_____. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Turismo em Parques.** Brasília, 2008.

BRIGHTWELL, M. G.S.L. : Apontamentos Sobre O Parque Nacional De Aparados Da Serra. Florianópolis, 2003.

_____. **Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e o Município de Praia Grande/SC: dimensões escalares e conflitos.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BRITO, F. A. B.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e Gestão Ambiental (Em Busca do Desenvolvimento Sustentável)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

BRITO, M.C.W. **Unidades de conservação** – intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BROWN, Katrina. Innovations for conservation and development. **The Geographical Journal**, [s.l.], v. 168, n. 1, p.6-17, mar. 2002

BRUSTOLIN, C. **Lutas pela definição de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CARDOSO, S. L. C.; VASCONCELLOS SOBRIBHI, M.; VASCONCELLOS, A. M. A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 74-90, 2015.

CERATI, T. M.; SOUZA, A. Q. Participación social en la gestión ambiental: estudio de caso en una unidad de conservación urbana en el municipio de São Paulo, Brasil. **Estudios Demográficos y Urbanos**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 87-113, 2016.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COELHO, M.C.N.; CUNHA, L.H.; MONTEIRO, M.A. Unidade de Conservação: populações, recursos e Territórios. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política. In: GUERRA, A.T., COELHO, M.C.N. (Orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CORRÊA, A. M.; COSTA, L. M.; BARROS, J. F. (Orgs). **A Floresta**: educação, cultura e justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação**: matéria-prima do ecoturismo. Série Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2002, 163 p.

CREADO, E.S.J.. **Lugares de Vida, Espaços de lembrança**: Conflitos e restrições socioambientais no Parque Nacional do Jaú (AM). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

CRESWELL, J.W. **Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

CPRM. **Serviço geológico do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/?tpl=home>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

CRONON, W. **Uncommon Ground**: Toward Reinventing Nature. New York: W. W. Norton & Co., 1995.

CULTIMAR. **Recursos naturais na vida caiçara**. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. **Quem são as populações tradicionais?** Brasília DF: Instituto Socioambiental, 2010.

D'ANTONA, Á.O. **BRASIS: viajando pelos parques nacionais**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1994.

DAVENPORT, L.; RAO, M. A História da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, B. E TERBORGH, J. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002, 518 p.

DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia.das Letras, 2004. 484 p

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, D.A. **Conflitos Socioambientais decorrentes da Presença Humana em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Comunidade Quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral**. Dissertação (Mestrado). 291 f. 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010,

DIAS, J.M.; PEREIRA, N.M. Considerações sobre a evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o ordenamento territorial da Amazônia: interações entre o Estado e a Ciência. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], n. 21, p. 69-88, jan./jun. 2010.

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2000.

_____. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: Nupaub, 2003.

_____. Comunidade Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: Convivência e Conflitos. **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**. São Paulo: USP, 2004.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DOUROJEANNI, M.J. Áreas protegidas de América Latina en los albores del siglo XXI. In: **Direito ambiental das áreas protegidas** – o regime jurídico das unidades de conservação. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 42 a 107.

DOUROJEANNI, M.J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: a hora decisiva**. 2ª ed. Curitiba: UFPR, 2007. 282 p.

DRUMMOND, J.A. **O sistema brasileiro de parques nacionais**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

_____. **A legislação ambiental de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo**. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 2, n 3-4, p. 127–147, 1999.

DUARTE, P. **A Criação de Territórios e transformação da paisagem: uma análise geohistórica das unidades de conservação**. In: Simpósio Nacional de História. 26. 2011. **Anais...** São Paulo, 2011.

DURHAN, E. R. **A dinâmica da cultura**. São Paulo: CosacNaify, 2004.

FERNANDES, R. C., BRUSTOLIN, C.; TEIXEIRA, L. Relatório Antropológico: A Comunidade São Roque. **Boletim Informativo NUER**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 131-186, 2006.

FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], n. 10, p. 33–37, 2004.

FLORIANI, D.; KNECHTEL, M. R.. **Educação Ambiental: Epistemologia e Metodologias**. Curitiba: Vicentina, 2004.

FUNDAÇÃO SOS Mata Atlântica; INPE Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica**. São Paulo, 2014.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. Peirópolis: 2000.

GIULIANI, G.M. As áreas naturais protegidas e a responsabilidade social e ambiental das empresas: o caso do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense e do Comperj. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 16, p.21-37, 30 dez. 2007.

GODARD, O. A gestão integrada dos recursos naturais e o meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J.

Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the wilderness myth: A view of Environmental Education from the Field. **Bioscience**, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 271-279. 1992.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C, N. **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GUNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s.l.], v. 22 n. 2, p. 201-210, 2006

HASSLER, M.L. A Importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v.17, n. 33, p. 79-89, dez. 2005.

HEEMANN, Ademar. Considerações sobre alguns obstáculos à interdisciplinaridade na Pós-graduação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], n. 10, p. 47-51, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.. **Plano de manejo do Parque Nacional dos Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral:** Resumo Executivo. Brasília, 2004. 50 p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para a Elaboração de Planos de Ação Emergencial das Unidades de Conservação de Uso Indireto.** 3ª versão. Brasília: 1995. 24p

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.** Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – Diretoria de Ecossistemas (DIREC). Brasília 2002.

IBAMA. **Plano de manejo do Parque Nacional dos Aparados da Serra e do Parque Nacional da Serra Geral:** Encarte 2 – Análise da Região da UC. Brasília, 2004.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Ecossistemas do IBAMA. **Relatório das Unidades de Conservação Federais**, 2006. Disponível em:<<http://www.ibama.gov.br/siucweb/listaUc.php>>. Acesso em: 20 set. 2016.

IBDF. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. **Plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra.** Ministério da Agricultura/IBDF. Brasília. 1984, 245p.

IBDF. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra.** Brasília: 1983.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Unidades de conservação**: planos de manejo / decretos de criação. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/>>. Acesso em: 28 ago.2016.

IRVING, M.A.; MATOS, K. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, [s.l.], v.13, n.2, p. 89-96, 2006.

IUCN. **Parks for Biodiversity**: Policy guidance based on experience in 1998. Um século de favela. Fundação Get ACP countries. Comunidade Europeia/IUCN, 1999.

JENKINS, C. N.; JOPPA L. Expansion of the global terrestrial protected area system. **Biological Conservation**, [s.l.], v. 142, n. 10, p. 2166-2174, 2009.

JOHNSON, M.C.; POULIN, M.; GRAHAM, M. Rumo a uma abordagem integrada da conservação e uso sustentável da biodiversidade: lições aprendidas a partir do projeto da biodiversidade do Rio Rideau. **Ambiente e Sociedade**, [s.l.], v.10, n 1, p. 57-86, 2007.

JÚNIOR, E. C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A.J.T; COELHO, M. C. N.(Orgs.). **Unidades de Conservação**: Abordagem e Características Geográficas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2012, p. 25–65.

KNECHTEL, M.R. **Metodologia de pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: InterSaberes, 2014.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

LAWTON, J. H. L.; MAY, R. M. **Estimating extinction rates**. London: Philosophical Transactions of The Royal Society of London. 104 p., 1994.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideu: Coscoroba, 2004.

LEFF, H. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo Cortez, 2002.

_____. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental**. In: Philippi Jr., A. et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 19– 51.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder.** México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA; 1998.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Discursos Sustentáveis.** São Paulo: Cortez, 2010.

MAIA, F. L. C. Reflexões sobre a política de gestão ambiental em Belém. In: VASCONCELLOS, G. M.; LADISLAU, E. (Orgs.) **O desafio político da sustentabilidade urbana: gestão sócio-ambiental de Belém.** Belém: UFPA/NUMA/EDUFPA, 2009, 179 p.

MARTINS, L.; MARENZI, R. C.; LIMA, A. Levantamento e representatividade das Unidades de Conservação instituídas no Estado de Santa Catarina, Brasil **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 241-259, abr. 2015.

MARQUES, J. G. **Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica.** 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

MEDEIROS, R. **A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais.** 2003. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, R. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade.** Campinas: v. 4, n. 1, p. 41-64, Jan./Jun. 2006.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, [s.l.], v. 5, n. 9, p. 83-93, 2004.

MEDEIROS J. D. Criação de Unidades de Conservação. In: DEBETIR, E.; ORTH, D. (Orgs.). **Unidade de Conservação: Gestão e Conflitos.** Florianópolis: Insular, 2007, p. 67-85.

MILANO, M.S. Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: BENJAMIN, A.H. (Org.). **Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3 a 41.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente.** 3ª ed. rev. E atual. São Paulo: RT, 2004.

MILIOLI, G. **Abordagem Ecosistêmica para a Mineração: uma Perspectiva Comparativa para Brasil e Canadá.** 1999. 40 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em:
<http://www.eps.ufsc.br/teses99/milioli/1999>. Acesso em: 10 set. 2016.

MITTERMEIER, R. A et al.. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. **Megadiversidade**, [s.l.], v.1, n. 1, p. 14-21, 2005.

MONTIBELLER FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 2. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORIN, E. **Sociologia: A sociedade do microsocial ao macroplanetário**. Portugal: publicações Europa América, 1984.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas – seleção e manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

MULONGOY, K.J.; CHAPES, S. **Protected areas and biodiversity: an overview of key issues**. Convention on Biological Diversity (CDB). Cambridge: World Conservation Monitoring Centre, 2003.

NEUMAN, W.L. **Social research methods: qualitative and quantitative approaches**. Wisconsin, USA, 1999.

NOSSO FUTURO COMUM, **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430 p.

OLWIG, K.R. Reinventing common nature: Yosemite and Mount Rushmore – a meandering tale of a double nature. In: CRONON, W. **Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature**. New York: W. W. Norton & Co., 1995.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: **Ecologia e Política no Brasil**. Organizador José Augusto Pádua. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.

PADUA, M.T.J. Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 7-13.

PALSULE S. S. O Desenvolvimento Sustentável e a Cidade. In: MENEGAT R.; ALMEIDA G.(orgs.). **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental nas Cidades**. 1.ed. Porto Alegres: UFRGS, 2004, p. 33-57.

PARQUE NACIONAL DE APARADOS DA SERRA. **Plano de Ação Emergencial para o Parque Nacional Aparados da Serra**. Brasília: junho. 1995

PEIXOTO, S. L.; IRVING, M. O conceito o Parque Urbano da Paz. In: CORRÊA, A. M.; COSTA, L. M.; BARROS, J. F. P. (orgs). **A Floresta: educação, cultura e justiça federal**, Garamond, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 22, Curitiba: UFPR, 2010, p. 37-50.

PHILIPPI JÚNIOR, A. et al. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

PHILIPS, Sustentabilidade. Disponível em <http://www.sustentabilidade.philips.com.br/guia_folhetos.htm> Acesso em: 01 mar. 2017.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec Nupaub, 2002.

Plano Diretor do Uso do Solo Urbano de Praia Grande/SC. Florianópolis: UFSC, 1988.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônias, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

QUINTÃO, Â.T.B. Evolução do conceito de Parque Nacional e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, [s.l.], n. 54, 1983.

RAYNAUT, C. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], n. 10, p. 21–32, 2004.

ROCHA, L. G. M; GANEM, R. G.; DRUMMOND, R. S. G. Parques Nacionais Brasileiros: Problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 205-226, jun. 2010.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. p. 31 e 34.

RONSANI, G. **Praia Grande: Cidade dos Canyons: 180 anos de história**. Praia Grande – SC: Ed. do autor, 2000.

_____. **Reminiscência de Praia Grande**. Praia Grande, SC: Evangraf, Porto Alegre, 2010.

RUDZEWICS, L. Ecoturismo y Conservación de los Ecosistemas: Reservas Particulares de Patrimônio Natural em Brasil. **Estudios y perspectivas en turismo**. v.17, n.3. Buenos Aires: jul./sep. 2008.

RUNTE, A. **National Parks: The American experience**. Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1979.

SACHS, I. **Estratégias de Transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Liz Gráfica e Editora 1993.

_____. **Palestra proferida no Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia Para uma Moderna Civilização Baseada em Biomassa**. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Rumo a Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2004.

SACHS, I.; LOPES, C.; DOWBOR, L. Crises e oportunidades em tempos de mudanças. **Economia Global e Gestão**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 133-154, 2010.

SANTOS, B. D. S. (Org). **A globalização e as ciências sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005

SCHAIK, C.V.; RIJKSEN H.D., Projetos Integrados de Conservação e Desenvolvimento: Problemas e Potenciais. In: TERBORGH, J. et al (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002

SENTINELA CAMBARAENSE. **Informativo Da Prefeitura Municipal De Cambará Do Sul, RS**. Ano I, nº 11, dez. 1978.

SILVA, B. et al. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, J. I. A. O. **Conflitos ambientais e conservação da natureza**. Campina Grande: EDUFCA, 2014.

SNUC. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. 2 Ed. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília: Dupligráfica, 2002.

SOS MA; INPE – Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Atlas dos remanescentes florestais da mata atlântica: Período 2012-2013**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/atlasrelatoriofinal.pdf>>.

SOUZA FILHO, C.F.M. **Espaços Ambientais Protegidos e Unidades de Conservação**. Curitiba: Universitária Champagnat, 1993.

SPAOLONSE, Marcelo Barbosa. Desamparados nas Grotas do Estado: Os contratempos da sobreposição entre Quilombola de São Roque e os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. **Ruris**, [s.l.], v.7, n. 2, 2013, 34-56.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15/LGE, 2006.

TEIXEIRA, F.P.. **A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura** (Tese Doutorado). UFSC. Florianópolis, p. 231. 2010.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V. Superando os impedimentos para a conservação In: TERBORGH, J. et al. (Orgs). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

TOPPA, R. H.; MELLO, K.; MORAES, M. C. P. Planejamento de Unidades de Conservação e Geotecnologias: Aspectos Históricos e Aplicações Técnicas. In: PIRATELLI, A.J.; FRANCISCO, M.R. (Org.). **Conservação da Biodiversidade: Dos Conceitos às Ações**. 1ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013, v. 1, p. 195-215.

UDRY, C.; EIDT, J. S. **Conhecimento Tradicional: Conceitos e Marco Legal**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

UNESCO. **La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi**. Paris; 1980.

VALLEJO, L. R. Unidades de Conservação: Uma discussão à luz dos conceitos de territórios e de políticas públicas. **GEOgraphia**, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 1-22, 2002.

VEYNE, Paul. O império romano. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges. (Dir.) **História da vida privada, 1: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia de Letras, p. 19-224, 2009.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais**. Florianópolis: Secco/APED, 2005.

WALLAUER, M.T. B. **Sistema de unidades de conservação federais no Brasil: um estudo analítico de categorias de manejo**. 1998. 232 f. Dissertação (Mestrado) -

Curso de Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE a - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

(Entrevistas com indagações estruturadas e abertas)

1. Informante

1.1) Órgão/setor de atuação

2. Problemas Socioambientais da área de estudo

2.2) Quais os problemas socioambientais da região do Parque e seu entorno?

2.1) Qual o fator impactante do turismo na dinâmica socioeconômica e ambiental do Parque e a área de entorno?

2.3) Quais as implicações desses problemas para a dinâmica socioeconômica e de desenvolvimento da região?

2.4) Que tipo de medidas mitigadoras poderiam ser ressaltadas para os problemas existentes?

2.5) Quais os principais entraves para operacionalização dessas medidas?

2.6) Como o poder público em esfera municipal, estadual e federal atua diante dos problemas socioambientais da região?

2.7) Como a sociedade civil organizada (associação industrial, comercial do município, associação de bares, hotéis e pousadas, clubes, ONGs, entre outros) atuam diante dos problemas socioambientais e desenvolvimento da região?

3. Parque Nacional de Aparados da Serra e a sua dinâmica socioeconômica e de desenvolvimento na região

3.1) Qual a importância do Parque e sua contribuição para a dinâmica socioeconômica da região?

3.2) O que o Parque já proporcionou para a dinâmica socioeconômica da região?

3.3) Qual o potencial a ser explorado pela região na sua interação com o Parque?

4. Os Recursos Naturais do PNAS e suas Inter-relações

4.1) Qual a importância dos recursos naturais do Parque para a região?

4.2) Quais os principais entraves na institucionalização do Parque para o desenvolvimento socioeconômico da região?

- 4.3) Quais as principais funções do plano de manejo do Parque?
- 4.4) Até que ponto o plano de manejo contribui ou interfere negativamente para o desenvolvimento socioeconômico da região?
- 4.5) Quais são os principais desafios da operacionalização e cumprimento da função do plano de manejo do Parque?
- 4.6) Quais as implicações das comunidades tradicionais que vivem no Parque, das propriedades existentes no Parque e da dinâmica socioeconômica que se estabeleceu nos limites do mesmo no que tange aos recursos naturais a serem protegidos?

5. Desenvolvimento Sustentável para o Parque e Área de Entorno

- 5.1) Considerando que os conflitos de interesses socioeconômicos em suas inter-relações com os recursos naturais protegidos trazem um conjunto de externalidades, como pensar as possibilidades e os limites do desenvolvimento sustentável para o Parque e a área de entorno?

APÊNDICE b - TABELAS DA SITUAÇÃO DAS AÇÕES PROPOSTAS PELO PLANO DO MANEJO (1983) E PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL (1995)

1 Situação das Ações propostas pelo Plano de Manejo de 1984 - PNAS
Observações Atividades Sim Não Parc. 1. Programa de Manejo e Meio Ambiente

1.1. Subprograma de Investigação - Divulgar a necessidade de pesquisas a serem efetuadas no Parque, com ênfase nos tópicos propostos; X Catalogadas 82 pesquisas -Montar e equipar um pequeno laboratório; X - Contatar todas as universidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, informando a legislação que incide sobre pesquisas em Parques Nacionais, solicitando informações sobre levantamentos ou estudos já realizados na área pela entidade em questão e estimulando-a a desenvolver estudos, de acordo com as sugestões anteriores. X Levantamento bibliográfico realizado e efetuado Termos de Cooperação Técnica com UNESCO e UNISINOS - Contatar entidades como CNPq e FINEP para obter apoio financeiro para pesquisas prioritárias no Parque Nacional. X As pesquisas vem sendo realizadas pelas Instituições Universitárias

1.2. Subprograma de Manejo de Recursos - Retirar os exemplares de Pinus e Eucaliptos existentes na área do Parque; X Em 2002 foram retirados 28.829 exemplares - Retirar todos os animais domésticos existentes, principalmente, porcos "alçados" e gado; X Apenas 11 (onze) proprietários de terras permanecem com gado no parque, em função de liminar. -Retirar todas as benfeitorias não utilizáveis, ou sem valor cultural; X Foram retiradas das áreas já adquiridas -Retirar espécies exóticas utilizadas como ornamentais pelos atuais ocupantes da área; X Foram retiradas em áreas já adquiridas - Manejar, quando cientificamente comprovada a necessidade, espécies e habitats específicos. X Não houve necessidade

1.3. Subprograma de Monitoramento - Estudar periodicamente a vegetação do Parque, através de fotos aéreas e estudos locais; X Estudos realizados por técnicos do NUC/GEREX/RS e Técnicos do PARQUE. - Acompanhar as modificações que se processam quantitativa e qualitativamente na fauna do Parque; X Retorno fornecido através das Pesquisas Científicas em andamento - Instalar Estação Meteorológica, do tipo Climatológico Auxiliar; X 03 (três) estações instaladas - Registrar em fichas as ocasiões em que forem vistos exemplares da fauna local ou outras ocorrências; X - Relacionar ocorrência de incêndios na área do

Parque (ressaltando causa, área atingida e danos causados); X Plano de Combate a Incêndios implantado - Aplicar questionário para visitantes; X - Monitorar a evolução estrutural das matas de araucária após a retirada do gado da área do Parque; X Vem sendo realizado pelo NUC/GEREX/RS –Técnicos Sérgio Arras e TITO - Acompanhar os efeitos que a intensificação do uso do Parque por visitantes possa causar sobre os seus recursos naturais. Identificar os sítios onde o uso estiver causando depredação do recurso; X A revisão do Plano de Manejo esta sendo elaborada e nos trará esta informação - Monitorar, através de análises periódicas a qualidade da água de banhados e cursos d' água do Parque. Dar especial atenção à detecção de poluentes nos cursos que nascem fora da sua área. X

2. Programa de Uso Público

2.1. Subprograma de Recreação - Definir, elaborar e implantar sistema de sinalização indicativa; X - Locar, elaborar projeto e implantar mirantes; X - Elaborar projeto e implantar os estacionamentos X 2 Observações Atividades Sim Não Parc. propostos; - Elaborar projeto e implantar área de camping; X Por determinação do PAE, a implantação de camping foi suspensa. - Implantar áreas de piquenique próximo ao Arroio Perdizes e na Área de Desenvolvimento Adelina; X Não foi implantado na A.D.Adelina. O Plano de Uso Público indicou outra localidade para a implantação destas áreas. - Elaborar projeto e implantar sanitários e bebedouros nas áreas de Uso Público; X - Manter estoque de lenha para venda aos campistas; X Esta atividade encontra-se suspensa - Contatar as FLONAS de Canela e São Francisco de Paula para fornecimento de lenha; X Não houve necessidade - Programar e realizar caminhadas e passeios guiados pelo Parque; X - Elaborar projeto e implantar trilha e ciclovia no percurso Camping-Paradouro; X É permitido o acesso de ciclistas na UC, podendo realizar o percurso Guarita Gralha Azul/Itaimbezinho - Definir e implantar sinalização a ser empregada no projeto anterior; X - Estudar a possibilidade de se permitir a prática de canoagem nos cursos d'água do Parque, definindo os locais onde seria possível desenvolver-se esta atividade. X

2.2. Subprograma de Interpretação - Elaborar plano de interpretação do Parque, que deverá incluir, entre outras, as seguintes atividades: X I. Elaborar projeto arquitetônico e implantar o centro de visitantes; X II. Implantar e interpretar

trilhas do Faxinalzinho, do Preá e da Borda do Planalto; X Essas trilhas não foram abertas ao público III. Controlar rigorosamente a visitação no interior do cânion, e treinar pessoal para socorrer possíveis acidentados no seu percurso; X Foram construídas as Guaritas de Controle no Cânion Itaimbezinho e Faxinalzinho, A.D. Perdizes e A.D. Mampituba Foram treinados Brigadianos de Cambará do Sul para o pronto atendimento. A ACASERG, Associa o de montanhistas nos d  apoio. IV. Definir o tipo de estrutura necessária para evitar danos ao recurso, e para segurança do visitante no início da trilha do cânion; X Foi proibida a descida no v rtice, apenas existe trilha no interior do cânion V. Implantar trilhas Centro de Visitantes – Paradoiro e de acesso ao Mirante da Cachoeira; X VI. Programar e realizar caminhadas e passeios interpretativos guiados pelo Parque; X Guiados por condutores locais treinados pelo IBAMA VII. Interpretar os recursos naturais observados a partir do mirante; X Faltam as placas de interpreta o VIII. Implantar e interpretar trilha da Borda do cânion Itaimbezinho; X Faltam as placas de interpreta o IX. Elaborar projeto de reforma da Cabana Paradoiro para instala o do subcentro de visitantes e posto de fiscaliza o; X Hoje funciona como Centro de Visitantes e administra o X. Elaborar folheto com orienta o geral sobre o Parque; X XI. Elaborar folhetos específicos sobre as áreas de uso público para a orienta o dos visitantes; X XII. Definir, elaborar e implantar sinaliza o interpretativa; X XIII. Elaborar programas áudio-visuais para X 3 Observa es Atividades Sim Não Parc. apresenta o ao visitantes.

2.3. Subprograma de Educa o - Divulgar a disponibilidade do Parque para estudos e observa es por estudantes e professores de todos os níveis, juntamente com a legisla o sobre o assunto; X Em 2002 tivemos uma visita o de 66 Institui es escolares, com um total de 2.710 alunos e professores - Elaborar programas audiovisuais e folhetos dirigidos aos estudantes dos diversos níveis educacionais; X - Desenvolver programas educativos voltados para as comunidades ao redor do Parque, em todos os níveis. X

2.4. Subprograma de Rela es Públicas e Turismo - Confeccionar placas de sinaliza o e contatar as prefeituras de Cambará do Sul, São Francisco de Paula e Praia Grande, para obter autoriza o de completar a sinaliza o ao longo das estradas municipais; X - Contatar o DNER e Departamentos de Estradas de Rodagem estaduais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para incluírem o Parque Nacional na sinaliza o ao longo das estradas sob suas respectivas

jurisdições; X - Divulgar o Parque e as facilidades por ele proporcionadas junto às agências de turismo regionais e nacionais; X - Contatar empresas e organismos diversos, para financiamento de pôster e material de divulgação sobre o Parque Nacional; X - Estimular as atividades artesanais e tradições culturais das populações vizinhas ao Parque; X - Confeccionar e manter disponível material de divulgação sobre o sistema brasileiro de Parques Nacionais; X - Contatar as empresas de turismo regionais para entendimento sobre o treinamento de seus guias para atuarem junto a excursões no Parque; X - Promover a visita ao Parque Nacional de jornalistas, políticos e outras pessoas que possam influir, positivamente, na opinião pública; X - Apresentar os programas audiovisuais preparados sobre o Parque às comunidades vizinhas; X - Adquirir, gravador, projetor de slides e tela para uso fora do Parque. X

3. Programa de Operações

3.1. Subprograma de Proteção - Fiscalizar toda a área do Parque em caráter permanente; X - Agilizar o processo de regularização fundiária; X Sob responsabilidade da Procuradoria da GEREEX/RS e DICRI/DF - Definir as trilhas internas necessárias ao trabalho de fiscalização; X - Completar o cercamento do perímetro do Parque; X - Instalar torres de controle de incêndio; X 03 torres instaladas e em funcionamento - Adquirir equipamento para controle de incêndio; X - Adquirir e implantar sistema de rádio comunicação; X - Construir ponte sobre o Arroio Perdizes; X - Contratar firma para projetar e instalar sistema de esgoto; X - Interditar área na borda do cânion do X 4 Observações Atividades Sim Não Parc. Itaimbezinho; - Contatar proprietários das áreas adjacentes à estrada que leva ao Faxinalzinho; X - Separar faixa de pedestres nas pontes sobre o Arroio Perdizes; X Durante o período que o parque recebe visitante, não pode transitar veículos sobre as pontes, entre o Paradoiro e o Arroio Preá - Elaborar folhetos sobre o uso da trilha da Zona Primitiva; X - Elaborar projeto e ampliar a ponte sobre o Arroio Camisas; X - Colocar proteção na borda do cânion, em área situada próxima ao Paradoiro; X - Adquirir material e treinar pessoal para atender primeiros socorros; X - Contatar DAER-RS para Entendimentos no sentido de proibir trânsito pesado no interior do Parque; X Hoje não existe mais transito de veículos no interior do parque - Colocar placa proibitiva de trânsito pesado no interior do Parque, no entroncamento

Azulega Morro Agudo, com a estrada de acesso ao Parque, e na localidade de Morro Agudo; X Hoje não existe mais trânsito de veículos no interior do parque - Definir os novos limites e elaborar novo Decreto de redelimitação do Parque; X - Alertar os visitantes sobre condutas que aumentem sua segurança no interior do Parque; X - Confeccionar e colocar placas em pontos estratégicos do Parque, advertindo sobre a sua condição de área protegida por lei; X - Realizar fiscalização preventiva periódica nas áreas de concentração de visitantes, incluindo o corte de galho de árvores que coloquem em risco a sua segurança; X - Contatar DAER-RS para locar e construir o novo traçado da estrada de ligação do centro de visitantes ao Paradoiro; X Esta estrada foi fechada e todo o trânsito se dá por Cambará do Sul – RS-20 - Avisar os proprietários que após o vencimento dos prazos estipulados na escritura, os animais encontrados no interior do Parque serão apreendidos; X - Elaborar projetos e instalar postos de vigilância : X I. Área do Camping; X II. Centro de Visitantes; X III. Paradoiro; X IV. AD Azulega; X V. AD Mampituba; X VI. AD Morro do Falcão; X - Elaborar projetos e instalar postos de vigilância com bilheteria : X I. AD Ponte do Camisa; X Não é permitido o acesso de visitantes por este posto II. AD Gralha Azul; X III. AD Perdizes; X IV. AD. Faxinalzinho; X Não é permitido o acesso de visitantes por este posto - Colocar lixeiras nas áreas de uso público; X - Adquirir rádios, veículos, animais e equipamentos para atividades deste subprograma; X - Interditar ao público a estrada de acesso à propriedade localizada atrás do Paradoiro e Bela Vista; X - Colocar piquetes com plaquetas refletoras ao X 5 Observações Atividades Sim Não Parc. longo dos trechos mais perigosos da estrada que leva ao Paradoiro.

3.2. Subprograma de Manutenção - Desenvolver esquema para coleta de lixo e limpeza das lixeiras; X - Revisar periodicamente e reparar quando necessário as cercas perimetrais; X - Manter em bom estado de conservação as vias de circulação interna e trilhas; X - Determinar sistema de rodízio para verificação e manutenção preventiva periódica de todo o equipamento; X - Elaborar projeto, implantar e equipar oficina mecânica; X Serviço terceirizado - Construir depósito para combustível e lavador para veículos; X Serviço terceirizado - Treinar pessoal para reparos gerais; X - Adquirir material básico para carpintaria; X Serviço terceirizado - Verificar periodicamente o estado de conservação dos mirantes; X - Verificar periodicamente e reparar quando necessário, toda sinalização do Parque; X - Manter estoque de material de limpeza e pintura; X - Manter todas as áreas de desenvolvimento em perfeito estado de conservação, limpeza e bom aspecto visual;

X - Equipar as construções com extintores de incêndio e revisa-los periodicamente; X - Adquirir trator; X - Manter em bom estado de funcionamento o sistema de iluminação e rede elétrica; X - Manejar área de pastagem para animais; X - Manter estoque de ração. X 3.3. Subprograma de Administração - Preencher o quadro de pessoal proposto no organograma; X - Adotar providências necessária à elaboração e execução dos projetos de construção; X - Reformar a sede da fazenda das Macieiras para residência do diretor do Parque; X - Elaborar projetos e construir residências para assistentes e chefes de núcleo de vigilância, interpretação, administração e manutenção; X - Elaborar projeto e construir sede administrativa; X - Elaborar projeto e construir alojamento para funcionários; X - Contratar firma para elaborar projeto de instalação de rede de transmissão, ligando o Parque à rede existente na estrada Cambará do Sul-São Francisco de Paula; X Nossa rede foi ligada a rede de Cambará do Sul/RS - Entrar em contato com a prefeitura de Cambará do Sul, para que o IBDF (IBAMA) assuma o controle da concessão do Paradoiro; X - Adquirir caixas registradoras para equipar as bilheterias; X - Entrar em contato com a FLONA de São Francisco de Paula para estudar a possibilidade de instalação de venda de mudas de essências nativas no Parque; X - Contatar proprietário(s) das áreas cortadas pela estrada que liga o cânion do Faxinalzinho à estrada de ligação com a sede; X - Proceder às melhorias necessárias na estrada; X

6 Observações Atividades Sim Não Parc. - Elaborar projetos e reformas no Paradoiro; X - Atualizar o Plano de Manejo do Parque; X Encontra-se sendo atualizado após 19 anos - Elaborar o regimento interno; X - Contatar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) para a instalação de caixa de coleta e venda de selos no Parque; X - Retirar casa e depósito existentes junto ao cânion, na AD Itaimbezinho. X 7 Situação das Ações propostas pelo Plano de Ação Emergencial – PNAS EXECUTADO AÇÕES/ATIVIDADES RESULTADOS ESPERADOS Sim Não Parc . OBSERVAÇÕES A – Administração Preparar a implantação do PAE X Elaborar agenda 1º ano POA elaborado X Elaborar plano de monitoria Fichas de Monit. elaboradas X Acompanhar/avaliar execução do PAE Relatórios elaborados X Elaborar agenda 2º ano POA elaborado X Definir o organograma funcional Organograma elaborado X Redimensionar quadro de lotação de pessoal Quadro redimensionado X Identificar e implementar alternativas de provimento de pessoal Fomentar o remanejamento e redistribuição de servidores do IBAMA e de outros órgãos públicos para a UC Aumento do efetivo da UC X Foi

conseguido apenas 02 (dois) servidores do IBAMA Firmar acordos de Cooperação Técnica com Pref. de entorno para cessão de mão-de-obra Acordos firmados X Acordo firmado apenas com a PMCS Oferecer estágios para estudantes universitários e de escolas técnicas Estagiários atuando X Entraves burocráticos – Adequar legislação Contratar pessoal de vigilância e conservação Pessoal contratado X Curso de treinamento na preservação e combate a incêndios Cursos realizados Pessoal treinados X Curso de treinamento em primeiro socorros Cursos realizados Servidores Treinados X IBAMA/Escola Móvel/DF Curso de capacitação técnica para atender aos visitantes Cursos realizados Servidores Treinados X Gov. do Estado do Rio Grande do Sul Curso de capacitação técnica para uso de equipamentos específicos Cursos realizados Servidores Treinados X GPS, Arcview, etc. Curso de capacitação técnica em atividades administrativas Cursos realizados Servidores Treinados X Divulgar a necessidade de treinamento de pessoal Necessidades divulgadas X Estabelecer sistema de manutenção de equipamentos e instalações Elaborar plano sistemático de manutenção Plano anual elaborado X POA Adquirir materiais para atividades de manutenção Materiais e peças disponíveis X Empresa terceirizada Realizar atividades de manutenção Equipamentos e instalações em bom estado X Manutenção realizada por funcionários conveniados Implantar cobrança de ingressos na AD Gralha Azul Número de Pagantes X Promover a revisão do Plano de Manejo Plano de Manejo revisado e atualizado X Encontra-se em elaboração Firmar acordos de Cooperação com Instituições Acordos firmados X PMCS/UNES/UNISSINO S Elaborar e aprovar cronograma de atividades Cronograma elaborado Cronograma aprovado X 8 EXECUTADO DIREC Realizar levantamentos básicos Levantamentos básicos realizados X Elaborar regimento Interno Regimento elaborado X Estabelecer sistema eficiente de coleta de lixo Sistema implantado X B – INFRA-ESTRUTURA Dotar o Parque de um sistema de energia elétrica Sistema implantado X Implantar rede na AD MAcieiras Km de rede implantada X Estudar prioridades e melhor alternativa Prioridades e alternativas definidas X Implantar rede no trajeto mais adequado 28 Km rede implantados X Identificar parceria para apoiar a viabilização do sistema de rede elétrica Número de parceiros com termos de cooperação assinados X Gov. do Estado do Rio Grande do Sul Recuperar e Construir pontes Recuperar pontes do Camisas, Preá e Perdizes Pontes Recuperadas X Elaborar e construir ponte na segunda travessia do arroio Perdizes Projeto elaborado Ponte construída X

Construir e equipar edificações de controle e fiscalização Elaborar Projetos Projetos elaborados X Construir Posto de Fiscalização no Rio do Boi Posto construído X Construir Posto na AD Mampituba Posto construído X Equipar esses postos de fiscalização Postos Equipados X Recuperar e equipar instalações administrativas Recuperar parte do Paradoiro para Escritório da Administração 264 m2 reformados X Foi construída nova sede administrativa Equipar escritório da administração Escritório equipado X Recuperar imóvel da Fazenda Morro Agudo Imóvel recuperado X Foi construído novo Posto de fiscalização Equipar residência funcional em Morro Agudo Residência equipada X Recuperar imóvel da AD Ponte do Camisas Imóvel recuperado X Recuperar, construir e equipar infra-estrutura de visitação Elaborar projeto Projeto elaborado X Recuperar e ampliar portaria AD Gralha Azul Portaria recuperada e ampliada X Foi construído novo prédio no local Equipar portaria AD. Gralha Azul Portaria equipada X Construir Portão na AD Gralha Azul Portão construído X Recuperar parte do paradoiro para Centro de Informações Paradoiro recuperado X Construído novo prédio Equipara Centro de Informações do Paradoiro Centro de Informações equipado X Urbanizar área externa do Paradoiro m2 de área externa urbanizada X 9 EXECUTADO Autorizar, como concessão, pontos de venda de artesanato nos boxes do subsolo do Paradoiro Pontos de venda funcionando X Pontos de venda implantados porém não se conseguiu arrendá-los Elaborar projeto reforma "Cabanas" para venda de lanches Projeto elaborado Reforma realizada X Concessionar a cabana para venda de lanches Lanches X Optou-se que a venda de lanches se realizasse no Centro de Visitantes Reformar sanitários do paradoiro Sanitários reformados X Construir nova fossa séptica na AD Paradoiro, mais afastada do Arroio Perdizes Fossa construída em local adequado X Identificar local e construir estacionamento entre AS's Recanto e Paradoiro m2 estacionamento construído X Elaborar projeto e instalar painel informativo/educativo no estacionamento Painel instalado X Sinalizar a estrada impedindo a circulação de veículos após o estacionamento Estrada sinalizada X Colocar porteira com cadeado logo após a ponte do arroio Perdizes no Paradoiro Porteira construída X Acesso controlado sem a necessidade de porteira Recuperar área de piquenique AD. Recanto m2 de área de piquenique recuperada X Área bastante alagada, imprópria para esta atividade Reformar sanitários, lavapratos e churrasqueira na AD Recanto m2 de área reformada X Apenas as churrasqueiras não foram recuperadas Realizar estudos, elaborar projetos e instalar mirantes e

sistema de projeção no cânion Itaimbezinho Realizar prospecção geológica Estudo realizado X Implantar sistema de proteção na borda do cânion Barreira física m2 de cerca c/pilares e cabos de aço X Placas de advertência Placas implantadas X Instalar mirante da Cachoeira do Arroio Perdizes m2 de mirantes implantados X Instalar mirante da Cachoeira do arroio Preá, Bela Vista e Cotovêlo m2 de mirantes implantados X Reformar local e equipar laboratório básico na AD Itaimbezinho Elaborar projeto Projeto elaborado X Realizar a obra Obra realizada X Equipar o laboratório Básico Laboratório equipado X Adquirir Pick—Up, cabine dupla 4x4 Veículo adquirido X Adquirir equipamentos de combate a incêndios Equipamentos adquiridos X Adquirir materiais de primeiros socorros Materiais adquiridos X Recuperar e completar o sistema de radiocomunicação Sistema recuperado e completado X 10 EXECUTADO Estudar e implantar alternativas adequadas para torre/antena Torre/antena implantadas X Recuperar rádio fixo SSB Rádio fixo recuperado X Adquirir rádios móveis e portáteis Novos rádios operando X Adquirir telefones celulares Telefones celulares em uso X Foram instalados telefones nonocanais Adquirir mobiliário, equipamentos e utensílios para residências e alojamentos Residências e alojamentos mobiliados X PROTEÇÃO Implantar sistema de fiscalização permanente das áreas do Parque Estabelecer programa de fiscalização periódica e sistemática das áreas da UC e do entorno Prog. Anual estabelecido X Intensificar a fiscalização em áreas sensíveis a invasões e incêndios nos períodos críticos Ha c/ fiscalização intensificada X Intensificar fiscalização na área do Rio do Boi Ações de fiscalização acrescido X Realizar campo de aerofotoreconhecimento Ha aerofotoreconhecidos X Alguns relatórios foram realizados pelo NUC/RS – faltou continuidade Executar rotinas de fiscalização Realizar vistorias diárias Vistorias diárias realizadas X Elaborar/preencher fichas específicas para anotações ocorrências Atuações efetuadas X Elaborar relatórios periódicos Relatórios elaborados X Firmar termo de cooperação com Cia. De Polícia Floresta/SC para apoio a fiscalização Número de Policiais envolvidos X Convênio Firmado c/ IBAMA/SC Adquirir armas e munição Número de armas adquiridos Cartuchos e balas adquiridos X Adquirir botas e pelerines para complementar uniformes Conj. Botas/pelerines adquiridos X Adquirir Uniformes para novos servidores Uniformes adquiridos X Recuperar e manter estradas internas e do perímetro Km estradas conservadas X Estradas recuperadas e mantidas pelo DAE/RS e Prefeitura de Cambará do Sul Estabelecer um sistema de prevenção e

combate a incêndios Elaborar/implementar plano de prevenção/combate a incêndios Plano implementado X Realizar campanhas preventivas Campanhas realizadas X Pelo Estado do R.G.do Sul e IBAMA/PREVFOGO/DF Firmar acordos de cooperação com empresas da região para atuar no combate a Incêndios Acordos firmados X Celulose S/A Unidos S/A 11 EXECUTADO Firmar acordos de cooperação com empresas da região para a capacitação de voluntários na prevenção e combate a incêndios Acordos firmados Voluntários treinados X Voluntários treinados pelo IBAMA/PREVFOGO/DF Completar a sinalização do Parque e seu entorno Elaborar Projeto de sinaliza"ção padronizada Projeto elaborado X Encontra-se na DIREC/DF Implantar e manter sinalização Placas de sinalização implantadas e mantidas X Identificar ações eficientes e juridicamente viáveis para evitar invasões no PNAS pelo gado Estudo com de ações elaborado definição X Diminuir e controlar as atividades agropastoris no PNAS Cercar as áreas já adquiridas na região do arroio Camisas – cânion do Faxinalzinho 10 km de cerca construída X Identificar fazendeiros que criam gado na UC Fazendeiros identificados X Definir capacidade de suporte de animais na UC, informar aos proprietários e controlar Capacidade de carga definida Fazendeiros informados Área com gado controlado X Divulgar incompatibilidade e retirar da UC gado de exproprietários e fazendeiros do entorno Número de cabaças de gado retiradas X Retirar cultivo de áreas já indenizadas Ha de cultivos retirado X Dependendo de medidas judiciais – Setor Jurídico do IBAMA/GEREX/RS Controlar a expansão de áreas cultivadas de propriedades ainda não indenizadas Ha de Expansão de cultura realizada X Realizada através da intensificação da fiscalização USO PÚBLICO Planejar e implantar o Centro de Informações no Paradoiro C. de inf. implantado X Implantar ações complementares ao ordenamento da visitaçao Definir normas e critérios para a visitaçao Normas e critérios definidos X Estabelecer capacidade de suporte das principais áreas de visitaçao Capacidade de carga das principais áreas definidas X Estabelecer critérios gerais para definiçao da capacidade de suporte do uso público em UC Critérios gerais definidos pela DIGER/DF X Elaborar cartazes e folhetos informativos/educativos Número cartazes disponíveis Número folhetos disponíveis X Estabelecer quatro trilhas para passeios a pé, guiados e autoguiados Preparar e sinalizar as trilhas propostas para passeio a pé Km de trilhas implantadas Número de trilhas implantadas X 12 EXECUTADO Elaborar projeto e instalar placas e painéis interpretativos nos locais de maior visitaçao Placas e painéis implantados X Instalar

lixeiras nas áreas de uso público Lixeiras instaladas X Identificar o perfil do visitante
 Elaborar fichas para registro de informações Fichas elaboradas X Elaborar fichas
 para pesquisa de opinião Fichas elaboradas X Coletar dados e sistematizar as
 informações Dados coletados e sistematizados X Incentivar e apoiar, SETUR/RS,
 Prefeituras e iniciativa privada para treinamento de guias Guias treinados X Fechar o
 interior dos cânions à visitação pública até a revisão do Plano de Manejo Cânion
 fechado X Foi aberto posteriormente, após a construção do PIC Rio do Boi e estudo
 de Capacidade de carga Encerrar as atividades de camping no PNAS Fazer gestão
 junto as Prefeituras, assoc. de moradores e fazendeiros para implantar camping e
 outras formas de hospedagem fora do PNAS Camping operando Leitões implantados
 X Divulgar a previsão de encerramento da atividade de camping no PNAS
 Encerramento divulgado X Divulgar novas alternativas de camping e hospedagem
 Informações divulgadas X E - PESQUISA Estruturar Centro de Informações
 Técnicas Levantar pesquisas desenvolvidas no PNAS Levantamento realizado X
 Realizar levantamento do acervo bibliográfico/documental PNAS Levantamento
 realizado X Organizar banco de dados Banco de dados operando X Realizar estudos
 sobre capacidade de suporte Estudos necessários realizados X Definir pesquisas
 prioritárias Prioridades definidas X Aguardando revisão do Plano de Manejo
 Incentivar o desenvolvimento de pesquisas Divulgar os temas prioritários
 Comunicações enviadas X Firmar Termo de Coop. Para Pesquisas Termos
 Celebrados X Incentivar a elaboração de teses, monografias e dissertações sobre o
 Parque Estudos divulgados X Divulgar as condições logísticas do PNAS
 Comunicações enviadas X F – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Acompanhar ações
 judiciais de reintegração de posse das áreas adquiridas e não Propriedades
 reintegradas devido ao acompanhamento X Processos encontram-se na
 DIAJUR/GEREX/RS, desde 1994 13 EXECUTADO desocupadas Realizar
 identificações e levantamentos das características dos atuais ocupantes
 Levantamento executado X Estabelecer prioridades para a aquisição de terras,
 quando houver recursos financeiros Prioridades definidas X Incentivar e apoiar
 ONG`s que buscam captar recursos para aquisição de terras no PNAS Ha ou R\$
 obtidos por ONG`s X Elaborar minuta de Lei e obter apoio para aprovar alterações
 dos limites do Parque Minuta elaborada X G - ENTORNO Elaborar programa de
 educação ambiental para aplicar junto à população do entorno Programa elaborado
 X Firmar acordos de cooperação para estudos das características da população de

entorno Acordos firmados Carac. da pop. conhecida X Estudos realizados por mestrandas da USP e UFRS Elaborar e executar o programa de educação ambiental Número de pessoas alcançadas X Preparar material específico de apoio às atividades do programa Material disponível X Firmar convênios com prefeituras, instituições governamentais e não governamentais para execução do programa Acordos firmados X Participar e apoiar a realização de eventos regionais Participação em eventos X Apoio à EMATER/RS e EPAGRI/SC para difundir informações técnicas/práticas conservacionistas à população de entorno Agricultores orientados X Incentivar a expansão da atividade turística no entorno do Parque Número de visitantes acrescido X Incentivar e apoiar a identificação e implantação de alternativas econômicas para o entorno Agricultores usando novas alternativas X IBAMA/EMATER/RSEPA GRI/SC Fornecer apoio logístico para estudo socioeconômico no entorno Estudo realizado X Firmar termo de cooperação técnica com a Celulose S/A visando o apoio no controle ao cânion Fortaleza Termo Celebrado X Foi adquirido terras no PNSG, não sendo necessário este acordo Fazer gestão junto a Pref. Municipal de Cambará do Sul, para manutenção da estrada Morro Agudo/Azulega 8 Km de estrada com pouco uso X G - ENTORNO Fazer gestão junto ao Gov. Estado do R.G. do Sul sobre o domínio e controle da estrada 15 m de estrada sob controle do IBAMA X 14 EXECUTADO estadual na UC. Fazer gestão junto as prefeituras municipais e governo dos estados de Sc e RS, visando a melhoria das vias de acesso ao Parque 36 km de estradas melhoradas X H - MONITORAMENTO Instalar três estações meteorológicas Na parte baixa/Sc Estação implantada X Junto ao Cânion Itaimbezinho Estação implantada X No planalto/RS Estação implantada X Coletar e monitorar condições climáticas Dados diários disponíveis X As estações encontraram-se com defeito, desde que foram implantadas Realizar o acompanhamento estatístico da visitação Dados de visitantes disponíveis X Elaborar fichas próprias e registrar ocorrências físicas e biológicas Dados sobre ocorrências disponíveis X Registrar, mapear e monitorar a ocorrência de queimadas Incêndios monitorados X I – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Implantar sistema de avaliação e monitoramento dos Planos Operativos Anual Sistema implantado e operando X Melhorar controle administrativo financeiro Monitoramento administrativo financeiro implantado X Estudar formas de parcerias para viabilizar projetos e recursos Alternativas identificadas X

ANEXO 4: RELATÓRIO DA OFICINA DE PLANEJA– que comprometem o cumprimento dos objetivos de criação das UCs – e dos pontos fortes e oportunidades, relacionando-os como forças impulsoras – que contribuem para a superação dos problemas e a consolidação dos Parques Nacionais dos Aparados da Serra e Serra Geral. Os grupos de trabalho, organizados segundo as áreas físicas e temáticas consideradas estratégicas para o manejo das UC's, elaboraram as propostas de ação, que foram apresentadas em plenária, intensamente discutidas e complementadas (painel 10). A exigüidade do tempo não possibilitou fazer os ajustes necessários para a definição das áreas estratégicas internas das UCs, como também sistematizar e compatibilizar as propostas de uso público com a infraestrutura necessária. Finalizando a oficina, os participantes refletiram sobre a operacionalização das ações propostas, identificando as principais instituições envolvidas e o potencial de cooperação institucional, fortalecendo o processo de gestão participativa das Unidades de Conservação (painel 11). Em uma avaliação final da oficina, os participantes manifestaram os sentimentos de satisfação com os resultados alcançados: um trabalho árduo e proveitoso (painel 12). O compromisso dos participantes com o processo de análise e planejamento dos parques nacionais possibilitou, de forma consistente e realística, desenvolver uma discussão sobre as questões estratégicas para a integração das UCs aos processos regionais de desenvolvimento social e econômico, em um ambiente construtivo de busca de soluções consensuais. Cabe registrar a dedicação da equipe responsável pela coordenação e elaboração do Plano de Manejo – vinculada à Socioambiental –, assegurando a organização do evento com qualidade e contribuindo de forma efetiva para os resultados alcançados. Este relatório é constituído da documentação dos painéis elaborados pelos participantes durante a oficina e complementado com as anotações do moderador.

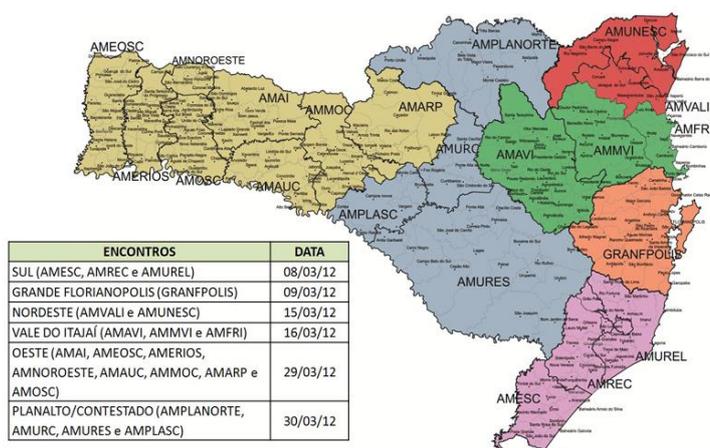
Roberto M. Rezende

Moderador

R. Itamaracá, 81 Belo Horizonte-MG

CEP: 31.110-580 (31) 3422-4566

robertorezende@hotmail.com



ENCONTROS	DATA
SUL (AMESC, AMREC e AMUREL)	08/03/12
GRANDE FLORIANOPOLIS (GRANFPOLIS)	09/03/12
NORDESTE (AMVALI e AMUNESC)	15/03/12
VALE DO ITAJAÍ (AMAVI, AMMVI e AMFRI)	16/03/12
OESTE (AMAI, AMEOSC, AMERIOS, AMNOROESTE, AMAUC, AMMOC, AMARP e AMOSC)	29/03/12
PLANALTO/CONTESTADO (AMPLANORTE, AMURC, AMURES e AMPLASC)	30/03/12